

## Editorial v. 31, n. 3 (2019)

Giselle Falbo★

Prezados leitores:

É com alegria que anunciamos o último número de nossa revista em 2019! Um ano que assistiu à posse de um governo que, guiado por uma política neoliberal, acirrou os ataques ao ensino público e que desqualifica os cursos e pesquisas na área das Ciências Humanas. Um ano que atravessou, e ainda atravessa, os efeitos de uma grave crise política, econômica e ambiental.

Apesar desse cenário desfavorável, muitas vitórias foram alcançadas! Como a Fênix da mitologia, mais uma vez ressurgimos das cinzas, mais fortes, mais abertos ao debate e ao enfrentamento das adversidades. Neste ano, pela segunda vez consecutiva, o curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense recebeu a nota máxima no Enade; nossa revista completou 30 anos de existência; o crescente volume de artigos recebidos ratificou, mais uma vez, sua credibilidade diante da comunidade acadêmica, nacional e internacional. Além disso, novas (e boas) parcerias foram firmadas e vínculos foram fortalecidos.

Agradecemos a todos os autores que depositaram sua confiança em nosso trabalho, assim como aos pareceristas que se colocaram à disposição para a inestimável tarefa de avaliar os trabalhos recebidos.

A *Fractal: Revista de Psicologia* tem buscado afirmar-se, ao longo dos anos, como um espaço de divulgação do conhecimento e de resistência, com potencial reflexivo e transformador. Apostamos nos estudos da subjetividade como oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre o sujeito, suas vivências, tensões e interações, de modo a construir novas formas de ser e estar no mundo.

Neste contexto, trazemos a público o trabalho dos colegas, nossos parceiros nesta empreitada, que se esforçam por desenvolver uma reflexão ética, séria e consistente sobre os temas que nos atravessam. Para este número, pudemos contar com a contribuição de Ana Maria Pereira Lopes, com o texto *Promoção da saúde no processo de democratização brasileiro: biopolítica e a constituição de sujeitos da saúde*. Aqui a autora busca analisar como as práticas biopolíticas, no processo de democratização brasileira nos anos de 1980 e 1990, constituem sujeitos por meio da objetivação pelos discursos e normas. Em seguida, trazemos o texto *Atividade de trabalho em um Sine: entre política partidária e política pública* de autoria de Thiago Drumond Moraes e Iasmin Libalde Nascimento. Através de um relato de experiência, calcada na perspectiva ergológica, os autores apresentam questões que moveram uma intervenção em uma Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda de um município do Espírito Santo. Por meio deste estudo, eles demonstram que a produção de um gênero profissional em serviço público se dá em diversas temporalidades. Contamos também com o artigo de Diego Drescher de Castro e Jaqueline Tittoni, *Entre clausuras, verdades e resistências: a produção do conhecimento acadêmico no contemporâneo*, que tem como principal referência o pensamento de Foucault. Nele, recortam-se elementos para se pensar as relações entre a produção do discurso acadêmico e o lugar da Universidade, a partir da problematização da episteme moderna e da produção da noção de ciência e de conhecimento científico.

Em *Representações sociais da paternidade: um discurso comparativo*, Patrícia Menezes Visentin e Cristina Lhullier discutem como a paternidade pode ser compreendida como uma construção social, sendo modificada na forma como é vivenciada e exercida em virtude de transformações da sociedade. Em seguida, trazemos as contribuições de Beatriz Sernache de Castro Neves e Maria Celina Peixoto Lima com o texto *Freud e a prevenção: um percurso de controvérsias*. No artigo as autoras problematizam a concepção de prevenção a partir do pensamento de Freud, ali encontrando diversos empregos e concepções que o psicanalista faz dos termos prevenção e profilaxia. Já em *Clínica em movimento: a cidade como cenário do acompanhamento terapêutico*, Danilo Marques Godinho e Carlos Augusto Peixoto Junior abordam a prática do acompanhamento terapêutico em sua dimensão clínico-política, com o objetivo de desenvolver uma reflexão a respeito da potência de se tomar a cidade como matéria da clínica a partir da prática do acompanhamento terapêutico. E, para finalizar esta edição, brindamos os leitores com o texto *De casa para o meio-fio: pequenas histórias de uma residência terapêutica*, artigo no qual Mario Cesar Carvalho de Moura Candido, Maria Cristina Campello Lavrador e Rafaela Gomes Amorim trazem as figuras do cotidiano de ex-internos de um hospital psiquiátrico em uma residência terapêutica na cidade de Vitória-ES.

Desejamos a todos uma boa leitura!

★ Psicóloga. Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente leciona no curso de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Editora de *Fractal: Revista de Psicologia*. E-mail: [falbogiselle@gmail.com](mailto:falbogiselle@gmail.com), <http://lattes.cnpq.br/2809221953442199>, <https://orcid.org/0000-0003-4995-3630>



## Promoção da saúde no processo de democratização brasileiro: biopolíticas e constituição de sujeitos da saúde

Ana Maria Pereira Lopes  ★

Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, SC, Brasil

### Resumo

*Em um estudo sobre promoção da saúde como uma biopolítica, objetivou-se analisar como práticas biopolíticas, no processo de democratização brasileira nos anos de 1980 e 1990, constituem sujeitos, por meio da objetivação pelos discursos e normas. A pesquisa teve como fonte documentos que instalam a promoção da saúde, considerando-os como monumentos, intencionais, com efeitos na objetivação de sujeitos. A promoção da saúde é considerada como prática histórica, datada e como dispositivo estratégico de governamentalidade. Organizando-se os documentos em subarquivos, a análise foi conduzida pela problematização – arqueológica e genealógica – de Michel Foucault. A promoção da saúde é articulada estrategicamente com o discurso da saúde ampliada e relações econômicas desenvolvimentistas. Em meio ao governo médico da vida ocorre a objetivação de sujeitos na relação com práticas de promoção da saúde, sobretudo na atenção básica, o que possibilita aportes para se problematizar a subjetividade nesses espaços.*

*Palavras-chave:* promoção da saúde; biopolítica; constituição do sujeito; atenção básica.

## Health promotion in the Brazilian democratization process: biopolicies and constitution of health subjects

### Abstract

*In a study on health promotion as a biopolitics, it was aimed to analyze how the biopolitics practices constitute subjects, in the Brazilian democratization process, in the 1980s and 1990, through the objectivation by speeches and norms. The survey was based on documents that install health promotion, considering them as monuments, intentional ones, with effect on the objectification of the subjects. Health promotion was considered a historical practice, dated and as strategical device of governmentality. By organizing the documents in subfiles, the analysis was conducted by raising the issues – archeological and genealogical ones – by Michel Foucault. Health promotion is strategically articulated with extended health discourse and developmental economic relations. During the medical government of life, the objectivization of subjects in the relation with the practices of health promotion take place, specially in the primary care, what makes it possible to problematize the subjectivity in these spaces.*

*Keywords:* health promotion; biopolitics; subject constitution; primary care.

### Introdução

Promoção da saúde foi um discurso instalado, muito recentemente, na segunda metade do século XX, no cenário das práticas sociais em saúde. Ela ampliou a ideia de cura ou de prevenção e tentou designar um tipo de comportamento individual e coletivo com novas possibilidades de manter a vida. É um termo articulado a um imperativo de saúde sobre os sujeitos, quando faz parte das relações sociais manter a saúde e condutas que potencializem a vida e seu pleno funcionamento. Sob a égide da promoção da saúde, sujeitos são conduzidos a práticas esportivas, hábitos alimentares saudáveis ou, ainda, que se desviem de situações que acarretem risco à plena condição física ou mental. Os discursos acerca dessa oferta de saúde à população não se caracterizaram apenas por pressupostos biológicos de cuidado, mas se deslocaram do eixo das práticas médico-curativas, hospitalares, para aquelas denominadas de saúde ampliada.

A ideia de promoção da saúde advém de um modo de funcionamento da sociedade contemporânea, que nos séculos XIX e XX e, sobretudo, nas últimas décadas do século XX, teve o Estado como protagonista na instalação de políticas sociais e públicas na direção de uma revisão das práticas de saúde centradas em adoeci-

mentos. Nesse processo, conferências internacionais de saúde, como a de Alma Ata, em 1978, e a de Promoção da saúde, em 1986, foram acontecimentos importantes no cenário mundial da saúde.

Especificamente no Brasil, a VIII Conferência Nacional de Saúde foi o acontecimento mais importante para a consecução de uma saúde pública. Esse conjunto de direcionamentos internacionais e nacionais possibilitou a ideia de Estado como organizador da atenção em saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), que teve sua instalação iniciada em 1990, após a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), seguida por meio de um conjunto de legislações e portarias ministeriais que visavam dar operacionalidade a esse novo desenho do setor saúde.

Em 2006, foi instalada a Política Nacional de Promoção da saúde (PNPS). Com ela ficou estabelecido que “as intervenções em saúde ampliem seu escopo [...], que operem sobre os efeitos do adoecer e aqueles que visem ao espaço para além dos muros das unidades de saúde e do sistema de saúde” (BRASIL, 2006a).

Paralelamente à PNPS, em 2006, foi instalada a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) (BRASIL, 2006b), com alcance de *status* de uma política nacional para a atenção primária. A PNAB estabelece a Estratégia de Saúde da Família (ESF), que já vinha sendo operacionalizada ao longo da década de 1990. Com a ESF, a atenção primária, ou atenção básica, passou a ser *locus*

\*Endereço para correspondência: Universidade do Sul de Santa Catarina, Unidade Pedra Branca. Av. Pedra Branca, 25, Cidade Universitária. Palhoça, SC – Brasil. CEP: 99999270. E-mail: [anaralina@gmail.com](mailto:anaralina@gmail.com)  
Os dados completos da autora encontram-se ao final do artigo.



estratégico para a ampliação do escopo do setor saúde sobre a vida das pessoas, para além de haver algum indicador de doença. Ou seja, a atenção básica se coloca como lugar possível para a promoção da saúde.

A atenção básica, que ocorre nas chamadas Unidades Básicas de Saúde (UBS), já alcançava cobertura de mais de 50% da população em 2010. E em 2006 passou a ser responsável por ações individuais e coletivas, buscando abranger:

Promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades (BRASIL, 2006b).

A PNPS pode ser considerada um acontecimento em saúde pública no Brasil. Tal modelo ocorreu a partir da transição política do Estado ditatorial ao democrático, iniciada na década de 1980, que buscava estabilidade das relações sociais, por meio de políticas sociais, sem as quais não ocorreria a institucionalização democrática (LUZ, 2000). Com o SUS, ocorreu uma assunção do Estado com relação ao acesso à saúde, garantido anos antes na Constituição Federal de 1988. Nessa mesma esteira ocorreu também a assunção de dispositivos constitucionais, por meio de políticas intersetoriais à saúde, como a obrigação de erradicar a pobreza, marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais, vislumbrando a consecução de um Estado Democrático de Direito e de sua ação de constituição de sujeitos por meio de suas práticas sociais estatais.

O Estado e suas práticas de saúde são tomados aqui como objeto de análise, com base no pensamento de Michel Foucault. Entende-se que os avanços do setor saúde envolvem processos de objetivação pelos discursos e pelas normas que incidem sobre os sujeitos. Tal objetivação ocorre na perspectiva do biopoder, como preocupação moderna com a vida e sua manutenção e na perspectiva da biopolítica, ou sobre o corpo coletivo das populações (FOUCAULT, 1988a).

Foucault (1988a) mostra que nos séculos XVII e XVIII a vida foi tomada como objeto e alvo político. O poder disciplinar desenvolveu-se no início do século XVII com a anátomo-política – saber que é relacionado à potencialização do corpo, disciplina-mecanismo. Deu-se primeiramente no conhecimento do corpo como máquina: “no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistema de controle eficaz e econômico” (FOUCAULT, 1988a, p. 151). Ou seja, para os novos contextos produtivos concorria o modo de organização das instituições e das práticas sociais a elas relacionadas: o poder disciplinar almejava o corpo como um aparelho eficiente.

A biopolítica formou-se na segunda metade do século XVIII e foi designada de disciplina bloco, corpo coletivo das populações, com centramento “no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos, sendo seus alvos de interesse: taxas

de natalidade e de procriação, saúde pública, demografia como uma ciência biopolítica, estatísticas, em direção à saúde de seu corpo coletivo” (FOUCAULT, 1988a, p. 151). Foucault (1988a) também mostra com as noções de biopoder e biopolíticas, por meio de sistemas de vigilância hierárquicos, combinados com sanções normalizadoras e técnicas de exame, que as disciplinas alcançam controle individualizado do sujeito.

Com as noções de biopoder e biopolíticas, há uma mudança definitiva da consideração da centralidade do Estado na manutenção da vida como uma razão de Estado. A ameaça dos adoecimentos levou a circunscrição de sujeitos a normas e a um poder médico sem precedentes. O corpo, que antes era individual, é cada vez mais coletivizado. A medicina passa a ocupar funções normalizadoras que ultrapassam a existência dos doentes e as demandas do doente. Como diz o próprio Foucault (2011, p. 384): “Desde o século XVIII, a medicina não cessou de se ocupar do que não lhe diz respeito, ou seja, do que não se refere aos diferentes aspectos dos doentes e das doenças”. Essa colocação da medicina na vida dos sujeitos diz respeito a procedimentos de normalização, comparação, divisão, classificação e demarcação dos sujeitos com relação à média, à marcação destes por meio de diagnósticos e o encaminhamento para correções.

Por meio das biopolíticas, ou poder sobre os corpos de modo coletivo, por meio do governo sobre a vida é possível pensar a objetivação dos sujeitos a partir das práticas de promoção da saúde na atenção primária. A escalada do setor saúde, sobretudo no espaço da ESF, e promovida pela ideia de promoção de saúde, é aqui problematizada como um conjunto de ações operadas pela norma. Em meio a elas são buscadas visibilidades sobre os modos de objetivação presente nas práticas, ou, como diz Schramm (2006), identifica-se como saúde passa a ser um dever do cidadão e um direito do Estado, e não o contrário.

No presente estudo tem-se como objetivo analisar como práticas biopolíticas, no período da democratização brasileira, movidas pela ideia de promoção da saúde, objetivam sujeitos. Tal objetivo foi conduzido sob o pressuposto de que a promoção da saúde é um conjunto de discursos e práticas, ocorridas na atenção primária, sem a estreiteza do poder disciplinar, mas com enfrentamentos das normas oriundas do governo médico da vida. Ou seja, ainda que a promoção da saúde não seja conduzida diretamente por disciplinas e seja diferente das práticas hospitalares, tem a condução de poder medical.

### O percurso metodológico

A fonte de dados foi um conjunto de documentos que instalaram a promoção da saúde no Brasil. Tais documentos foram identificados por meio de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Na revisão, identificou-se a década de 1980 como período da instalação dos discursos de promoção da saúde, bem como foi possível a visibilidade sobre os principais documentos que circulavam e edificavam o discurso da promoção da saúde. Tais documentos foram organizados em arquivos de documentos

primários, divididos em três subarquivos, de acordo com sua função em um dado conjunto de acontecimentos políticos, conforme quadro a seguir.

Figura 1 – Arquivo e subarquivos analisados

ARQUIVO ANALISADO - DOCUMENTOS PRIMÁRIOS
<p><b>1º. Subarquivo - Processo de democratização do país</b></p> <p><i>VIII Conferência Nacional de Saúde</i> (BRASIL, 1986), <i>Constituição Federal</i> (BRASIL, 1988), <i>Lei 8080</i> (BRASIL, 1990a), <i>Lei 8142</i> (BRASIL, 1990b), <i>Norma Operacional Básica</i> (NOB/1991/1993/1996 [BRASIL, 1996]) e <i>Saúde da Família: uma estratégia para reorientação do modelo de assistência</i> (BRASIL, 1997)</p>
<p><b>2º. Subarquivo – Institucionalidade à promoção da saúde</b></p> <p><i>Política Nacional de Promoção da Saúde</i> (documento para discussão) (BRASIL, 2002c), <i>As cartas da promoção da saúde</i> (BRASIL, 2002a), <i>Vamos Promover nossa Saúde?</i> (BRASIL, 2002d) e <i>A construção de vidas mais saudáveis</i> (BRASIL, 2002b)</p>
<p><b>3º. Subarquivo - Instalação da promoção da saúde</b></p> <p><i>Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão</i> (BRASIL, 2006c), <i>Política Nacional de Promoção da Saúde</i> (BRASIL, 2006a) e <i>Política Nacional de Atenção Básica</i> (BRASIL, 2006b).</p>

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

Entre os documentos primários, há um primeiro subarquivo relativo à política de saúde no país no processo de democratização pós Constituição Federal de 1988 (CF/88). A própria CF/88 é um desses documentos. O segundo subarquivo foi um tipo de achado, pois mostra um conjunto de iniciativas do Ministério da Saúde (MS), procurando dar institucionalidade à Promoção da Saúde, que seria instalada como uma política. No terceiro subarquivo, há documentos relativos à instalação da promoção da saúde, quando foram lançadas concomitantemente a Política Nacional de Promoção da Saúde e a Política Nacional de Atenção Básica, em 2006.

Os documentos foram analisados na perspectiva de arquivo, ou seja, considerando documentos como monumentos – método de Michel Foucault, que na perspectiva de arquivo são intencionais, com efeitos na objetivação e subjetivação de sujeitos, pois organizados com o objetivo de exercer algo sobre as pessoas (LEMONS et al., 2010), e então se referem à produção de saber e poder e com efeitos de subjetividade.

A subjetividade considerada no estudo não é relativa a um sujeito *a priori*, da psicologia dos elementos, que já esteja pronto, mas considerando sujeito como resultado de práticas, de discursos e enunciações, que o atravessam. Tais documentos também foram considerados a partir de um tipo de pesquisa histórica crítica à história tradicional, que busca reconstituição da memória dos acontecimentos.

Com Foucault (2008a), Le Goff (1990) e Albuquerque Júnior (1991), buscou-se uma relação da história das descontinuidades e rupturas.

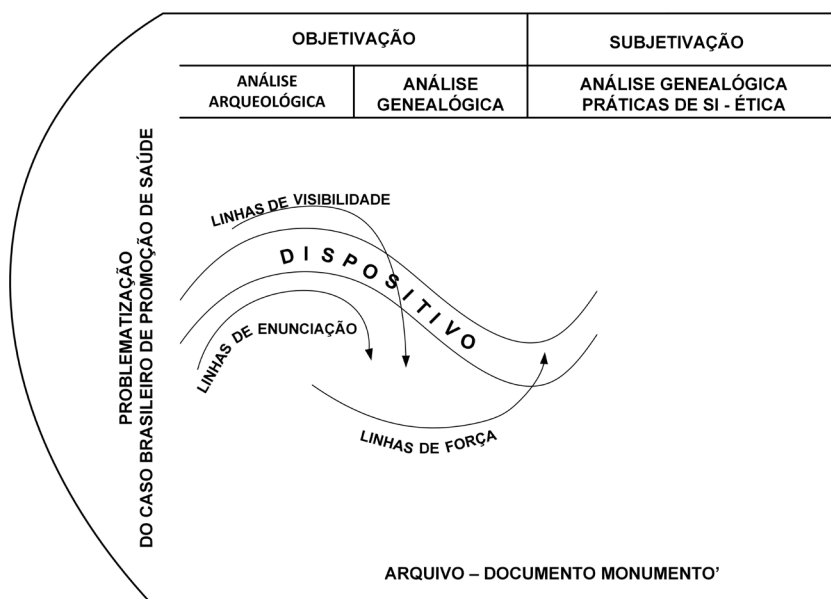
Os documentos foram lidos, procurando-se séries

analíticas, a partir de leituras transversais de seus conteúdos. Estas séries foram buscadas a partir das formações discursivas ou eixos de regularidade discursiva. Assim, a leitura transversal dos documentos tornou possível identificar seis séries analíticas que se mostravam regulares no sentido de um tipo de incidência de discursos e práticas sobre os sujeitos, quais sejam: “encampamento pelo Estado”, “gestão em saúde”, “condições de saúde e adoecimentos da população”, “o desenvolvimento econômico”, “a participação social” e “saúde como estratégia para a democracia”.

Por meio dessa sequência de séries foi conduzida a análise dos subarquivos.

A promoção da saúde foi considerada como prática histórica, datada e como dispositivo estratégico de governamentalidade e foi analisada por meio da problematização – arqueológica e genealógica. A análise arqueológica se deu por meio da busca pela objetivação pelo discurso contido no documento, pela identificação das condições do surgimento daquele discurso, de suas modalidades enunciativas, dos aportes institucionais onde se instalavam, os jogos biopolíticos, ou forças que reunia buscando efeitos sobre os sujeitos (FOUCAULT, 2008a). A análise, que envolvia discursos, não se deu sobre a linguística, o conteúdo, ou modo como eram articuladas as palavras,

Figura 2 - Esquema do movimento do dispositivo, por meio de linhas de força



Fonte: elaborado pela autora, 2016.



o texto, mas sobre como esses documentos colocavam o aparecimento de um discurso. Além disso, na análise arqueológica ou genealógica se buscou relação com as linhas de visibilidade, enunciações, força e objetivações a partir de um dispositivo. Na Figura 2 é indicado o dispositivo como algo que aparece e se movimenta de acordo com forças discursivas, por meio de linhas de força.

Na análise genealógica buscou-se, a partir dos conteúdos dos documentos, a objetivação por meio de práticas incidentes nos corpos, a partir do poder das instituições e sua busca pelo poder produtivo de corpos e subjetividades. Assim como na arqueologia, buscou-se, na genealogia, a articulação com as linhas de um dispositivo, agora com as linhas de objetivação do sujeito por meio de práticas disciplinares.

A genealogia da ética, dimensão da análise na qual se buscaria, a partir do dispositivo da promoção da saúde, a dimensão da subjetivação, ou a resistência dos sujeitos em face da incidência dos discursos, as práticas de si, compreenderá outra publicação, focando-se aqui na objetivação pelos discursos e pelas práticas.

### **Análise dos documentos**

#### **Processo de democratização: do discurso da saúde ampliada a um dispositivo de promoção da saúde**

Os três primeiros subarquivos dizem respeito a documentos relativos ao período de redemocratização do Brasil. O primeiro subarquivo foi o texto da VIII Conferência Nacional de Saúde (VIII CNS). Entre os enunciados desse documento, na série “encampamento pelo Estado”, pode ser vista uma estatização da saúde, quando esta é designada como dever do Estado: “que começa pelo reconhecido direito do cidadão à saúde e o dever do Estado em prover os meios para isso” (BRASIL, 1986, p. 3). Esse enunciado é indicativo de um momento em que Estado e movimento social mantiveram discursos uníssonos, sendo difícil a quem acessa documentos do período identificar a origem do discurso. Por outro lado, ainda que se indicasse a responsabilidade do Estado, no mesmo texto da VIII CNS foi considerada possível a participação do setor privado, por meio de um enunciado que diz que serviços privados poderão prestar serviços à saúde, contudo sendo “coibidos os lucros abusivos” (BRASIL, 1986, p. 18). Ou seja, encontra-se demarcada na VIII Conferência uma coexistência de discursos, quando é indicado que se pode lucrar com a saúde, mas não se pode lucrar muito.

Os debates ocorreram de modo amplo na VIII CNS. Estado e movimento social com as mesmas discursividades, mas sob incidência de forças provenientes de um cenário econômico internacional. O SUS, regulamentado na Lei 8080/90, nasceu em meio aos seus inimigos: as práticas privadas, ou uma saúde dividida sob balizas do Estado (MATTOS, 2009). Ainda que resultado de um movimento social, o SUS também se estabeleceu em uma época em que a vida se tornara um problema político, para o qual deveria ser empreendida uma guerra por outros meios, tal qual mostrara Foucault (1999), o que

será visto nas séries a seguir problematizadas, sobretudo no tocante a se ter uma saúde ampliada, alcançando, de fato, promoção da saúde.

Na série seguinte, com enunciados relativos à “gestão em saúde”, pode ser vista ampliada a problematização antes iniciada. Na VIII CNS foi indicada a descentralização na gestão, mas a Lei 8080 (BRASIL, 1990a) não colocou a municipalidade como prioridade, por meio de financiamento. Desse modo, nos primeiros anos de SUS, municípios restringiram sua ação em negociar práticas de saúde com o setor privado, hospitais e transportes de pacientes para serviços diversos.

Procurando resolver o problema do financiamento, a Norma Operacional Básica de 1996 (NOB/96) fez a transferência de recursos do Piso de Atenção Básica (PAB), com acréscimos para aquele município que tivesse o então Programa de Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) – espaços profícuos para uma saúde ampliada. Contudo, imperava nesse período o discurso da atenção seletiva, pois muitos setores, inclusive da Organização Mundial de Saúde (OMS), indicavam que a atenção primária deveria ser seletiva a populações empobrecidas economicamente, consoante o Banco Interamericano de Desenvolvimento Regional (BIRD), que indicava a seletividade da atenção básica nos projetos que financiava. Havia aqui condições na gestão, que faziam desvalorizada a atenção básica que buscava se estabelecer, em um país com históricas faltas no setor saúde, o que acabou por tornar o terreno pouco propício para afirmar a atenção em saúde de modo ampliado. Desse modo, o campo da saúde se manteve investido em projetos que davam guaridas para o modelo hospitalar e ao mesmo tempo visavam ao futuro para planos de saúde privados.

Outra série organizada diz respeito à regularidade de enunciados relativos a “condições de saúde e adoecimentos da população”. Na VIII CNS, o discurso oficial presidencial indicou: “Será deixado para trás o quadro desses Brasis: o forte, o doente, o fraco, o débil, o sadio. Construiremos, portanto, e devemos construir um só Brasil: o do povo com saúde, livre de todas as endemias” (BRASIL, 1986, p. 7). A própria CF/88 também indica a redução do risco de doença e de outros agravos; a Lei 8080/90 instalou a vigilância sanitária e epidemiológica, e tudo isso culminou, anos depois, com a NOB/96, na informatização dos dados em saúde, visando ao controle do adoecimento da população.

A contabilidade sobre adoecimentos é importante no nível de gestão, mas, nesse caso, também deixou visível a condução do sistema de saúde, que, como fora visto antes, com uma atenção básica frágil, apenas se manteve na perspectiva da contabilização de doenças. Tal condição deixava sem perspectiva uma saúde ampliada ou o que fosse a promoção da saúde, colocada pela Conferência de Otawa. Reafirmando esse modelo centrado na doença, a NOB/96 também indicou a prevenção ser prioritária quando indica: “enquadra-se, então, todo o espectro de ações compreendidas nos chamados níveis de atenção à

saúde, representados pela promoção, pela proteção e pela recuperação, nos quais deve ser sempre priorizado o caráter preventivo” (BRASIL, 1996).

No contexto de contabilidade de adocimentos na atenção básica, acessar o sistema de saúde público se dá com vistas à funcionalidade de sujeitos, que para tanto acessa medicamentos. A população, que tem um sistema público de saúde no qual se fazem presentes discursos da promoção da saúde, ainda assim acaba regularizada no seu adocimento, individualmente ou em seu todo. A prática desse sistema se pauta na colocação de disciplinas e biopolíticas aplicadas a um corpo.

Os sistemas de informação podem ser vistos movimentando o dispositivo, pois foram instalados mecanismos que se tornaram funcionais no sentido de se tornar forte a epidemiologia enquanto saber. Por meio da estatística dos adocimentos, a população, paulatinamente, tem um poder médico incidindo sobre ela, mesmo estando fora do hospital. O que viesse a ser promoção da saúde, uma vez atrelada à estatística, apenas seria um dispositivo normativo, muitas vezes ascendendo ao disciplinar, por meio de instruções do Estado sobre os “comportamentos saudáveis” dos sujeitos.

Outro conjunto de enunciados que aparecem nesse primeiro subarquivo é a “participação social”. A VIII CNS que já ocorreu sob a égide da participação, com presença de mais de 4.000 pessoas, também instalou a ideia de controle social enquanto participação da sociedade no setor saúde, o que foi assumido pela CF/88 e instalado por meio da Lei 8142 (BRASIL, 1990b). Ao longo de tais documentos, a participação é enunciado bem presentificado.

O controle social, contudo, uma vez instalado, se burocratizou, pois passou a acontecer sob a égide de mecanismos estatais, levando a um distanciamento do movimento social onde teve origem. E, nessa esteira, a participação, de fato, passou a ser muito mais a criação de mecanismos de assentimento dos sujeitos às políticas, porque no contexto liberal, apolítico, a participação está voltada aos “fracassados”, aqueles que não corresponderam a um modelo de produção e que não têm um plano de saúde. Por outro lado, a ideia de participação, quando bem procurada em espaços do sistema, é exígua. Inexiste em hospital ou ambulatório do SUS espaço para ser debatido o serviço oferecido. E, na atenção básica, espaço da saúde ampliada e da promoção da saúde, nesses primeiros tempos de SUS, a participação se instalou com dificuldades. Isto porque a atenção básica desqualificada, sem financiamento, seletiva no acesso, ou “coisa feita para pobres”, não se coloca como espaço político afirmado.

A penúltima série desse mesmo subarquivo trata da preocupação com o “desenvolvimento econômico”, quando o texto da VIII CNS diz que as políticas de saúde devem ocorrer por meio da “adoção de políticas sociais e econômicas que propiciem melhores condições de vida, sobretudo para os segmentos mais carentes da população” (BRASIL, 2006a, p. 14). A própria CF/88 atrela políticas sociais e economia, quando restam visíveis os limites para o setor saúde: a economia.

Na última série, há a visibilidade da “saúde como Estratégia para a democracia”. A própria arte do documento da VIII CNS indica, de modo lúdico, essa relação, alternando várias vezes as palavras “Saúde (e) Democracia (e) saúde”. Nesse documento, há uma convocação ao Processo Constituinte, com enunciados chamando à discussão sobre problemáticas amplas do país, e não apenas relacionadas à saúde. Também há o discurso oficial presidencial que antecedia as deliberações da VIII CNS, indicando que “A democratização, portanto, do setor da saúde é compromisso de Governo” (BRASIL, 1986, p. 7). Ou seja, a ideia de democracia se misturava aos discursos sobre a saúde.

Nesse conjunto de documentos, a promoção da saúde ainda aparece sem grande delineamento em meio aos discursos da saúde ampliada, a qual era condizente com o período histórico – o da democratização, importante para que o Estado cumprisse sua função equilibradora de tensões e, na medida em que se fizessem necessárias respostas às demandas econômicas do país, sendo o Estado apenas o seu eixo equilibrante (FOUCAULT, 1992).

Ainda que houvesse uma fragilização da instalação da atenção primária, nela se concentra os discursos do que viria a ser a promoção da saúde. E, no contraponto, nela era visível o fortalecimento do discurso epidemiológico, o que afirmava, em última instância, o modelo hospitalar. Assim, nessa primeira etapa de problematização sobre o discurso no campo da saúde e suas decorrências práticas, a promoção da saúde é uma reedição da Medicina Social (séc. XVIII), ou organização da prática médica a resolver situações específicas de um país evidentemente articulada ao pensamento preventivista.

Assim, as transformações do setor saúde brasileiro reeditou o poder médico, mas também acompanhou o processo de transformação que esse mesmo poder atravessou, com direcionamentos para o ambiente das pessoas, numa perspectiva de uma medicina urbana, por meio da colocação de normas de convivência (FOUCAULT, 1992). Desse modo, o processo das mudanças no setor saúde tem também a marca das biopolíticas, que açambarca o modelo médico no que esse tem de controle sobre o corpo, para fora do hospital, no ambiente mais geral de vida dos sujeitos.

Na biopolítica, as normas passam a ser encaminhadoras das práticas, como dispositivos de governo, naturalizados e de difícil resistência por parte dos sujeitos e por meio de verdades cada vez mais totalizantes e abrangentes (PRADO FILHO, 2006). Esse sistema de normas configurou também o que vinha sendo instalado como discurso de promoção da saúde, decorrendo aí processos de objetivação, que podem ganhar mais alguma visibilidade nas análises dos seguintes subarquivos.

### **A busca da institucionalização da promoção da saúde**

Um segundo conjunto de documentos é relativo a publicações nas quais o Ministério da Saúde buscava institucionalizar a promoção da saúde. Esta, ainda que já se fizesse presente no cenário internacional, não teve um lugar de destaque entre discursos que passaram a

estruturar os documentos legislativos, nos primeiros anos de estabelecimento do SUS, tampouco até então não tinha sido alvo de investimento institucional por meio de outros documentos estatais. Como foi visto, no primeiro subarquivo analisado, a promoção da saúde, a exemplo do conceito de saúde, que ainda era alvo de debates sobre sua definição, foi envolvida pelo conceito de saúde ampliada, que tentava se constituir desviado da doença.

Os documentos a seguir analisados, e que constituem o segundo subarquivo, são resultados de uma articulação da promoção da saúde ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que financiou, em 1998, o projeto intitulado “Promoção da Saúde”, ou Projeto BRA 98-006, ou seja, tratava-se de um projeto custeado e formulado por esse organismo internacional, especificamente para o Brasil (BRASIL, 1998). O texto do Projeto BRA 98-006 reitera a *Carta de Ottawa* (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE [OMS], 1986) e indica ser necessária “uma ação coordenada entre governo, setor saúde, e outros setores sociais e econômicos, organizações voluntárias e não governamentais, autoridades locais, indústria e mídia”. O projeto resultou em quatro documentos que visavam instalar a promoção da saúde no país, e que constituirão o segundo subarquivo.

Trilhando as séries já anunciadas, na primeira delas “o encampamento pelo Estado”, a adoção da promoção da saúde como política ocorre por meio de um discurso imperativo. E, para tanto, os discursos das conferências internacionais de saúde são apresentados em um dos documentos (BRASIL, 2002a), e nos demais são indicadas metodologias por meio das quais o Estado brasileiro deveria encampar a promoção da saúde (BRASIL, 2002b).

Sobre a “gestão em saúde”, esses documentos indicam enunciados da *Carta de Ottawa* (OMS, 1986) que se pautam na intersetorialidade na gestão e na formulação de ambientes favoráveis como projetos a serem desenvolvidos pelo Estado com o intuito de se promover saúde. Contudo, é característica desse conjunto de documentos um desvio da consideração da abrangência dos direcionamentos de Ottawa, ou seja, os documentos não fazem análises mais aprofundadas sobre a realidade canadense [local em que esse documento é formulado] e a brasileira, mas tão somente indicam a busca por cidades saudáveis e o envolvimento de um projeto de país consoante à promoção da saúde (BRASIL, 2002c).

As “condições de saúde e adoecimento da população” também aparecem como preocupação, quando são indicadas situações de risco de adoecimento e ao mesmo tempo hábitos saudáveis, tais como: quantidade de caminhadas para uma pessoa, tipo de alimentos mais adequados, etc. (BRASIL, 2002b, 2002d). Tal tipo de enunciado pode ser visto como empobrecedor de projeto que quis pensar a promoção da saúde, que, como visto antes, envolveria um projeto de país.

Já o risco de adoecimento da população é atrelado ao problema da “saúde e desenvolvimento econômico”. Fundamentando o discurso em relatórios sobre a saúde da população mundial, os riscos de adoecer no mundo

são ressaltados como risco ao desenvolvimento econômico, social e humano. Nesse sentido, as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e maus hábitos de vida são lembrados como custos ao país (BRASIL, 2002c).

Nesse segundo subarquivo, a “participação social” é indicada como condição para se pensar a promoção da saúde. E aqui aparece a promoção da saúde conjugada à ocorrência de um trabalho intersetorial, ou diálogo com “a sociedade, com seus setores produtivos, com suas organizações comunitárias e com seus meios de comunicação para um pacto pela saúde” (BRASIL, 2002b, p. 5). Contudo, mais uma vez, os documentos não fazem qualquer avaliação do controle social e sobre processos de participação que já se encontravam instalados no país. Nessa mesma senda, a “saúde como estratégia para a democracia” também aparece estruturando os discursos dos documentos desse subarquivo, até porque a Reforma do Estado, com base na Constituição, estava levando à descentralização da gestão em saúde e precisava de um elemento organizador da condução da população nos novos direcionamentos administrativos de gestão.

Nesse subarquivo há uma acomodação das práticas de saúde instaladas na década anterior, pós CF/88. Nele fica clara a intervenção internacional na política brasileira, quando o PNUD, com o “Projeto Promoção da Saúde”, em face da impotência do Brasil em caminhar *pari passu* à *Carta de Ottawa* (OMS, 1986), procura instalar no país essa política. Contudo, o projeto do PNUD fica fragmentado e é adiado pelas dificuldades em articular tensões com a biomedicina (CASTRO, 2005). E a promoção da saúde, nesse momento, em face de várias mudanças ministeriais, é direcionada para a “Coordenadoria Geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis” (CGDANT), na Secretaria de Vigilância e Saúde (SVS), quando a promoção da saúde passa a ser um apêndice do “Seminário Nacional de Vigilância em Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde”.

Nesse subarquivo é possível visualizar a promoção da saúde como um discurso de adequação e instalação de um modelo neoliberal da gestão da vida no país. Ou seja, trata da tentativa de otimização da população por meio de estratégias biológicas, sendo priorizada a gestão de riscos e segurança da população, o que se constitui um grande desvio de Ottawa, porque risco não fazia parte das preocupações daquele documento.

É possível a visibilidade, a partir desse documento, da promoção da saúde como uma biopolítica, cujas práticas de governo conduzem o sujeito para a ideia de que “vive-se perigosamente”, ou sob o risco do adoecimento. Contudo, não se trata de uma ideia de risco enquanto prevenção de acidentes ou doenças, mas o risco é colocado na dimensão individual da vida, voltando-se para estilos de vida (CAPONI, 2003). O problema do adoecimento aqui se refere à necessidade de produção de corpos. Seria necessária a regulação de um mercado neoliberal, que se instalava e que tinha como condição para seu funcionamento um *homo economicus*. Nesse mercado, os sujeitos



deveriam ser empresários de si mesmo e, desviando-se dos riscos, deveriam, para tanto, estar vivos e produzindo (FOUCAULT, 2008b).

O “Projeto Promoção da Saúde” também foi instalado à margem de debates, sem articulação ao controle social, contribuindo com um esvaziamento dos movimentos sociais. Esse desvio do sujeito coletivo pode ser pensado com efeitos de captura ao individual, quando a promoção da saúde ocorre por meio da afirmação de discursos da corpolatria e higiomania, aos moldes que entendeu Nogueira (2003), por meio da instalação do alarme, que, sem qualquer abertura para saídas do além do modelo médico, fortalece este último.

### **Estabelecimento da promoção da saúde no Brasil: dispositivo de governo médico da vida**

No terceiro subarquivo pode ser vista uma reorientação da organização do setor saúde por meio do “Pacto pela Saúde”, (pela vida, de gestão e em Defesa do SUS) (BRASIL, 2006c). A partir do Pacto é lançada então a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB).

Na série “o encampamento pelo Estado” se torna visível como, a partir do Pacto, há a habilitação dos municípios por regiões enquanto organizadores das necessidades de saúde, comprometendo a gestão para tal. E essa condição busca ser diferente do que vinha sendo empreendido até então, porque com a NOB/1996 não havia esse processo de responsabilização de gestores.

Com o Pacto, muda também o processo de “gestão em saúde”, porque localmente se busca a unificação, estabelecimento de metas e monitoramento de projetos locais. Mas com o Pacto se estabeleceu um problema: a promoção da saúde é localizada na atenção básica, mas deveria ser de responsabilidade intersetorial, como já foi indicado antes em Ottawa e no Projeto do PNUD. Diante disso, o que seja promoção da saúde passa a ser pensado alhures à gestão, pois com o Pacto a promoção da saúde deve fazer “dialogar as diversas áreas do setor sanitário, outros setores do governo, os setores privados e não governamental e a sociedade” (BRASIL, 2006a, p. 7). E isso é importante porque a promoção da saúde, em seu planejamento e financiamento, passa a ocorrer fora da atenção básica, ou seja, dentro de setores aos quais ela interessa na sociedade. O que restaria à atenção básica seria o trabalho com adoecimentos?

A resposta à questão anterior é visível na série “as condições de saúde e adoecimento”. O Pacto exclui financiamento para a promoção da saúde e, ao mesmo tempo, passa a definir, para a atenção básica, uma agenda sobre as doenças enfrentadas a cada ano. O financiamento da atenção básica passou a se dar por meio de blocos, que inclui vigilância em saúde e farmácia, inclusive com acréscimos para a atenção básica que tivesse desenvolvido programas específicos para atendimento a diabéticos e hipertensos. Assim, com uma desresponsabilização da gestão pública pela execução da promoção da saúde, o foco no adoecimento ganhou lugar na atenção primária. E, por que não dizer, fora da atenção básica, pois a in-

tersetorialidade, em face de um cenário de adoecimentos, poderia estabelecer sua capacidade contributiva com ações relativas a doenças, ainda que sob a égide da promoção da saúde, pois desse modo, em face dos discursos de riscos, suas ações ganhariam mais visibilidade.

Outro conjunto de enunciados ajuda a pensar como a promoção da saúde fora sendo estabelecida até aqui. A série “desenvolvimento econômico” perde força nesse documento e aparece com poucas presenças no Pacto, PNPS e PNAB. A economia aparece até mesmo como consolidada, quando a garantia à saúde é “a formulação de políticas sociais e econômicas que operem na redução dos riscos de adoecer” (BRASIL, 2006a, p. 16).

A “participação social” é considerada nesses documentos, mas o controle social pode ser visto sem potência de deliberação. Isto porque na PNAB a participação é princípio, e não diretamente articulada ao controle social estabelecido. A ESF deveria estimular a “comunidade no controle social, no planejamento, execução e avaliação das ações” (BRASIL, 2006b, p. 28), mas na PNPS a participação fica distante do controle social, pois, como diz o próprio documento, esta “vai além dos modos institucionalizados de controle social, implicando a criação de mecanismos de mobilização e participação” (BRASIL, 2006a, p. 15).

A “saúde como estratégia para a democracia”, com o Pacto, assim como a economia, também perde força no discurso. A democracia é apresentada como método de gestão e consolidada na PNPS, pois, “no Brasil, pensar outros caminhos para garantir a saúde da população significou pensar a redemocratização do país e a constituição de um sistema de saúde inclusivo” (BRASIL, 2006a, p. 13).

A instalação da promoção da saúde encontrou nesse conjunto de documentos uma contradição com a concepção de atenção básica. Isto porque se estabeleceu uma marginalidade da potência da atenção básica em desenvolver práticas de promoção da saúde, quando colocada com foco na atenção à doença. Isto leva a promoção da saúde a ser dispositivo que ganha um aliado estratégico: a intersetorialidade. Esta última se constitui espaço para que se recorra diante de problemas.

O Estado, ao delegar à intersetorialidade a implementação da promoção da saúde, possibilita a racionalidade médico-centrada, talvez não nos discursos, mas nas práticas. O governo da vida sobre a população continua por meio de vidas investidas de cima abaixo, com foco primeiro na doença na medida do que seja necessário.

O corpo entra aqui para a história (FOUCAULT, 1988b), descentrado do sujeito e em colaboração com um modelo econômico neoliberal. E nessa mesma linha de despolitização há decorrência para a participação, que não ocorre, mas é mantida por meio de enunciados que não açambarcam a história. Nessa perspectiva, a promoção da saúde, agora em uma relação mais clara com a atenção básica, passa a ser um dispositivo biopolítico de segurança, com a complexidade de ser elástica ao modelo econômico e suas demandas por vida, o que a torna também dispositivo de controle, uma máquina de governo das condutas, cada vez mais fina e subjetivante (PRADO FILHO, 2006).



### Considerações finais

O objetivo deste estudo foi o de avaliar, a partir do processo de redemocratização do país, a promoção da saúde enquanto discurso e prática que envolve a constituição de sujeitos. A promoção da saúde foi analisada como dispositivo de governo, saberes e práticas, datadas na história, incidindo sobre os sujeitos, objetivando-os, e não enquanto uma prática específica.

Na problematização dos discursos e práticas de promoção da saúde no cenário institucional nacional, a partir dos documentos analisados, foi possível a visualização da promoção da saúde, no fim da década de 1980 e ao longo da década de 1990, entre os discursos da saúde ampliada. Destacadamente na atenção básica, foi possível o encontro de uma promoção da saúde insipiente, como uma reedição do modelo preventivo.

Por volta do ano 2000, a promoção da saúde teve um investimento na tentativa de ser organizada como uma política, mas apenas envolta em um poder médico e na vigilância requisitada pelo neoliberalismo desenvolvimentista. E depois, com a sua instalação propriamente dita, como Política Nacional de Promoção da Saúde, em 2006, a promoção da saúde pode ser vista em meio ao estabelecimento de desvios da doença, coordenada pela intersetorialidade, com um declínio da participação social e marginal à atenção básica.

O percurso da análise dos dados dos documentos permite afirmar que a atenção básica, que seria o lugar de promoção da saúde, não se colocou como alternativa à biomedicina, mas com práticas nela centralizadas. Tal condição conduz para saúde ser “dever do cidadão e um direito do Estado”, tal qual indicado por Schramm (2006, p. 197).

O percurso trilhado, a partir da análise dos três subarquivos, também permitiu visibilidade sobre como práticas biopolíticas, no período da democratização brasileira, movidas pela ideia de promoção da saúde, objetivam sujeitos. A subjetividade, que é histórica (FIGUEIREDO, 1992), tem seu desenho marcado pela biopolítica e governamentalidade. O sujeito é conduzido à ética de excelência, tendo a saúde como norma, sendo conduzido a ser vigilante em face dos riscos anunciados. Desse modo, o sujeito, por meio de sua saúde, pode ser envolto em distanciamentos da dimensão política envolvida.

Ressalte-se que o estudo da dimensão política poderá ser mais bem açambarcado, com maior visibilidade sobre o processo de subjetivação, ou seja, por meio da análise da resistência a esses processos de objetivação, em busca de práticas de liberdade, a partir dos estudos de Foucault (1988b). Tal articulação dar-se-á em continuidade a este estudo, em uma publicação vindoura, que envolverá a articulação com uma prática de promoção da saúde na atenção básica.

A pesquisa aqui empreendida permitiu afirmar o potencial da pesquisa documental em conferir visibilidade sobre fenômenos relativos ao campo da saúde, a partir de discursos incidentes sobre esse campo. Especialmente na pesquisa em saúde, isso pode ser expresso pelo acesso a processos de subjetivação em meio a gama de produções

em saúde. Além disso, especificamente diante do objeto de estudo aqui localizado, foi possível ter visibilidade da forma como a saúde ampliada, motor de muitas lutas no campo da saúde, foi sendo edificada, ao longo dos anos, seja no campo dos discursos, seja traduzindo-se em práticas, objetivando sujeitos.

De outro modo, a partir da perspectiva da pesquisa documental, no presente estudo, pôde-se conferir também a grandiosidade da contribuição do pensamento arqueológico empreendido por Foucault (2008a), no texto a *Arqueologia do saber*, quando abordou os arquivos enquanto monumentos. Seguindo a arqueologia de Foucault (2008a, p. 30), foi possível saber “segundo que regras um enunciado [do campo da saúde] foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos” nesse mesmo campo. E, ainda, compreender o enunciado na sua estreiteza, singularidade, condições de existência, limites, e em correlações com outros enunciados; ou seja, o movimento político e histórico colocado pelos enunciados sob estudo. No presente estudo a perspectiva do arquivo possibilitou a visibilidade dos enunciados movimentando acontecimentos que envolveram um período importante da saúde no país, mas não sem envolver a objetivação dos sujeitos.

#### Informações sobre a autora:

Ana Maria Pereira Lopes

 <https://orcid.org/0000-0001-5915-0546>

 <http://lattes.cnpq.br/9988734902121557>

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1994), mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002), com dissertação com temática acerca da saúde mental e trabalho em saúde mental; e doutorado em Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012), com tese acerca da promoção da saúde enquanto biopolítica. Atualmente é professor titular da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Tem experiência na docência em Psicologia, com ênfase na saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: atenção básica (saúde mental) e psicologia hospitalar, e com a intersetorialidade a políticas públicas (assistência social, segurança, educação e outras). Tem experiência na temática relativa à organização da profissão de psicólogo e ética profissional. Faz parte do Comitê de Ética em Pesquisa da UNISUL e foi tutora do Programa de Educação para o Trabalho em Saúde (PET) Saúde - Ministério da Saúde.

#### Como citar este artigo:

##### ABNT

LOPES, Ana Maria Pereira. Promoção da saúde no processo de democratização brasileiro: biopolíticas e constituição de sujeitos da saúde. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 31, n. 3, p. 283-291, set./dez. 2019. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i3/5509>

##### APA

LOPES, A. M. P. (2019, Setembro/Dezembro). Promoção da saúde no processo de democratização brasileiro: biopolíticas e constituição de sujeitos da saúde. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(3), 283-291. doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i3/5509>

## Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Mennocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura do Centro de Memória da Unicamp*, Campinas, n. 1, p. 48-55, 1991. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645467/12774>. Acesso em: 13 ago. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 8., 1986, Brasília. *Anais...* Brasília: MS, 1986. Disponível em: [http://www.ccs.saude.gov.br/cns/pdfs/8conferencia/8conf\\_nac\\_anais.pdf](http://www.ccs.saude.gov.br/cns/pdfs/8conferencia/8conf_nac_anais.pdf). Acesso em: 27 out. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 13 ago. 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em: 14 ago. 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 8142, de 28 de dezembro de 1990*. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. 1990b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm). Acesso em: 14 ago. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – SUS 01/96*. Brasília: Ministério da Saúde, 1996.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. *Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial*. Brasília: Ministério da Saúde, 1997.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Promoção da saúde, um novo modelo de atenção*: Documento do Projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *As cartas da promoção da saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *A construção de vidas mais saudáveis*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde* (documento para discussão). Brasília: Ministério da Saúde, 2002c.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Vamos promover nossa saúde?* Brasília: Ministério da Saúde, 2002d.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006c.
- CAPONI, Sandra. A saúde como abertura ao risco. In: CZERESNIA Dina; FREITAS Carlos Machado de. (Org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 39-53.
- CASTRO, Adriana Miranda de. *A institucionalização da Promoção da Saúde no SUS*. Rio de Janeiro: UIPES / ORLA, 2005.
- FIGUEIREDO, Luis Cláudio. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988a. v. 1.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1988b. v. 3.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. Crise da medicina ou crise da anti-medicina. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Foucault: arte, epistemologia, filosofia, história da medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. Coleção Ditos & Escritos, v. 7, p. 373-384.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1990.
- LEMOES, Flavia Cristina Silveira et al. A análise documental como instrumento estratégico para Michel Foucault. In: PIMENTEL, Adema et al. (Org.). *Itinerários de pesquisas em psicologia*. Belém: Amazonas, 2010. p. 95-118.
- LUZ, Madel Therezinha. Duas questões permanentes em um século de políticas de saúde no Brasil republicano. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 293-312, 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232000000200006>
- MATTOS, Ruben Araujo de. Princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e a humanização das práticas de saúde. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 13, supl. 1, p. 771-780, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832009000500028>
- NOGUEIRA, Roberto Passos. A segunda crítica social da saúde de Ivan Illich. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 7, n. 12, p. 185-190, 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832003000100022>
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Carta de Ottawa*. 1986. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta\\_ottawa.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf). Acesso em: 22 jan. 2016.
- PRADO FILHO, Kleber. *Michel Foucault: uma história da governamentalidade*. Rio de Janeiro: Insular; Achiamé, 2006.
- SCHRAMM, Roland Fermin. A saúde é um direito ou um dever? Uma autocrítica da saúde pública. *Revista Brasileira de Bioética*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 187-200, 2006.

# Atividade de trabalho em um Sine: entre política partidária e política pública

Thiago Drumond Moraes,  \* Iasmin Libalde Nascimento 

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil

## Resumo

*Este relato de experiência, calcada na perspectiva ergológica, apresenta questões que moveram uma intervenção em uma Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda de um município do Espírito Santo e alguns dos efeitos observados entre os participantes deste trabalho. Procuramos demonstrar que a produção de um gênero profissional em serviço público se dá em uma tripla temporalidade: uma temporalidade caracterizada pela marcação cronológica do que se vive no aqui-e-agora, fortemente influenciada pela superação cotidiana das demandas do serviço; uma temporalidade dos acontecimentos sucessivos ao longo do tempo, como a sucessão de gestores do serviço; e uma temporalidade não cronológica e intermediária, constitutiva das regras partilhadas pelos trabalhadores, onde se conjugam os meios de se enfrentar as ambiguidades impostas pela intensidade dos tempos mais longos, e as impostas pelas demandas do dia a dia. A produção desse gênero profissional envolve diálogos e enfrentamentos constantes com outros gêneros que operam nesse tipo de serviço, em particular o gênero das relações político-partidárias. Uma intervenção nesse cenário requer a compreensão dessa complexidade de coletivos e histórias ali presentes, para que seus efeitos sejam mais efetivos.*

*Palavra chave:* Secretaria de Emprego e Renda; clínicas do trabalho; Ergologia; gênero profissional.

## Work activity in a Sine: between party politics and public policy

### Abstract

*This report, based on the ergological perspective, presents questions that guided an intervention in a Secretariat of Labor, Employment and Income of a municipality of Espírito Santo and some of the effects observed among the employees. We seek to demonstrate that the production of a professional genre in public service takes place in a triple temporality: a temporality characterized by the chronological marking of what is lived in the here and now, strongly influenced by the daily overcoming of service demands; a temporality of successive events over time, such as the succession of service managers; and a non-chronological and intermediate temporality, constitutive of the rules shared by the workers, which combine the means of confronting the ambiguities imposed by the intensity of the longer times, and those imposed by the demands of everyday life. The production of this professional genre involves constant dialogues and constant confrontations with other genres operating in this type of service, in particular the genre of political party relations. An intervention in this scenario requires the understanding of the complexity of collectives and stories present there, so that its effects are more effective.*

*Keywords:* Secretary of Labor; Employment and Income; clinics of work; Ergology; professional genre.

O presente artigo refere-se ao relato de experiência de intervenção de um grupo de alunos de graduação do curso de psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo junto a uma Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda de um município do Estado do Espírito Santo, onde se oferece o serviço de apoio ao trabalhador do Sistema Nacional de Emprego (Sine). Orientada pela perspectiva ergológica (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010), e articulando conceitos das clínicas do trabalho (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011), em particular a da Clínica da Atividade (CLOT, 2010), essa intervenção propiciou, no âmbito acadêmico, desenvolver conceitos que contribuem para compreender processos de gerenciamento e intervenção em serviços públicos sustentados em indicações de cargos em comissão. Inicialmente, em conversas informais com as psicólogas de uma Secretaria de Trabalho de um município do Espírito Santo, foi-nos demandado auxílio teórico-técnico para resolução de problemas identificados nos modos de organização e gestão do trabalho de profissionais do Sine e seus efeitos na saúde e satisfação dos trabalhadores, principalmente naqueles que atuavam no atendimento direto à população. Segundo as

psicólogas, estes problemas acarretavam rotatividade de profissionais, elevado absenteísmo e piora dos serviços prestados aos munícipes.

Pactuou-se por uma ampla intervenção junto ao grupo de trabalhadores mais afetados por esses problemas – os atendentes dos usuários – a qual fosse capaz de abarcar também os elementos estruturais que tornam inviável a recomposição de saberes desses profissionais em direção à oferta de bons serviços e satisfação no trabalho. Nesse sentido, embora o foco final de trabalho fosse a melhora das condições de trabalho dos profissionais atendentes, ficou evidente a necessidade de ampliar os métodos de intervenção para outras áreas da organização em questão.

### Bases teóricas da intervenção

Antes de tudo, considera-se o trabalho desenvolvido nessa organização como uma atividade de trabalho. Para tanto, recorremos ao suporte teórico-metodológico da Ergonomia da Atividade (FALZON, 2007), da Clínica da Atividade (CLOT, 2010) e da Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 2012), coordenados e operados pelas orientações epistemológicas da Ergologia (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). O uso de perspectivas teóricas distintas, algumas das quais possuem em suas bases epistemológicas teorias às vezes opostas, foi realizado a partir da escolha de uma perspectiva filosófica, a Ergologia, que serviu de orientação geral, propiciando articular

\*Endereço para correspondência: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento. Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário de Goiabe – Vitória, ES – Brasil. CEP: 29075-910. E-mails: [tdrumond@gmail.com](mailto:tdrumond@gmail.com), [iasmin.libaldenascimento@gmail.com](mailto:iasmin.libaldenascimento@gmail.com)

Os dados completos dos autores encontram-se ao final do artigo.





conceitos dessas diferentes abordagens em uma mesma intervenção que minimizou os riscos das possíveis divergências teóricas dali advindas. O uso desse conjunto diverso de ferramentas se deveu à necessidade de lidar com um fenômeno complexo e que propiciasse, também, a familiaridade dos alunos com uma gama ampla de métodos, teorias e instrumentos possíveis de intervenção. Reiteramos que a ancoragem dessa intervenção na Ergologia, e compreendendo que todas as abordagens utilizadas partilhavam entre si vários eixos analíticos em comum, garantiu uma intervenção adequadamente alinhada aos propósitos definidos pela equipe de intervenção.

Dessas diversas abordagens teóricas, detivemos, sobretudo, a concepção de que cada trabalho não se conhece e não se define apenas pelas condições, tarefas e expectativas que estão dadas previamente ao trabalhador quando exerce suas atividades e os produtos produzidos a partir dessas condições. Pelo contrário, há contínua incompatibilidade entre aquilo que se antecipa e prescreve e aquilo que cada situação momentânea exige. Há sempre algo de inusitado, imprevisível, variável; há sempre uma surpresa. Na busca de superar essa distância entre o que se exige do trabalhador e o que a situação exige, o trabalhador se mobiliza, procurando recentrar o meio a partir de si (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010), o que se configura como um aspecto sempre potencial de expressão de sua vida singular e humana. É no exercício mesmo do seu fazer que se abrem espaços para inventividades e reservas de alternativas (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). Mais que vítimas, é no concreto, na ação cotidiana de trabalho, que se desenrola uma dramática, uma história mais ou menos carregada de afetos e tensões (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010) e de negociações (SATO, 2002) que se furta a formas de antecipação totalmente conhecíveis. Ali os trabalhadores são também agentes.

O trabalho executado pelo trabalhador se ancora em apostas de que os efeitos das ações escolhidas (ou possíveis) por cada um, e pelo coletivo em geral, serão capazes de atender às exigências que se lhes impõem. Tais apostas serão, ao mesmo tempo, produtoras de saúde para si, de um trabalhar melhor e de um trabalho bem feito (CLOT, 2010; SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). Em outras palavras, o trabalhador se arrisca, lançando mão de contínua inventividade e mobilização do corpo-si para que a produção ocorra (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010), uma vez que a atividade laboral nunca é mera repetição das tarefas determinadas pela gerência, seja por exigências corporais, cognitivas e subjetivas dos trabalhadores, por problemas existentes nos meios de produção, ou mesmo por acasos. Nesse processo, a saúde se produz no momento em que tal mobilização pessoal se dá, tornando viável a realização das tarefas, a produção de identidade e sentido do trabalho, bem como seu reconhecimento por si ou por outros (CLOT, 2010; DEJOURS, 2012).

Entretanto, nem sempre essa aposta resulta em escolhas que viabilizam a produção de saúde e de um trabalho bem feito. A partir das perspectivas filosóficas canguilhemianas, de que a saúde é a capacidade normativa (CANGUILHEM, 2011), podem-se generalizar os processos de

adoecimento no mundo de trabalho como a impossibilidade de se reinventar saídas individuais e coletivas às exigências impostas pela incongruência entre o que as tarefas impõem e a realidade permite. Em situações como essas, muitos trabalhadores não conseguem criar alternativas aos modos de realizar um bom trabalho, o que acarreta doenças físicas ou mentais (DOPPLER, 2007). Sendo assim, compreender o processo de adoecimento desses trabalhadores requer compreender não só as condições de trabalho a que estão submetidos, ou suas características pessoais, mas também como trabalhadores e a organização do trabalho (DEJOURS, 2012) dialogam e são geridos no labor cotidiano.

A concepção do trabalho como atividade transforma os modos como se produz uma intervenção de psicólogos no campo do trabalho. De um lado, requer que sua ação seja menos centrada em instrumentos e conceitos determinados a priori e mais na maneira como tais instrumentos e conceitos utilizados contribuem ou não para que os trabalhadores tenham condições de escolher a melhor maneira de se mobilizarem na atividade. De outro lado, torna inevitável a recusa do papel de especialista do psicólogo, já que reconhece que qualquer uma de suas práticas, se não quer se tornar uma usurpação (SCHWARTZ, 2009), será sempre renormatizada e retrabalhada pelos próprios trabalhadores a que elas se dirigem.

Além dessas condições, observam-se aí outras exigências que devem ser respeitadas: 1) os protagonistas da intervenção nunca são somente os psicólogos, exatamente porque, ao final, os trabalhadores são os agentes últimos de suas atividades; 2) ao mesmo tempo, a intervenção dos psicólogos não depende somente de suas ações e a dos trabalhadores, sendo fundamental, em boa parte da intervenção, o envolvimento de setores responsáveis pela prescrição das tarefas (DANIELLOU; BÉGUIN, 2007); 3) essa postura não implica a desresponsabilização das ações dos psicólogos, já que as ações de outros envolvidos relacionam-se também às suas; e 4) as intervenções são sempre produtoras de saberes, tanto entre os trabalhadores quanto entre os que intervêm; daí a exigência ergológica de que os psicólogos repensem, durante e após as intervenções, os conceitos previamente utilizados; trata-se de colocar o conceito à prova do real (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). Nesse vaivém entre conceito e experiência, é o desenvolvimento desses dois eixos – trabalhadores e psicólogos – que se observa como fruto de uma boa intervenção dos psicólogos no trabalho.

Em busca de atender à demanda anteriormente apresentada, e tendo por subsídio os conceitos supracitados, realizamos uma intervenção que nos permitiu analisar e descrever como o modo de funcionamento daquele serviço relacionava-se com os efeitos observados tanto na saúde quanto na produção de subjetividade dos envolvidos (gestores, trabalhadores e usuários – e, por que não, em nossa equipe de pesquisa-intervenção) e na qualidade do serviço prestado.

### Métodos da intervenção

A intervenção se desenvolveu durante quase dois anos, em duas etapas, ambas contando com a participação de 12 alunos e 3 professores (esse quantitativo se refere ao total de participantes ao longo do tempo, embora em determinados períodos o número não tenha sido exatamente esse), que realizaram as seguintes atividades. Na primeira etapa, mais próxima do que se chama regularmente de diagnóstico situacional, o grupo objetivou compreender aspectos gerais do funcionamento do Sine na perspectiva dos trabalhadores e as demandas de emprego, formação, qualidade do serviço e aspectos de melhoria do Sine; avaliar algumas características culturais das relações e trabalho na Secretaria; identificar e analisar as condições de trabalho da organização; compreender a (in)satisfação dos trabalhadores com sua atividade profissional e possíveis determinantes desse processo. Para tanto, realizaram-se visitas institucionais a fim de se observar o funcionamento do serviço, as relações entre os trabalhadores e deles com o serviço e o trabalho, entrevistar os trabalhadores acerca das atividades profissionais e acompanhar atendimentos realizados. Ademais, objetivando validar as impressões obtidas nas visitas institucionais, foram efetuados encontros grupais com os trabalhadores, bem como o registro das impressões em diários de campo, impressões e diários que eram comparados às de outros alunos.

No segundo ano do projeto, a partir do que se produziu na etapa anterior, iniciamos um programa de formação para os servidores da Secretaria, visando fortalecer a política pública de trabalho, emprego e renda e qualificar o atendimento ao usuário, sendo que este foi um dos temas apontados pelos participantes da intervenção. O curso visava não apenas produzir conhecimentos e habilidades técnicas relativas às funções dos trabalhadores, mas também sobre os processos em que suas tarefas estavam inseridas e o funcionamento da máquina pública. Visamos, desse modo, ampliar as competências ‘na’ organização (ZARIFIAN, 2011), mas também ‘sobre’ a organização.

### Alguns resultados

Verificamos, ao longo de um ano de diagnóstico, que o serviço era utilizado pelos gestores e pelas forças políticas do município com objetivos ambíguos: se de um lado a implementação do serviço se coadunava com anseios legítimos de desenvolvimento regional (facilitação da colocação de municípios em empresas locais), de outro, a dinâmica organizacional sustentava uma prática de oferta de vagas em troca de apoio político, já que muitos usuários que procuravam emprego aceitavam “pular a fila” ou acessar certas “reservas especiais de vaga”, por meio de barganha política. Os operadores dessa dinâmica eram funcionários indicados (a maioria) que se dedicavam à manutenção desse modelo, fazendo reservas de vagas, em detrimento das tarefas impessoais preconizadas pela política.

Em meio a esse processo, parte dos atendentes, a maioria estagiários de nível médio, se dedicava a operar a “máquina burocrática” sem as ferramentas necessárias para viabilizar um ou outro objetivo, mais ou menos ex-

plícito, do trabalho. Restava-lhes apenas o atendimento ao usuário, sem compreender claramente seu papel na política promovida pelo serviço ou na oferta de vagas em troca de apoio político. Os atendentes e outros servidores que não se encontravam nas condições citadas, não conseguiam partilhar modos de ação nessa Secretaria que não implicassem prejuízo à saúde, uma vez que não encontravam meios de compatibilizar a ambiguidade de tarefas, formais ou informais, aí exigida. Como consequência, muitos servidores abandonavam a atividade, grande número de licenças-saúde, pouca qualidade do serviço prestado, pouca eficiência do serviço, a despeito da dedicação da maior parte dos trabalhadores.

A formação que desenvolvemos se desenhou em torno de reflexões coletivas sobre a condição encontrada, na medida em que impunham problemas que precisavam ser solucionados. Entre estes, a contínua rotatividade não permitia a consolidação de saberes sobre o atendimento e sobre as políticas de trabalho. Paradoxalmente, existia uma forte e consolidada cultura de clientelismo entre os trabalhadores, o que significaria, talvez, quase um gênero profissional de trabalhadores comissionados desse município, que têm como principal objetivo o trabalho social de cooptação política e busca de voto a partir dos serviços da prefeitura. As tarefas fins, e formais, dos serviços eram quase secundárias.

Esse duplo interesse (dos padrinhos políticos e dos usuários) se sustentava em um mundo de valores (SCHWARTZ, 2009) que mediavam as relações entre as pessoas e que eram, por si só, complexos, contraditórios ou conflitantes e que requeriam dos profissionais múltiplas decisões. Exatamente por essa pluralidade de valores é que as diferentes atividades em jogo – cooptação política ou a política de trabalho e renda –, mesmo as impedidas (CLOT, 2010), nem sempre encontravam saberes socialmente partilhados e adequados para situações continuamente cambiantes. Até porque muito dos saberes e “macetes” disponíveis não eram estilizações, variações pessoais de um modo coletivo de se fazer (CLOT, 2010), mas diversidade de gêneros em jogo – gêneros da atividade política vs. gêneros da atividade profissional – que não vinham encontrando, por meio da atividade dos trabalhadores, uma compatibilização salutar.

Esses diversos gêneros em atividade eram precariamente resolvidos a partir de normatizações mais ou menos cristalizadas e deslocadas da realidade, baseadas em valores mais ou menos contraditórios, em um serviço cujos interesses eram frequentemente ambíguos. A resultante desse processo eram conflitos, enfrentamentos e sofrimento da parte mais frágil, os atendentes alheios a essa lógica. Durante o período eleitoral, essa condição conflituosa se exacerbou enormemente.

### Alguns percalços no percurso

Após a eleição, houve troca da gestão dos grupos políticos da Prefeitura, acarretando mudanças em várias secretarias, entre as quais a que trabalhávamos. Resulta que o quadro acima apontado mudou abruptamente sem, necessariamente, se transformar: quase todos os antigos

servidores indicados foram demitidos, permanecendo ali apenas os efetivos (2) e poucos comissionados (3). Pessoas mudaram, algumas práticas de oferta de vagas em troca de apoio político parecem ter sido minimizadas, mas as práticas de nomeação de cargos comissionados por apadrinhamento político se perpetuou. Por outro lado, os novos gestores da Secretaria suprimiram, inicialmente, uma demanda que nos foi encomendada outrora, a saber, uma orientação mais definida do serviço para uma política de emprego e renda mais consoante à Política Nacional. Aliás, essa nova gestão contribuiu para a formação dos funcionários indicados, fornecendo saberes e trocas de experiências durante os meses iniciais de gestão. O principal instrumento para essas formações foram as reuniões com toda a equipe da Secretaria.

Porém, após esses meses iniciais, as reuniões foram se tornando cada vez mais raras, ficando a cargo da gerência a exclusividade de definição da organização e dos processos de trabalho. Esse monopólio era frequentemente justificado pela pretensa posse do saber-fazer, acumulado por membros da gerência em outras experiências profissionais. O saber (e não saber) dos demais trabalhadores da Secretaria os conduzia para uma posição de desvantagens de negociação, restando-lhes ouvir o que se apresentava nas reuniões. Estas, aliás, começaram a ser percebidas coletivamente como reuniões de transmissão de tarefas e não de debates de ideias ou de formação. Alternativa a essa condição, percebida pelos trabalhadores como autoritária, somente se estes lançassem mão da velha estratégia das relações político-partidárias ou relações pessoais com os membros da gerência, para que suas vozes fossem de algum modo ouvidas ali dentro.

E mesmo com as orientações técnicas inicialmente fornecidas pela gerência, os saberes transmitidos por ela não eram suficientes para lidar com imprevistos que o cotidiano inevitavelmente impunha, reconvocando os trabalhadores a se mobilizarem para dar conta deles. Em meio a esse movimento, iniciamos a segunda etapa do projeto, que resultou em outro curso de formação, cuja etapa final remeteria a um encontro dialógico entre trabalhadores – mais bem preparados para elaborar suas concepções sobre o trabalho – e os gerentes da Secretaria.

O curso se desenrolou por meio de reflexões e análises coletivas acerca do que se desenvolve nessa Secretaria, as diversas forças ali presentes e o papel da Política Nacional de Trabalho, Emprego e Renda. Foi exatamente nesse momento que a gestão do Sine cancelou o projeto, sob a alegação de que nossa intervenção aumentou as tensões entre a gerência e os trabalhadores, o que, segundo suas concepções, estava em desacordo com suas expectativas. Tentamos construir junto aos gerentes uma reflexão mais ampla sobre o processo em curso, mas estes foram relutantes em conduzir a intervenção até o final, deixando claro que suas expectativas não eram a de promover uma equação dos conflitos, ou mesmo institucionalizá-los, conforme preconiza Clot (2010), mas apenas reduzir os conflitos por meio da passividade e obediência dos trabalhadores em relação à gerência.

Mesmo terminando a intervenção antes do planejado, observamos alguns resultados:

1. Os trabalhadores se mobilizaram com as reflexões propostas durante os momentos de formação, que se pode conceber como uma formação para e pela ação (NEVES et al., 2018), a ponto de, inúmeras vezes, requererem à gerência reuniões, mediados pela equipe de intervenção, para negociarem sobre a organização o trabalho;

2. Mesmo a gerência evitando se reunir com eles, os trabalhadores começaram a recusar, sistematicamente, uma atuação passiva diante das exigências impostas. A partir de reflexões coletivas sobre algumas normas pactuadas entre eles, haviam constantes recusas sobre a atuação de um ou outro modo exigido de funcionar. E o monopólio dos saberes pela gerência foi sendo paulatinamente questionado.

Após alguns meses acompanhando à distância o trabalho nessa Secretaria, por meio de uma aluna que permanecera ali como estagiária, observamos a manutenção da mobilização coletiva dos trabalhadores, que nos sinaliza alguns efeitos positivos de nossa intervenção. Entretanto, se de um lado os indícios sinalizam alguns avanços, não devemos ignorar os impactos advindos de sua prematura interrupção.

Mesmo considerando que o rompimento do contrato deveu-se aos movimentos produzidos pela intervenção, e que isso pode ser considerado um trabalho bem feito, nossa incapacidade de conduzir esse processo de modo a evitar o rompimento prematuro do vínculo contratual impôs limites aos efeitos de longo prazo que idealizávamos por meio dessa ação. Por isso o questionamento da sua eficácia.

De todo modo, lembremos que o mais importante foi realizar um trabalho orientado por reflexões teóricas claras, que serviram de referência tanto para os trabalhadores envolvidos nesse projeto como para os atores da equipe de intervenção.

A partir do que foi apresentado até então, podemos considerar refletir teoricamente algumas questões que merecem ser retomadas.

#### **Algumas generalizações possíveis e novas questões a partir da intervenção**

Toda atividade se dá por meio de debate de normas em um mundo de valores que envolve uma triangulação dos seguintes polos: das dramáticas do corpo-si diante de situações singulares, dos saberes mobilizados e/ou retrabalhados por entidades coletivas relativamente pertinentes e das normas antecedentes que direcionam parcialmente essa atividade (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). Desta forma, podemos dizer que, para se realizar qualquer atividade, recorre-se sempre a saberes, que são frutos de um retrabalho coletivo, de um patrimônio, denominado de saberes em desaderência por serem parcialmente singularizados (SCHWARTZ, 2009), ainda que, para alguns, ele mantenha algo de genérico (CLOT, 2010). Os modos como esses saberes em desaderência se reorganizam em saberes mais ou menos estruturados (instrumentais ou



normativos) vão depender, além do patrimônio de saberes acumulados, da capacidade que determinado meio de trabalho tem de absorver tais contribuições coletivas. A formação de um gênero profissional é exemplo desse processo, mas podemos indicar como outro exemplo a capacidade que alguns modos gerenciais contemporâneos têm de absorver as contribuições dos trabalhadores. Assim, se há sempre ressingularização e desaderência, por menor que seja, a produção de saberes e de saúde a partir dessa experiência pode ser facilitada quando são possíveis debates e controvérsias em um coletivo de trabalhadores, e deles com a gerência (CLOT, 2010).

Com nosso apoio, os trabalhadores dessa Secretaria intensificaram a produção e estabilização de patrimônio em um gênero profissional. Chamou-nos a atenção, porém, que se o patrimônio de saberes em torno dessa atividade foi se constituindo apenas lentamente a partir de apropriações comuns sobre as tarefas e o sobre o trabalho em si, os saberes relacionados à segunda tarefa – a gestão do serviço como um espaço de gestão relativamente partidária – estavam mais consolidados. Estes se calcavam principalmente em saberes de como se relacionar político-pessoal e partidariamente para se afirmarem nessa organização, relativamente independente dos saberes que possuíam sobre o trabalho, que permitiam aos trabalhadores se localizarem nessa complexa rede de relações entre outros agentes político-partidários. Em uma palavra, saber como se relacionar com um colega, indicado por outro vereador x, do partido y, com interesses políticos na comunidade z. Em meio a essa relação, uma tarefa a cumprir, uma atividade a gerir, em uma Secretaria determinada.

Extraímos dessa experiência algumas pistas a serem comprovadas em futuras pesquisas-intervenções em situações semelhantes. Em primeiro lugar, se não se partilham experiências de trabalho sobre o qual se lançam, seja por serem novos no serviço, seja por não terem tido formação suficiente, é usual que um coletivo partilhe algo em comum, que no caso em questão se tratou, de um lado, do vínculo com o sistema de indicação político-partidária e, de outro, da ainda frágil possibilidade de se articular com seus pares contra a gerência. Até porque parte dos “padrinhos” políticos era oriunda de quadros partidários que se opunham à gerência. Ora, se de um lado tal condição aproxima os trabalhadores, que partilham uma mesma condição empregatícia, de outro, trata-se de uma aproximação bastante frágil, porque um terreno minado por disputas que se dão em outros espaços não permite a partilha de confiança no colega – aspecto fundamental para uma deontologia do fazer (DEJOURS, 2012).

Porém, lembremos que a intervenção acima apresentada ocorreu em dois momentos distintos, diagnóstico e formação, e que esses momentos se deram com grupos quase completamente diferentes. Ora, a mudança quase completa da equipe não mudou profundamente o cenário analisado, nos colocando uma questão no que tange à importância da gerência: em que medida, no serviço público, suas características são suficientes para “modificar” as coisas, uma vez que há uma prática constante e qua-

se cultural (um gênero?), com saberes e valores que são comumente mobilizados e atuam com grande força nos processos normativos e debates de normas das pessoas?

Interessante notar a existência de uma ambiguidade presente no coletivo de trabalho que, por um lado, como nessa Secretaria, apresenta uma série de ofícios em diálogo contínuo; enquanto que por outro não há uma história em comum do ofício, cuja construção tentamos auxiliar. Convém destacar, entretanto, que a existência de uma história em comum da cultura política configura-se como outro elemento crucial que também entra em embate. Assim, seria possível pensar em uma tripla temporalidade a se construir, sempre, em serviços públicos em que há uma grande quantidade de funcionários indicados politicamente. Há uma espécie de temporalidade na qual os acontecimentos marcam mais que a própria história do tempo cronológico, como por exemplo a sucessão de candidatos; há um tempo cronológico mais imediato, mais bruto, marcado pela superação cotidiana das demandas do serviço; e há, em meio a estes, uma temporalidade não cronológica intermediária, onde se conjugam, de maneira complexa, relativamente arbitrária, mas sempre socialmente ancorada, as ambiguidades impostas pela intensidade dos tempos mais longos, e as impostas pelas demandas do dia a dia; trata-se aqui, talvez, da temporalidade da constituição de regras partilhadas pelos trabalhadores, denominada por alguns de regras de ofício (DEJOURS, 2012), bem como a constituição de gêneros profissionais e de entidades coletivas relativamente pertinentes (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). Essa temporalidade intermediária, fundamental para articular as outras duas de modo a evitar adoecimento e propiciar a ampliação de reservas de alternativas, parece ser o desafio fundamental a se produzir. Daí que as intervenções desse tipo devem girar em analisar sobre quais histórias e quais valores orientam as práticas cotidianas e em como transformá-las.

Vemos, então, que nesse caso nunca se trata somente de uma análise do trabalho como atividade considerando-se apenas a atividade presente. Em nossa intervenção, outra atividade emerge como foco de análise, que é a atividade política, com o prazo cronológico da eleição, e que se exerce por meio dos vereadores, deputados e prefeitos que indicam os cargos ocupados pelos trabalhadores do serviço. E ali também se observa a existência de um coletivo em ação. Os operadores de tais ações são os trabalhadores que se deixam ser, mais ou menos, instrumentais a esses apelos. Ao mesmo tempo, a gerência também os instrumentaliza nesse paradoxo, seja afirmando as suas próprias orientações políticas, seja afirmando seus próprios interesses para os serviços públicos ali prestados. Resta aos trabalhadores criarem saberes que permitam exercer bem seus trabalhos, em ambas as demandas existentes, aquelas mais explícitas do dia a dia ou as outras, respaldadas em relações político-partidárias.

Nossa intervenção se pauta, portanto, por uma dupla problemática: de um lado o fortalecimento de coletivos profissionais por meio de estabilizações de gêneros e, de outro, algo relativamente inusitado, em desconstrução, ou redução da força de outros coletivos que transversa-

lizam essa organização, calcados na cronologicamente longa história político-partidária institucionalizada no Estado brasileiro. Trata-se, portanto, de uma passagem, nunca fácil de se realizar, entre um coletivo e outro.

Deparamo-nos, na intervenção, com uma questão sempre recorrente: as escolhas éticas e os valores que orientam as ações cotidianas de cada um dos trabalhadores (SCHWARTZ, 2004) no serviço, e em nossa intervenção. Contudo, dada a complexidade da temática, não há espaço para a elaboração dessas questões neste texto.

Os instrumentos que escolhemos para se realizar essa intervenção foram calcados em uma tradição de trabalhos que se baseiam, de modo geral, no resgate das dimensões coletivas, perdidas ou inexistentes, de uma profissão qualquer. Teria sido essa escolha a mais adequada? Como dito, a ruptura prematura da intervenção talvez aponte para uma resposta negativa. De qualquer modo, se os meios não foram totalmente adequados, é nessa direção, e com as mesmas perspectivas teóricas, que ainda acreditamos que devemos caminhar. Talvez outros meios venham a ser desenvolvidos para que em novas intervenções, em situações semelhantes, os desafios observados aqui possam ser ponderados e mais bem conduzidos.

#### Informações sobre os autores:

Thiago Drumond Moraes

 <https://orcid.org/0000-0001-6250-3533>

 <http://lattes.cnpq.br/9853780049224830>

Leciona na Universidade Federal do Espírito Santo onde atua como Professor Adjunto IV no Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento, na área de Psicologia do Trabalho e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2000), mestrado em Psicologia (na área de Estudos da Subjetividade) pela Universidade Federal Fluminense (2002), doutorado em Psicologia Social (na área de Psicologia de Trabalho e Organizacional) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2008) e Pós-Doutorado no Instituto de Ergologia da Aix-Marseille Université, Aix-en-Provence, França. Possui experiência na área de Psicologia do Trabalho, mais especificamente em torno da investigação das relações entre Trabalho, Subjetividade e Saúde e na área de Formação Profissional. No campo da Saúde Pública, sua possui experiência no campo do planejamento, coordenação e avaliação de políticas públicas.

Iasmin Libalde Nascimento

 <https://orcid.org/0000-0002-6181-2948>

 <http://lattes.cnpq.br/7963649093209694>

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP/UFES) da Universidade Federal do Espírito Santo na linha de pesquisa Psicologia Social e Saúde. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2014), mestrado em Psicologia (na linha de pesquisa Psicologia Social e Saúde) pela Universidade Federal do Espírito Santo (2017). Possui experiência na área de Psicologia do Trabalho, mais especificamente em torno da investigação das relações entre Trabalho, Subjetividade e Saúde.

#### Contribuições dos autores:

Os autores colaboraram ao longo do processo, desde a elaboração até a revisão final do manuscrito. Os autores aprovaram o manuscrito final para publicação.

#### Como citar este artigo:

##### ABNT

MORAES, Thiago Drumond; NASCIMENTO, Iasmin Libalde. Atividade de trabalho em um Sine: entre política partidária e política pública. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 31, n. 3, p. 292-297, set./out. 2019. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i3/5622>

##### APA

Moraes, T. D., & Nascimento, I. L. (2019, Setembro/Dezembro). Atividade de trabalho em um Sine: entre política partidária e política pública. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(3), 292-297. doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i3/5622>

#### Referências

BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andrea P. (Org.). Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In: \_\_\_\_\_. *Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 3-21.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CLOT, Yves. *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.

DANIELLOU, François; BÉGUIN, Pascal. Metodologia da ação ergonômica: abordagens do trabalho real. In: FALZON, Pierre (Org.). *Ergonomia*. São Paulo: Blucher, 2007. p. 281-301.

DEJOURS, Christophe. *Trabalho vivo*. Brasília: Paralelo 15, 2012.

DOPPLER, Françoise. Trabalho e saúde. In: FALZON, Pierre (Org.). *Ergonomia*. São Paulo: Blucher, 2007. p. 47-58.

FALZON, Pierre (Org.). *Ergonomia*. São Paulo: Edgar Blucher, 2007.

NEVES, Mary Yale Rodrigues et al. Ação-formação: uma leitura das contribuições da Ergonomia da Atividade. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 30, n. 2, p. 112-120, 2018. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5872>

SATO, Leny. Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1147-1166, 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2002000500002>

SCHWARTZ, Yves. Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industriosa. *Trabalho, educação e saúde*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 33-55, 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462004000100004>

SCHWARTZ, Yves. Produzir saberes entre aderência e desaderência. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, n. 3, p. 264-273, 2009.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: Eduff, 2010.

ZARIFIAN, Philippe. *Objetivo competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2011.

## Entre clausuras, verdades e resistências: a produção do conhecimento acadêmico no contemporâneo

Diego Drescher de Castro,  \* Jaqueline Tittoni 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

### Resumo

*Este estudo discute alguns elementos para se pensar as relações entre a produção do discurso acadêmico e o lugar da Universidade, a partir da problematização da episteme moderna e da produção da noção de ciência e de conhecimento científico. Para tanto, busca principalmente no pensamento foucaultiano subsídios para construir a noção de conhecimento científico como verdade sobre o mundo e a vida, produzidos em relações de poder e de força em disputa. Desta forma, disciplina e controle transversalizam a episteme moderna e se enraízam não só em manicômios e prisões, mas também em instituições de ensino formal, produzindo diferentes tipos de clausura. Se, nas sociedades disciplinares, a clausura se dava sobre o corpo, pode-se dizer que nas sociedades de controle o controle investido nos corpos faz com que esses reproduzam as mais diversas formas de clausura. Sustentar práticas de resistência a partir de reflexões éticas que enfrentem este enclausuramento afirma-se como uma necessidade do contemporâneo.*

*Palavras-chave:* verdade; conhecimento; universidade.

## Between enclosures, truths and resistances: academic knowledge production in the contemporary

### Abstract

*This study discusses some elements to think the relations between the production of the academic discourse and the place of the University starting from the problematization of the modern episteme and the notion of science and scientific knowledge. To do so, it seeks, in the foucaultian theory, subsidies to build the notion of scientific knowledge as truth about the world and life, produced in relations of power and conflicting forces. Therefore, discipline and control transversalize the modern episteme and take roots not only in asylums and prisons, but also in institutions of formal education, producing different kinds of enclosure. If, in disciplinary societies, enclosure acts over bodies, one can say that in controlled societies, the control over bodies makes them reproduce diverse forms of enclosure. Upholding practices of resistance, stemming from ethic thought, to confront such enclosure becomes a contemporary necessity.*

*Keywords:* truth; knowledge; university.

### Introdução

Escrever é uma das maiores estratégias de produção de memória e de registro do conhecimento produzido em determinada época. Tais registros e memórias são transmitidos a partir de mitos, tradições, costumes, teorias, crenças, poesias e inúmeras outras formas de expressão. A partir desse vínculo estreito entre escrita e memória, o historiador venezuelano Fernando Báez (2006) nos apresenta aquilo que chama de “memoricídio” no livro intitulado “A história universal da destruição dos livros”. Ao longo das páginas, o autor detalha quase cinco mil anos de destruição de livros e incessantes tentativas de apagamento de memória; tentativas de dominação e imposição de um conhecimento tido como verdadeiro em detrimento de outros. Báez (2006, p. 24) defende a teoria de que o livro “é destruído com a intenção de aniquilar a memória que encerra, isto é, o patrimônio de ideias de uma cultura inteira”.

Em consonância com a perspectiva apresentada por Baéz, apresenta-se a problematização acerca do caminho unidirecional do saber formal, apresentada por Santos (1997) como algo fundamental nos processos de

colonização. Ao definir o mundo como um “complexo mosaico multicultural” que tem sido balizado por um padrão epistemológico monoculturalista, Santos e Menezes (2008) apresentam o conceito de epistemicídio e sua relação com a modernidade. A partir de uma premissa de avanço científico, delineada em um cenário de apagamento de alguns saberes em detrimento de outros, a lógica colonialista e etnocêntrica é retroalimentada a partir deslegitimação dos saberes localizados.

Na esteira desse pensamento e entendendo o epistemicídio como ferramenta fundamental para que determinados saberes sejam tomados como verdadeiros, Carneiro (2005, p. 97) afirma que o epistemicídio é “para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural”.

Pode-se dizer que tais análises apontam na mesma direção da produção de Foucault (1995a), quando este diz que a história não tem “sentido”. Segundo o autor francês, tal concepção não confere um caráter absurdo ou incoerente à história, mas a possibilidade de compreendê-la para além de lógica vetorial, detentora de um “sentido universal”. Foucault (1995a, p. 44) propõe que a historicidade que nos domina é múltipla e não se produz

\*Endereço para correspondência: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Santa Cecília Porto Alegre, RS – Brasil. CEP: 90035-003. E-mail: [diegodrescher89@gmail.com](mailto:diegodrescher89@gmail.com), [jatittoni@gmail.com](mailto:jatittoni@gmail.com)

Os dados completos dos autores encontram-se ao final do artigo.





a partir de relações de sentido, e sim de relações de poder que “produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos.”

Nesse cenário, onde as verdades são entendidas para além de pressupostos dogmáticos e compreendidas em uma complexa trama de relações de poder, destaca-se como marco analítico a transição do século XVIII para o século XIX, período que, segundo Foucault (2000), inaugura a maneira moderna de pensar. Encarar a história como matéria viva, efeito de disputas de poder, é condição fundamental para compreender como alguns discursos sobrepujam outros, principalmente no que diz respeito à constituição de saberes legitimados e verdades históricas. Partindo dessas premissas, e com base na teorização de Michel Foucault acerca da Episteme Moderna, pretende-se abordar nos próximos parágrafos alguns elementos constitutivos das condições de possibilidade que permitiram a produção de conhecimento na contemporaneidade. Refletir sobre estas condições também se mostra como uma forma de problematizar o conhecimento na contemporaneidade como efeito de relações de poder historicamente marcadas pela colonização do próprio pensamento, para além dos processos políticos e econômicos que a constituem.

### Episteme moderna e Universidade

O século XVIII foi “o século do disciplinamento dos saberes”, ou seja, a organização dos saberes como disciplina, sendo atribuída a cada disciplina critérios para a classificação dos saberes, exclusão dos “falsos saberes” e “não-saberes”, formas de hegemonização e normalização dos conteúdos. Enfim, uma espécie de organização no que diz respeito ao conhecimento produzido até então. Tal organização lançou as bases do que viria a ser chamado de ciência, já que “a ciência não existia antes do século XVIII” (FOUCAULT, 2005, p. 217-218). O autor diz que essa ciência – em oposição às ciências naturais de antes do século XVIII – surge como “policimento disciplinar dos saberes” e abandona o discurso filosófico, sob a forma de progresso da razão.

É nesse cenário que se colocam as condições de possibilidade para o aparecimento da Universidade moderna na virada do século XVIII para o século XIX. Segundo Foucault (2005, p. 219), surge nesse contexto a Universidade enquanto “grande aparelho uniforme dos saberes”, cujo papel é:

essa espécie de monopólio de fato, mas também de direito, que faz que um saber que não nasceu, que não se formou no interior dessa espécie de campo institucional, com limites aliás relativamente instáveis, mas que constitui em linhas gerais a Universidade, os organismos oficiais de pesquisa, fora disso, o saber em estado selvagem, o saber nascido alhures, se vê automaticamente, logo de saída, se não totalmente excluído, pelo menos desclassificado a priori.

Compreender o surgimento das universidades modernas é fundamental para que possamos entender os mecanismos de produção de conhecimento da contemporaneidade. Uma vez que o memoricídio e o epistemicídio têm sido uma constante na produção de conhecimento, urge que nós – pesquisadoras e pesquisadores – possamos fazer a leitura dos jogos de poder que se colocam no

curso da história visando sempre à afirmação da dúvida ante às verdades dadas, buscando sempre distanciar conhecimentos de dogmas.

O que se coloca como incômodo, e conseqüentemente força motriz para a escrita deste artigo, é problematizar o posicionamento de pesquisadoras e pesquisadores acadêmicos diante de um contexto normativo em que, cada vez mais, a lógica de pesquisa nas ciências humanas se aproxima da prática memoricida e epistemicida. Uma prática que, com frequência, reproduz as mesmas premissas para o mesmo público com pouco viés crítico e muito descolamento da realidade vigente, a afirmação unívoca do dogma.

Ora, talvez uma pista para desemaranhar esse problema seja, como propõe Foucault (1995b), tentar compreender uma questão pelo seu negativo. E se a chave para pensar a realidade estiver nas entrelinhas da ficção e do fantástico? De maneira irônica, e questionando a dicotomia verdade/não verdade – ou, ainda mais incisivamente, real/fantasia, o escritor argentino Jorge Luis Borges responde, ao ser interrogado sobre o caráter fantástico de suas obras, que quando alguém escreve uma história sobre o mundo, mesmo que de maneira realística, acaba escrevendo uma história fantástica, porque o mundo em si é fantástico (BORGES, 2011).

Talvez seja justamente essa lente fantástica na maneira de olhar o ser humano que fez com que Foucault buscasse inspiração no escritor portenho para nos introduzir uma de suas obras mais interessantes. De maneira sagaz, quando escreve o prefácio de “As palavras e as coisas”, o autor francês se inspira na enciclopédia chinesa apresentada por Borges para lançar as bases daquilo que ele vai tornar a discussão central do livro: as relações do ser humano com as discursividades de determinada época ou, como o próprio autor nos apresenta, “o balizamento dos mecanismos de poder no interior dos próprios discursos científicos: a qual regra somos obrigados a obedecer, em uma certa época, quando se quer ter um discurso científico sobre a vida, sobre a história natural, sobre a economia política?” (FOUCAULT, 2003, p. 226-227).

A enciclopédia apresentada por Borges (2000, p. 77), intitulada de “Empório Celestial de Conhecimentos Benévolos”, nos apresenta à frase que talvez tenha inspirado Michel Foucault: “Não há classificação do universo que não seja arbitrária e conjectural”. Quando nos exhibe a lógica classificatória de tal enciclopédia, Borges (2000, p. 76-77) conta que o volume classificava os animais em diversas categorias, dentre elas algumas pouco usuais para o nosso padrão ocidental, como: (a) pertencentes ao Imperador, (b) embalsamados, (c) amestrados, (d) leitões, (e) sereias, (f) fabulosos, (g) cães soltos, (h) incluídos nesta classificação, (i) que se agitam como loucos, (j) inumeráveis, (k) desenhados com um finíssimo pincel de pelo de camelo.

A classificação – irônica e fantástica, diga-se de passagem – é a base da teorização que Foucault vai tecer a partir da passagem do século XVIII para o século XIX, a passagem da episteme clássica para a episteme moderna. O que o filósofo francês nos apresenta é uma verdadeira

revolução na lógica de funcionamento das relações e modos de pensar e viver. Para entender o que representa essa passagem de uma episteme para a outra e o porquê da importância de analisarmos isso, é fundamental buscar de que forma é definida episteme:

não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas (FOUCAULT, 2009a, p. 214)

A partir do momento em que as condições de possibilidade de determinada época oferecem as bases necessárias para uma alteração na forma como o ser humano pensa o mundo ao seu redor e, principalmente, como se pensa nesse mundo, surgem as condições para o aparecimento de uma outra episteme. Antes de expor essa maneira moderna de pensar o mundo, Foucault nos apresenta à episteme renascentista, que possuía uma forte ligação com razões cosmológicas, estreitando os laços entre fenômenos naturais, natureza humana e a infinitude (SILVEIRA, 2008).

A passagem para a episteme clássica acontece entre o final do século XVI e o início do século XVII e nos demonstra o deslocamento desse modo de pensar fundado em razões cosmológicas para uma ordem do discurso como representação. Segundo nos mostra Foucault, a Época Clássica é um período no qual está posta uma lógica taxonômica de classificação dos seres da natureza. Se ainda existe o caráter cosmológico em que um Deus aparece como criador, ao ser humano é atribuída a responsabilidade de organizar e classificar essas obras divinas. Segundo Foucault (2000, p. 222), na Idade Clássica “a vida não constitui um limiar manifesto a partir do qual formas inteiramente novas do saber são requeridas. Ela é uma categoria de classificação, relativa, como todas as outras, aos critérios que se fixarem”.

Quando trabalha com as características do modo de pensar moderno, Foucault (2000, p. 438) remonta ao início do século XIX para apresentar a transição entre a episteme clássica e a episteme moderna a partir do surgimento do homem enquanto “duplo empírico-transcendental”, remetendo ao lugar que este ocupa na episteme. Apresentar o homem como essa figura ambígua, que é, ao mesmo tempo, empírica e transcendental, é apresentar a passagem de um ser que deixa de atuar apenas como observador e classificador, situado num plano externo, para um ser que se coloca tanto como sujeito quanto como objeto dessa discursividade moderna,

e se, por um lado, o homem é simplesmente um meio, uma peça intermediária que atualiza, sedia ou reanima um “já começado”, um já começado de um certo tipo de vida, de uma determinada organização produtiva e de regras lingüísticas específicas, por outro lado, não se pode negar que ele é princípio dessa vida, desse trabalho e dessa língua que nele se atualizam (NOTO, 2011, p. 78).

Ressaltamos que, por mais que se trabalhe com o conceito de episteme moderna e com a figura da “passagem” de uma episteme para outra, não se pode afirmar a extinção da episteme clássica. Ainda que permeados por uma relação com a episteme moderna, diversos instrumentos criados pela lógica disciplinar correspondem a uma lógica clássica. Se pensarmos nos manuais diagnósticos utilizados pela psiquiatria, por exemplo, pode-se dizer que são utilizados em um contexto marcado pela lógica disciplinar operando nos corpos, porém tem sua escrita sistemática e classificatória ancorada em uma maneira de pensar que remete à episteme clássica. Assim, podemos recorrer a Foucault, quando o autor propõe que não tomemos a modernidade unicamente como uma época, ou o conjunto de traços que determina uma época, mas a partir de uma atitude moderna, ou seja, um *ethos* filosófico como crítica, “uma maneira de pensar e sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa” (FOUCAULT, 2012).

Ainda que Foucault (apud DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 30) não explique o que permitiu o aparecimento da episteme moderna, ele aponta que, a partir dessa abrupta separação, o homem não se reconhece mais em um mundo pautado por uma organização divina ou ao lado dos animais no quadro da história natural.

O homem, que era um ser entre outros, torna-se agora um sujeito entre objetos. Mas ele não é apenas sujeito entre objetos; ele logo entende que aquilo que tenta compreender não são apenas os objetos do mundo, mas a si mesmo. Ele se torna o sujeito e o objeto de seu conhecimento. Agora, o homem está limitado pelo seu envolvimento com uma linguagem que não é mais um suporte transparente, mas uma densa rede com uma história própria. O sujeito cognoscente, por estar envolvido com a linguagem, sem um campo de luz que permita um acesso direto à estrutura dos objetos e do mundo, não é mais um puro espectador.

Na sua teorização sobre a episteme moderna, Foucault nos apresenta as bases para uma nova discursividade sobre o sujeito, a qual se torna objeto de estudo para o autor, a fim de entender porque determinados discursos são aceitos como verdadeiros em detrimento de outros. Ao trilhar esse percurso, Foucault percebe que a produção de verdades, ainda que ambientada em um contexto ocidental de episteme moderna, se produz para além da ordem discursiva (CASTRO, 2004).

### **Episteme moderna e microfísica do poder**

Essa episteme moderna apresentada por Foucault atualiza as condições para que determinados discursos sejam encarados como verdadeiros ou não, ou seja, incide diretamente no campo do saber a partir de técnicas e condições que permitem ou não que determinadas proposições entrem no campo da verdade, constituindo o conceito de disciplina. O autor aponta que “uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos” (FOUCAULT, 1996).

O uso discursivo do conceito de disciplina apontado por Foucault prepara o terreno para um dos eixos centrais da obra do autor: a relação entre saber e poder. Ao ser questionado sobre o teor da sua pesquisa, Foucault (2003, p. 229) diz que seu foco é pesquisar os efeitos de verdade que uma sociedade produz a cada instante. Segundo o autor, tais produções não podem ser dissociadas de mecanismos de poder que as induzem. A partir dessa tensão verdade/poder, e, por consequência, saber/poder, Foucault (2009b, p. 30) vai deslocar a análise do poder de uma noção de soberania e dominação para um lugar estratégico, onde se encontram todas as relações saber/poder. Segundo o autor,

não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento (FOUCAULT, 2009b, p. 30)

Pode-se dizer que, para Foucault (2009b, p. 29), o poder aparece como uma microfísica posta em jogo pelos aparelhos e instituições e que atua sobre os corpos. Conceber o poder enquanto microfísico é dizer que ele “mais se exerce do que se possui”, que não é um privilégio que se possa transferir, mas efeito de posições estratégicas. Essa concepção tira do poder o caráter do “tudo ou nada”, sua condição unívoca, criando, ao mesmo tempo, inúmeras formas de opressão e inúmeros focos de luta e possibilidades de resistência. Ao tirar do poder o caráter unicamente repressivo, se criam as condições para que se pense o poder como força produtiva, uma vez que permeia todo o tecido social (FOUCAULT, 1995a).

Dito isto, pode-se concluir que a gama de condições que acaba culminando em práticas memorizadas e epistemicizadas e, conseqüentemente, na criação de verdades-dogma não é mais fruto exclusivo de uma opressão vertical e unilateral exercida por um soberano (como acontecia na Idade Média, por exemplo), mas sim de uma rede microfísica, ramificada e multifacetada de poderes que se entranha em todo corpo social. Duarte (2008, p. 67), ao analisar a obra do autor francês, nos aponta que

Foucault não concebe o poder nem como violência legalizada nem como a violência que escapa à lei, pois, segundo suas análises, as relações de poder não se constituem na base das relações legais, no nível do Direito e dos contratos, mas sim no plano das disciplinas e de seus efeitos de normalização e moralização. Em poucas palavras, o que Foucault havia descoberto não era a impotência ou inoperância do poder soberano, mas sim a maior eficácia de um conjunto de poderes que, em vez de negar e reprimir, atuavam

discretamente na produção de realidades e efeitos desejados por meio de processos disciplinares e normalizadores.

A leitura que se pode fazer a partir do percurso teórico desenvolvido pelo autor é que a virada da episteme clássica para a episteme moderna na passagem do século XVIII para o século XIX contribui de maneira decisiva para a concepção do poder como microfísico. As monarquias da época clássica não foram responsáveis somente por constituir grandes mecanismos que viriam a ser fundamentais para a constituição dos estados, como exército e administração local, mas também porque “instauraram o que se poderia chamar uma nova ‘economia’ do poder, isto é, procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e ‘individualizada’ em todo o corpo social” (FOUCAULT, 1995a).

Foucault propõe uma forma de pensar as relações de poder de maneira mais próxima a nossa situação contemporânea, que implica vínculos mais estreitos entre teoria e prática. O autor apresenta uma metáfora e sugere que pensemos o poder a partir das resistências que se opõem a ele, comparando-as a um catalisador químico, a fim de “esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados” (FOUCAULT, 1995b, p. 234). Ao indicar que analisemos o poder a partir do antagonismo de suas estratégias, Foucault sugere, por exemplo, que, para pensar a sanidade, investiguemos a loucura, para problematizar a legalidade, tomemos a ilegalidade.

O poder, a partir da lógica disciplinar, encontra no corpo um campo de batalha. As verdades científicas se sustentam até hoje, firmes e fortes, porque localizam no corpo as condições de possibilidade para exercer o poder, num eterno jogo de retroalimentação, no qual o corpo que é investido pela ciência é o plano que cria as condições para a legitimação desses jogos de poder. Ao situar o posicionamento ético de tomar o poder a partir da resistência, Foucault nos mostra que o que interessa enquanto luta ante as verdades legitimadas não é enfrentar um poder determinado, mas sim enfrentar uma técnica de poder. Dessa maneira, o autor lança as bases para pensar num corpo que, ao mesmo tempo em que é investido, resiste ao poder.

### Clausura, controle e resistência

Presença constante nas análises filosóficas ocidentais, a partir do século XIX a clausura assume um papel recorrente na obra de Michel Foucault. Pode ser compreendida a partir das condições de possibilidade que surgem na episteme moderna, mas, ao mesmo tempo, se atualiza para além da discursividade da episteme, assumindo o caráter de dispositivo disciplinar. Tal conceito é definido por Foucault (1995a, p. 244) como

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.



A partir do momento em que o conjunto de métodos vinculados a um saber específico encontra em uma instituição total as condições de possibilidade para incidir nos corpos, percebe-se uma atualização do conceito de disciplina. Passa a ser, então, uma “série de métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhe impõe uma relação de docilidade-utilidade [...]” (FOUCAULT, 2009b, p. 133).

Assim, quando Foucault (2013) nos apresenta em suas obras o início do encarceramento da loucura e detalha a incorporação dos presídios pela lógica jurídica e institucionalização do castigo através dos muros da prisão (FOUCAULT, 2009b), fica mais aparente essa associação entre episteme moderna, microfísica do poder e clausura.

Baseado na pesquisa de Foucault sobre as sociedades disciplinares, Deleuze (2010) nos diz que estas se situaram entre os séculos XVIII e XIX, tendo seu apogeu no século XX. Centrada na lógica de indivíduos que não cessam de passar de um espaço fechado a outro, tal lógica de sociedade encontra nas prisões seu meio de confinamento por excelência. Porém, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, Deleuze aponta que a sociedade entra em um processo de transição – que ainda vivemos – no qual começa a deixar de ser disciplinar, graças a uma crise generalizada em todas as organizações de confinamento.

O espaço disciplinar, encerrado entre paredes, vem sendo substituído por uma lógica de controle que, justamente por se dar em meio aberto e se reinventar ininterruptamente, dificulta sua localização.

Nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal (DELEUZE, 2010, p. 225-226).

Se na sociedade disciplinar o saber produzia argumentos para um disciplinamento dos corpos, hoje o controle produzido sobre os corpos produz o conhecimento que vai ser investido, retroalimentando essa lógica. Dessa forma, a produção de conhecimento memorizada e epistemicida – logo, também hegemônica – bem como seus mecanismos de controle tendem a constituir pesquisadoras e pesquisadores docilizados, que fazem girar a engrenagem que impõe verdades como dogmas.

Nesse sentido, disciplina e controle transversalizam a episteme moderna e, a partir de jogos de verdade e relações de poder, se enraízam não só em manicômios e prisões, mas também em instituições de ensino formal, produzindo diferentes tipos de clausura. Se nas sociedades disciplinares a clausura se dava sobre o corpo, pode-se dizer que nas sociedades de controle o controle investido nos corpos faz com que estes reproduzam as mais diversas clausuras.

Deleuze (2010a, p. 226) diz que as sociedades disciplinares “têm dois polos: a assinatura que indica o indivíduo, e o número de matrícula que indica sua posição numa massa”, ao mesmo tempo que é massificante é in-

dividuante. Já a lógica de controle é expressa em cifras, justamente para dar a dimensão das constantes modulações, pautando-se principalmente pela medida de acesso ou exclusão à informação. Segundo o autor, a lógica disciplinar é a moeda de ouro: uma medida padrão e universal; o controle é o dinheiro, suscetível às flutuações e modulações do mercado.

Partindo dessa construção, entende-se a produção de verdades absolutas não como algo imposto, mas como território em disputa constante no contexto da sociedade de controle. Assim sendo, não se trata de condenar ou deslegitimar a produção científica realizada nas universidades; a aposta é que se transforme a ciência em território de disputa, de fato. Entender que a Universidade contemporânea – enquanto principal organização que sustenta o saber científico – é, como qualquer outra organização, palco de embates éticos e políticos que produzem verdades.

A concepção microfísica do poder cria as condições de possibilidade para estratégias de resistência dentro da lógica massiva de produção de subjetividade. Assim, é importante considerar essa estratégia como uma guerrilha que, compreendendo seu caráter menor, pode se colocar enquanto luta frente à lógica dominante. A proposição de luta para Foucault surge a partir da concepção de sua obra como uma “filosofia analítica do poder” (CASTRO, 2004). Para o autor, tal filosofia consiste em tornar visível aquilo que é visível, “analisar as forças que constituem nosso presente”. Assim, Foucault apresenta seu conceito de luta a partir de quatro pontos principais: 1) não se deve tomar o poder de maneira massiva ou global, mas sim compreender este enquanto jogos, em termos de táticas e estratégias; 2) as lutas são fenômenos descentrados, que partem de problemas mais específicos e locais; 3) tais lutas têm por objetivo os efeitos do poder e sua forma concreta de exercício; 4) por último, são lutas imediatas (CASTRO, 2004).

Por mais que essas clausuras transversalizem a episteme moderna, Foucault (1984, p. 342) propõe que não tomemos a modernidade unicamente como uma época, ou o conjunto de traços que determina uma época, mas a partir de uma atitude moderna, ou seja, um *ethos* filosófico como crítica, “uma maneira de pensar e sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa”. O que Foucault (1984, p. 3) lança com a proposição de uma atitude moderna frente às problemáticas que emergem com a nova episteme é uma aposta num modo de vida que se produza a partir da relação entre ética e liberdade; afinal, “o que é a ética senão a prática da liberdade, a prática refletida da liberdade”.

O caráter reflexivo que se impõe à noção de práticas de liberdade, atribuindo-lhes um lugar fundamental na discussão sobre a ética, implica uma atitude de problematização dos modos de vida e de seus efeitos de poder e de subjetivação. A pergunta sobre o presente, sobre seus efeitos nos modos como nos produzimos e reconhecemos como sujeitos e sobre as verdades que se impõem aos modos de conduzir a vida, segue como uma força viva a mobilizar uma conduta ética e reflexiva nos tempos que chamamos de nossos.

Foucault discute a relação entre as formas do saber e as forças do poder, mas Deleuze (2005), ao falar sobre Foucault, enfatiza o olhar do autor sobre o que chama de “processos de si”, se referindo a uma relação de si para consigo mesmo, que se produz nas relações saber-poder. Foucault diz que esse processo também é uma relação de forças consigo, ao passo que o poder é uma relação de força com outras forças, ou seja, isso que vai ser chamado de processo de subjetivação, essa relação de forças consigo, é uma dobra da linha de forças (do poder) para si mesmo. É um processo ético que produz essa dobra no sentido de constituição de modos de existência e invenção de possibilidades de vida, “não a existência como sujeito, mas como obra de arte” (DELEUZE, 2010b, p. 120). Deste modo, as relações entre saber e poder acabam por converter-se em relações entre o sujeito e as verdades que o produzem, a partir de uma posição ética.

A partir do percurso teórico aqui proposto, se concebemos o poder como multifacetado e polimorfo e em constante disputa, compreendemos que assumir uma posição ética de crítica ante as verdades instituídas surge como estratégia de resistência ao enclausuramento, seja ele de um manicômio, uma prisão ou da ciência.

### Considerações finais

A discussão aqui proposta teve como objetivo pensar alguns elementos que articulam a produção da episteme moderna com os modos de configuração do discurso acadêmico e científico. A escrita, sempre em débito com a experiência cotidiana, faz do final de um texto um momento de reconhecimento de algumas sistematizações e a evidência de outras tantas questões que se abrem a partir dele. Nesta temática, sobretudo, os efeitos dos estudos descoloniais na produção acadêmica e científica abrem outras linhas de força que estão a redefinir resistências e jogos de poder neste campo. Os temas da racialização do conhecimento e da criação de uma epistemologia feminista, como exemplos mais evidentes, mostram que a discussão sobre a racionalidade acadêmica e científica encontra-se em momento de grandes movimentos. A crítica ao colonialismo, centrado no modelo de homem branco, está produzindo a emergência de autores africanos e latino-americanos na cena da disputa pelo conhecimento, redefinindo a centralidade do pensamento europeu. Estes temas, com certeza, poderão provocar uma releitura desta escrita e forçá-la a desdobrar-se em outras reflexões e críticas a partir da conduta ética aqui formulada.

Assim, pode-se tomar a ideia central desta proposta, a saber, sustentar práticas de resistência a partir de novas formas de lidar com a verdade, como eixo que se mantém a partir das problematizações contemporâneas. Práticas de resistência que possam encarar a produção de conhecimento como campo de batalha e se coloquem enquanto reativas aos processos de exclusão próprios da sociedade de controle. Uma produção de conhecimento que se baseie cada vez mais na ética do comum e menos nas imposições de uma produção de conhecimento pautada por práticas memorizadas e epistemicizadas.

### Informações sobre os autores:

Diego Drescher de Castro

 <https://orcid.org/0000-0003-2442-8696>

 <http://lattes.cnpq.br/8653672706195582>

Psicólogo, graduado pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Atualmente cursando doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Tem experiência nas áreas da Psicologia Social, Análise Institucional, Acompanhamento Terapêutico, Educação Popular, Segurança Pública, Desinstitucionalização, Clínica Ampliada, Filosofia da Diferença.

Jaqueline Tittoni

 <https://orcid.org/0000-0002-3450-080X>

 <http://lattes.cnpq.br/5539072466903999>

Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1986), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999). Realizou estágio de pós-doutorado no master em Psicologia Social da Universidade Autônoma de Barcelona (2005-2006) Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Fatores Humanos no Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, subjetividade, saúde mental e fotografia.

### Contribuições dos autores:

Todos os autores colaboraram ao longo do processo, desde a elaboração até a revisão final do manuscrito. Os autores aprovaram o manuscrito final para publicação.

### Como citar este artigo:

#### ABNT

CASTRO, Diego Drescher de; TITTONI, Jaqueline. Entre clausuras, verdades e resistências: a produção do conhecimento acadêmico no contemporâneo. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 31, n. 3, p. 298-304, set./dez. 2019. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i3/5627>

#### APA

Castro, D. D., & Tittoni, J. (2019, Setembro/Dezembro). Entre clausuras, verdades e resistências: a produção do conhecimento acadêmico no contemporâneo. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(3), 298-304. doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i3/5627>

### Referências

- BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BORGES, Jorge Luis. O idioma analítico de John Wilkins. In: \_\_\_\_\_. *Outras inquisições*. São Paulo: Globo, 2000. p. 92-95.
- BORGES, Jorge Luis. Jorge Luis Borges. In: REVIEW, Paris (Ed.). *As entrevistas da Paris Review*. Tradução de Christian Schwartz e Sérgio Alcides. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 1, p. 120-176.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CASTRO, Edgardo de. *El vocabulario de Michel Foucault*. Buenos Aires: Prometeo, 2004.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa: Edições 70, 2005.

- DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: \_\_\_\_\_. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 2010a. p. 223-230.
- DELEUZE, Gilles. Rachar as coisas, rachar as palavras. In: \_\_\_\_\_. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 2010b. p. 109-121.
- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- DUARTE, André de Macedo. De Michel Foucault a Giorgio Agamben: a trajetória do conceito de biopolítica. In: SOUZA, Ricardo Timm de; OLIVEIRA, Nythamar Fernandes de (Org.). *Fenomenologia hoje III: Bioética, Biotecnologia, Biopolítica*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 63-87.
- FOUCAULT, Michel. O que são as luzes. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984. Coleção Ditos & Escritos, v. 2, p. 335-351.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995a.
- FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b. p. 231-249.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. Coleção Ditos & Escritos, v. 4.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009b.
- FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. Coleção Ditos & Escritos, v. 5, p. 264-287.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- NOTO, Carolina de Souza. Da ilusão transcendental à ilusão antropológica: Foucault em defesa de Kant. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 18, p. 73-88, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/55723>. Acesso em: jan. 2017.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 39, p. 105-124, 1997. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451997000100007>
- SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Portugal, n. 80, p. 11-43, 2008.
- SILVEIRA, Fernando de Almeida. Michel Foucault e a construção discursiva do corpo do sujeito moderno e sua relação com a psicologia. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 4, p. 733-742, dez. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000400011>



## Representações sociais da paternidade: um estudo comparativo

Patrícia Menezes Visentin,  \* Cristina Lhullier 

Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil

### Resumo

A paternidade pode ser compreendida como uma construção social, sofrendo modificações na forma como é vivenciada e exercida em virtude de transformações da sociedade. Este trabalho buscou comparar as representações sociais da paternidade no ano de 2004 e no ano de 2014. Foi utilizado conteúdo de 17 depoimentos apresentados na sessão 'Conversa de Homem' da revista do tipo magazine Pais & Filhos. O referencial escolhido para a análise dos dados foi o método de associação de ideias de Spink. Identificou-se que, em cada momento investigado, o pai apresenta preocupações diferenciadas, as quais são influenciadas pelas demandas sociais vigentes e por sua bagagem pessoal. O homem parece cada vez mais interessado pelo universo infantil, buscando conhecimentos para se inserir de forma participativa na vida dos filhos. Além disso, prepara-se internamente para exercer a paternidade. Esse maior envolvimento do pai contribui para a transformação subjetiva do homem como sujeito.

Palavras-chave: teoria das representações sociais; paternidade; gênero.

## Social representations of fatherhood: a comparative study

### Abstract

Fatherhood can be understood as a social construction. It has been going through modifications in the way it is experienced and exercised due to social movements. This study aimed to compare social representations of fatherhood in the years of 2004 and 2014. 17 testimonies from 'Conversa de Homem' section of – Pais & Filhos, magazine were used. It was identified that in each socio-historical moment the father presents different types of preoccupations, according to the social demands and personal issues. Man seems increasingly interested in the children's universe, seeking more knowledge in order to be inserted in a participatory role in the lives of children. Besides, the father prepares himself for fatherhood. This greater involvement contributes to a subjective transformation of man as a person.

Keywords: social representation theory; fatherhood; gender.

### Paternidade: um breve percurso histórico

O objetivo do artigo é comparar as representações sociais de paternidade emergentes do conteúdo de um artefato cultural do tipo magazine nos anos de 2004 e de 2014.

O desenvolvimento do papel paterno na família apresenta transformações, em especial no que se refere ao envolvimento afetivo com os filhos e filhas (CÚNICO; ARPINI, 2013). Essas transformações podem sustentar uma paternidade mais sensível e participativa, contribuindo com o envolvimento do homem na vida cotidiana e na rotina familiar dos filhos e filhas (OLIVEIRA; SILVA, 2011; SUTTER; BUCHER-MALUSCHKE, 2008).

A participação e o comprometimento de forma positiva na vida dos filhos e filhas contribuem e maximizam o desenvolvimento de competências e habilidades sociais, além de diminuir os índices de hiperatividade e de problemas de comportamento (CIA; BARHAM, 2009). O envolvimento afetivo na criação dos filhos e filhas beneficia a criança em seu desenvolvimento e constituição, bem como favorece o próprio pai, na medida em que surge a oportunidade de este se desenvolver enquanto sujeito (ARRUDA; LIMA, 2013).

No entanto, deve-se considerar que os papéis associados à paternidade tradicional também fazem parte desta construção (OLIVEIRA; SILVA, 2011), encontrando-se

a paternidade em fase de transição, uma vez que esta se movimenta entre valores novos e arcaicos, reinventando-se no processo (GOMES; RESENDE, 2004).

Neste contexto, desenvolveu-se o interesse de investigar a paternidade e suas repercussões na família e no desenvolvimento da criança (BORSA; NUNES, 2011).

A relevância do tema refere-se à possibilidade de reflexão por parte dos homens que exercem esse papel, assim como da sociedade em geral. As movimentações no desenvolvimento da paternidade podem influenciar a vivência e a subjetivação desta. Torna-se necessário um olhar que considere as demandas atuais, uma vez que as referências anteriores apresentam-se como insuficientes (BORNHOLDT; WAGNER; STAUDT, 2007).

### Representações sociais e meios de comunicação

A teoria de Moscovici (2015) emerge nas sociedades contemporâneas caracterizada por um cunho psicossocial, já que se configura como construção social com base na comunicação de um conjunto de pessoas sobre particularidades da vida cotidiana (SÁ, 2007). No processo da elaboração das representações sociais, a transformação se faz presente, pois, a partir desta produção, a imagem do objeto representado é modificada através dos múltiplos saberes envolvidos (MOSCOVICI, 2015). As representações sociais estão implicadas na construção das formas de comunicação, além de estarem intrinsecamente associadas às ações sociais dos indivíduos (ARAUJO, 2008).

\*Endereço para correspondência: Universidade de Caxias do Sul, Centro de Ciências Humanas, Curso de Psicologia. Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130, sala 117, Bloco E - Cidade Universitária - Caxias do Sul, RS - Brasil. CEP: 95070-560. Emails: [patricia.mvisentin@gmail.com](mailto:patricia.mvisentin@gmail.com), [cris.lhullier@yahoo.com.br](mailto:cris.lhullier@yahoo.com.br)  
Os dados completos das autoras encontram-se ao final do artigo.



O objetivo primordial de estudar as representações sociais refere-se à compreensão de como um conjunto de pessoas elabora um composto de saberes e como essas ideias se organizam. Assim, torna-se possível apresentar a identidade de um grupo de pessoas e as representações sociais que tal grupo produz sob uma multiplicidade de objetos e o complexo aglomerado de códigos culturais que vem a elucidar as regras de uma população (OLIVEIRA; WERBA, 2002).

Um dos objetivos da teoria das representações sociais é tornar familiar o não-familiar, uma vez que o ser humano tende a rechaçar aquilo que lhe é estranho e lhe traz incomodidade. Para que seja factível o processo de tornar aquilo que não repercute como familiar em algo intrinsecamente familiar, manifestam-se dois processos básicos que são caracterizados como formadores das representações sociais: ancoragem e objetivação (OLIVEIRA; WERBA, 2002). Ambos operam de forma dialética na construção das representações sociais (FRANCO, 2004).

No processo de ancoragem, o indivíduo escolhe categorias já familiares, que permitem compreender o objeto social. Já na objetivação, o indivíduo transforma as crenças que possui em relação ao objeto social em informação. Ocorre a aproximação do conhecimento prévio da percepção sobre o objeto (DESCHAMPS; MOLINER, 2014).

Uma das fontes utilizadas nas pesquisas sobre representações sociais são os meios de comunicação em massa (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2000). Buscar compreender como homens brasileiros constroem e elaboram ideias e associações a respeito da paternidade por meio da análise de um artefato cultural pode ampliar os estudos que se utilizam deste tipo de fonte, além de auxiliar na compreensão de como o homem constrói sua rede de significações sobre a paternidade.

As pessoas buscam informações sobre determinados fenômenos por meio de artefatos culturais. A partir das informações encontradas, são construídas as representações sociais. Uma vez que tais representações podem prescrever comportamentos (MOSCOVICI, 2015), pode-se pensar que existe a probabilidade de os indivíduos se comportarem a partir das representações sociais construídas. Deste modo, pode-se pensar também que o comportamento dos indivíduos reflete, de alguma forma, as informações buscadas nas pesquisas realizadas em artefatos culturais, como as revistas do tipo magazine.

As mídias dispõem, em sua essência, de uma função social, uma vez que possuem competência para produzir a realidade e lhe outorgar considerações de valor. Essa extensão valorativa da mídia exerce influência sobre o comportamento e a motivação das pessoas. As mídias disponibilizam para a população os conteúdos que consideram pertinentes, uma vez que escondem e dissimulam informações e ideias às quais não lhes interessa, por algum motivo, que as pessoas tenham acesso. Assim, muitas vezes, em vez de exercer a sua função primordial de comunicar, a mídia pode rebuçar conteúdos e informações, caracterizando um paradoxo (GUARESCHI; RO-MANZINI; GRASSI, 2008).

No que se refere às mídias impressas, as matérias apresentadas em revistas exibem uma diversidade de atores sociais em torno de um tópico comum. Há uma integração de histórias e de informações, construindo-se um espaço tanto para a constituição de personagens quanto para a privacidade entre os personagens e o leitor. Deste modo, tais espaços criam possibilidades de apropriação do conteúdo da mídia por parte dos leitores, elaborando representações (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2000).

### Método

Para este trabalho, optou-se por um delineamento qualitativo em uma pesquisa exploratória e descritiva.

Como fonte foi utilizado um artefato cultural, no caso a seção *Conversa de Homem*, publicada na revista *Pais & Filhos* nos anos de 2004 e de 2014. Foram analisados 17 depoimentos, 10 referentes ao ano de 2004 e sete ao ano de 2014. Ressalta-se que esta seção manteve-se como parte integrante da revista. Porém, não foi publicada em todas as suas edições dentro do mesmo período. Os depoimentos foram coletados das versões impressas da revista. Estas foram adquiridas diretamente com a editora via contato por e-mail. Os exemplares foram enviados pela editora por transportadora.

A pesquisa realizada foi resultado de um trabalho de conclusão do curso de bacharelado em psicologia. Em virtude do escopo do trabalho e do tempo disponível para sua confecção, optou-se pelo intervalo de dez anos como recorte temporal, visto que a coleta de dados ocorreu em 2014, e este ano representava o período contemporâneo. Escolheu-se o ano de 2004 em virtude dos questionamentos a respeito das possíveis transformações das representações sociais ao longo do tempo. Pensou-se que, talvez, no período de uma década poderiam ser encontradas diferenças nas representações de paternidade.

A seção *Conversa de Homem* tem como conteúdo os depoimentos de homens a respeito de como se tornaram pais, abarcando experiências de paternidade ocorridas tanto no passado como no presente. Tal seção foi escolhida como objeto de análise porque apresenta relatos ricos em associações de ideias sobre a vivência da paternidade provenientes de homens que se dispuseram a compartilhar tal vivência com o grande público.

A revista *Pais & Filhos* foi criada em 1968 com o objetivo de elaborar conteúdos voltados para a família. Há 46 anos a revista vem sendo publicada de forma ininterrupta, tendo como público-alvo mulheres grávidas, mães e pais brasileiros.

Primeiramente, foi realizada a leitura flutuante de todas as edições da revista *Pais & Filhos* dos anos de 2004 e de 2014, com o intuito de identificar as matérias com conteúdo referente à paternidade. Após a leitura das edições, foram selecionadas aquelas que continham em seu índice a seção *Conversa de Homem*. Não foram utilizados descritores específicos na seleção do conteúdo ou critérios de inclusão e de exclusão. Isso porque a seção *Conversa de Homem* tem como escopo a publicação de relatos sobre paternidade. Deste modo, foram utilizados

todos os depoimentos dos exemplares disponíveis da revista. Os textos, lidos na íntegra pelas autoras de modo conjunto, foram considerados pertinentes para análise.

Os depoimentos dos homens, publicados nessa seção, foram analisados a fim de se encontrar as significações referentes à paternidade e as associações de ideias feitas. Esta análise foi realizada a partir do referencial teórico da análise de associação de ideias (SPINK, 2013).

Foram construídas representações gráficas contendo tais significações e associações com o intuito de apresentar a representação social emergente dos depoimentos de cada edição em separado. Finalizadas as representações gráficas dos depoimentos de cada edição, foram elaboradas duas representações gráficas unindo as significações e associações em cada ano pesquisado. Isto gerou duas representações sociais de paternidade, uma referente aos depoimentos do ano de 2004 e outra referente aos depoimentos do ano de 2014. Posteriormente, foi realizada a análise dos dados codificados nas representações gráficas, conforme os passos da análise associativa proposta por Mary Jane Spink (2013).

A análise dos dados fez emergir eixos associativos que compõem a representação social do ano de 2004 e a do ano de 2014. Destaca-se que os eixos associativos de cada ano são diferentes. Na representação social do ano de 2004 são encontrados os seguintes eixos: espiritualidade/transformação; emoções/sentimentos; mudanças; participação/cuidados; questionamentos/cobranças; dificuldades/lado negativo; gênero/estereótipo e casal/família (ver Figura 1). Já na representação social do ano de 2014 são encontrados os seguintes eixos: espiritualidade/transcendência; emoções/sentimentos; preparação/participação; questionamentos/dúvidas; gênero/desconstrução; conceitos e preconceitos casal/família (ver Figura 2).

A partir da análise dos dados levantados e inseridos nos eixos associativos, foi produzido o comparativo entre as representações sociais da paternidade nos anos de 2004 e de 2014 contidas na sessão *Conversa de Homem* da revista *Pais & Filhos*.

### Resultados e discussão

Em relação aos depoimentos publicados na revista, deve-se considerar sua política editorial. Provavelmente os editores fazem um processo de seleção dos depoimentos a serem publicados entre os que foram enviados. No entanto, pode-se indagar: a escolha dos depoimentos seria apenas dos editores ou também os depoentes escolheriam a revista com o intuito de terem seus relatos publicados? Considera-se, então, que os depoimentos analisados refletem tanto as representações sociais elaboradas pelo público da revista quanto a diversidade encontrada neste.

Outro ponto a ser considerado são as transformações sociais e históricas ocorridas no Brasil entre os anos de 2004 e 2014, capazes de influenciar a construção de representações sociais e a elaboração de ideias sobre fenômenos do cotidiano (MOSCOVICI, 2015). Um exemplo dessas transformações é o maior ingresso da mulher no mercado de trabalho, ocasionando mudanças no funcionamento, na estruturação da família e nas formas de exercer a parentalidade (CHAVES, 2011).

O movimento feminista denuncia a divisão sexual do “labor”, incluindo a posição de afastamento das mulheres do âmbito público. As mulheres reivindicam redefinir o papel social que as confina à esfera doméstica e reprodutiva. Aos homens também é possibilitado questionamentos sobre os estereótipos vigentes a respeito do masculino, assim como sobre suas experiências como seres sociais (GIFFIN, 2005).

Os conceitos culturais de classe, gênero, etnia, sexualidade e nacionalidade, entre outros que definiam a localização dos sujeitos na esfera social, encontram-se fragmentados (TEYKAL; ROCHA-COUTINHO, 2007). Alia-se a isto o decréscimo da taxa de fecundidade nas famílias brasileiras, segundo os dados do censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011). Os fatores relacionados a essa queda são: mulheres se tornando mães cada vez mais tarde; uniões consensuais; movimentos migratórios; maior número de crianças e adolescentes estudando e maior número de pessoas trabalhando, com registro na carteira de trabalho; residências com cada vez mais bens duráveis, como por exemplo o computador e o telefone celular.

Pode-se pensar, diante desse cenário multifatorial e mutável, que um número menor de filhos por família geraria um maior investimento parental nessas crianças. Investimento este que poderia ser compartilhado por mulheres e homens, interessados em experienciar modos diversos de cuidados parentais além daqueles sustentados pela divisão sexual do trabalho e pelos estereótipos de gênero.

Como modo de apresentar a diversidade dos depoimentos encontrados, em consonância com as considerações realizadas, optou-se pela apresentação dos perfis dos depoentes, disponíveis nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1: perfis dos depoentes do ano de 2004

Edição/Revista/Mês	Idade Aprox./Paternidade	Idade Aprox./Relato	Tipo/Relação	Nº de Filhos	Sexo/Filho	Biológico/Não Biológico	Profissão	Tempo/Relato
Jan.	Não Consta	Não Consta	União Estável	2	M	Biológicos	Publicitário	Passado
Fev.	Não Consta	Não Consta	União Estável	1	F	Biológico	Publicitário	Passado
Mar.	Não Consta	Não Consta	Casamento	4	M	Biológicos	Diretor de TV	Presente
Abr.	Não Consta	Não Consta	União Estável	2	F	Biológicos	Diretor e Roteirista	Presente
Mai.	20	50	União Estável	4	1 M 3 F	Biológicos	Publicitário	Passado
Jul.	Não Consta	Não Consta	Casamento	2	M	Biológicos	Advogado	Passado
Ago.	Não Consta	Não Consta	Não Consta	4	1 F 3 M	Biológicos	Músico	Presente
Set.	Não Consta	Não Consta	Casamento	3	M	Biológicos	Ator	Passado
Out.	28	32	Casamento	2	F	Biológicos	Jornalista	Passado
Nov.	60	66	Casamento	2	F	Não Biológicos	Cantor/Compositor	Passado

Fonte: Revista *Pais & Filhos* – conteúdo retirado da sessão *Conversa de Homem* das edições do ano de 2004.



Tabela 2: perfis dos depoentes do ano de 2014

Edição/Revista/Mês	Idade Aprox./Paternidade	Idade Aprox./Relato	Tipo/Relação	Nº de Filhos	Sexo/Filho	Biológico/Não Biológico	Profissão	Tempo/Relato
Abr.	Não Consta	Não Consta	Casamento	2	F	Biológico	Fotógrafo/ Diretor Cena	Passado
Jun.	Não Consta	Não Consta	Não Consta	1	M	Biológico	Jornalista/ Educador	Passado
Jul.	Não Consta	Não Consta	Casamento	1	M	Biológico	Psicanalista/ Escritor	Passado
Ago.	26	27	União Estável	1	F	Biológico	Estudante	Passado
Set.	22	34	União Estável	1	M	Não Biológico	Coordenador EaD	Passado
Nov.	Não Consta	Não Consta	Não Consta	2	M	Não Consta	Diretor de Agência	Presente
Dez.	Não Consta	Não Consta	Não Consta	3	2 M 1 F	Não Consta	Ator/ Fotógrafo	Passado

Fonte: Revista Pais & Filhos – conteúdo retirado da sessão *Conversa de Homem* das edições do ano de 2014.

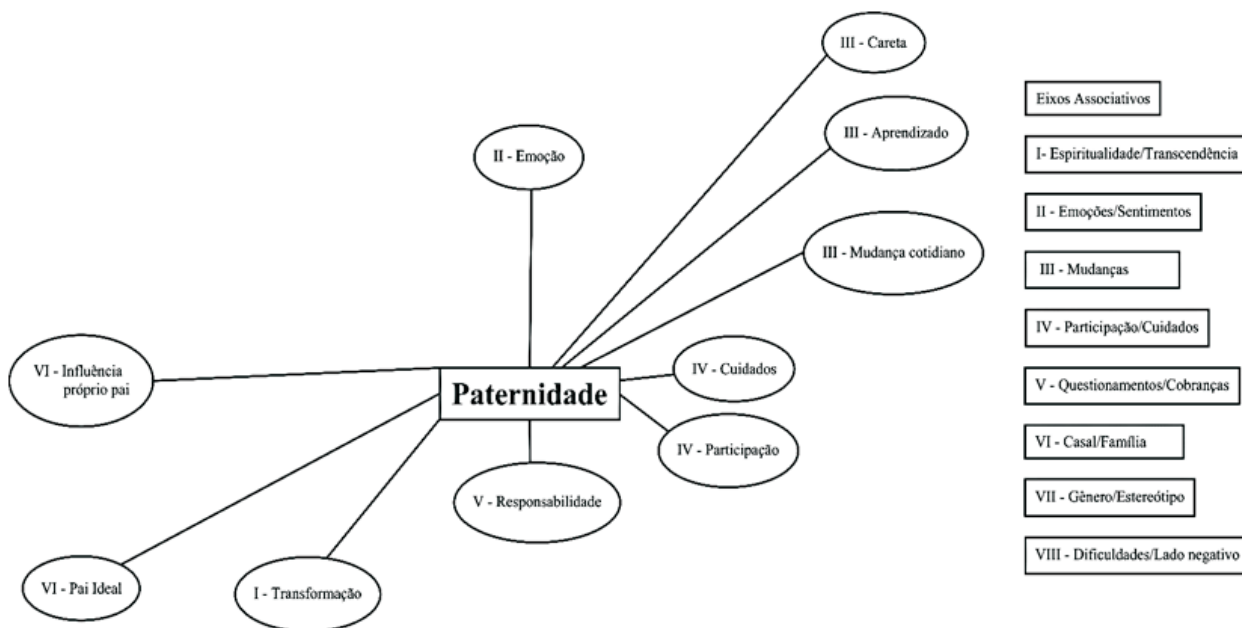


Figura 1. Representação social do ano de 2004.

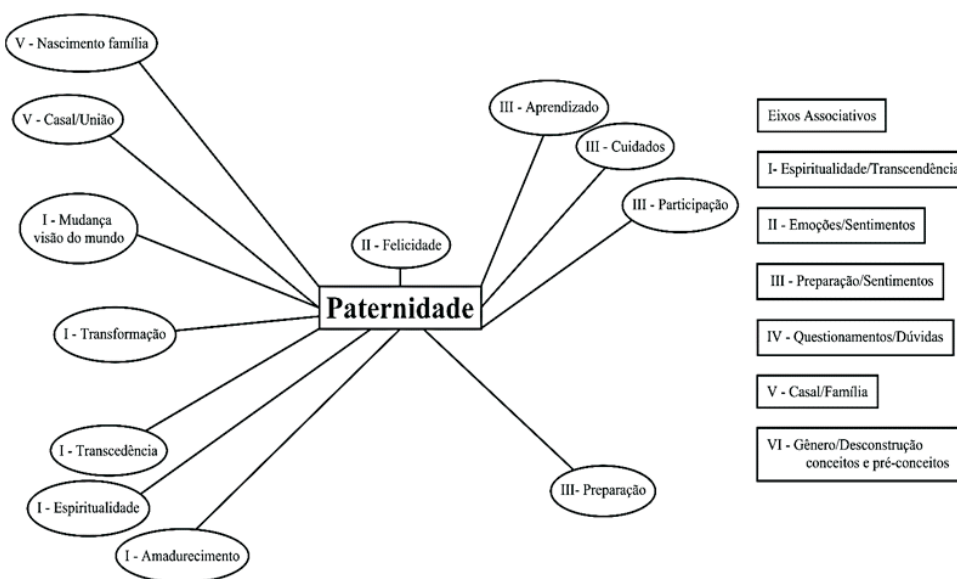


Figura 2. Representação social do ano de 2014.

As representações sociais do ano de 2004 e do ano de 2014 são apresentadas incluindo-se os eixos associativos e suas principais associações. Os eixos associativos estão representados por números romanos. As principais associações são aquelas que surgiram mais vezes na cadeia associativa dos depoentes. Quando mais forte a associação, mais próxima ela está do núcleo central da representação social, no caso a palavra paternidade.

Os resultados apontam diferenças nas redes de significações sobre a vivência da paternidade na representação social do ano de 2004 e do ano de 2014. No ano de 2004, as associações surgem com o foco na participação do pai nos cuidados com o filho ou a filha, em que o homem organiza seu tempo para poder participar principalmente do processo de educação destes, transmitindo valores e regras. Existe uma preocupação deste homem com a formação do filho ou da filha em termos de cidadania. Este homem vê a tarefa de passar valores ao filho como uma obrigação, responsabilizando-se em transmitir um bom exemplo. Desta forma, compreende-se que os conteúdos emergentes no Eixo IV – Casal/Família – estruturam-se mais como eixo central da representação social do ano de 2004 do que aqueles que compõem o Eixo I – Espiritualidade/Transcendência.

Já no ano de 2014, além da participação nos cuidados e na vida cotidiana dos filhos, o homem parece atentar mais para uma preparação subjetiva para que possa efetuar tal participação. Assim sendo, o pai parece ir além das preocupações relacionadas à participação/formação/educação dos filhos, buscando outras formas de se relacionar com estes e exercer a paternidade. Essa preparação se diferencia daquela do homem de 2004, uma vez que este se preocupa em preparar-se em termos de aprendizado das tarefas necessárias para cuidar de uma criança. No ano de 2014, o homem foca em uma preparação interna, em que se permite deixar ser, permite aflorar as emoções nesse processo de preparação.

A temática de gênero emerge nas representações sociais dos dois anos. As associações que surgem em 2004 trazem indagações focadas nos estereótipos de homem e mulher, refletindo e discutindo a respeito das diferenças alicerçadas pela sociedade a respeito do gênero e dos papéis de pai e de mãe.

Contudo, os depoentes do ano de 2014 trazem em seus discursos a importância da desconstrução desses estereótipos para que o homem possa exercer sua paternidade de forma mais afetiva e participativa. Os depoentes de 2014 trazem um sentimento de fraqueza e inutilidade comparado à mulher em seu papel de mãe, justamente pela maior importância dada pela sociedade ao papel materno em relação aos cuidados com a criança.

Nos depoimentos dos dois anos, os homens parecem estar abertos à experiência da paternidade, sendo tal abertura o único pré-requisito para exercê-la. Encontrando-se nesta posição, os homens têm a possibilidade de aprender a ser pai, visto que, de acordo com a nova perspectiva de gênero, a figura paterna é compreendida através do social e não mais somente do biológico (HENNIGEN;

GUARESCHI, 2008). Desta forma, o homem pode vir a exercer a paternidade de uma forma mais afetiva e participativa, já que as questões de gênero vêm sendo compreendidas através de um olhar social. Com o passar das décadas, os estereótipos de gênero parecem estar sendo repensados e até mesmo desconstruídos, dando ao homem e à mulher a chance de se reinventarem.

Percebe-se que, nas representações sociais dos dois anos, surge a preocupação dos pais na execução do seu papel, englobando as transformações vigentes de cada década. Na representação social do ano de 2004, as preocupações emergem relacionadas às demandas sociais, referentes à participação e ao envolvimento afetivo do pai. Estes dois aspectos são compreendidos pelos depoentes como demandas da sociedade, relacionadas ao comportamento do pai ideal naquele momento sócio-histórico, também relacionados às influências do próprio pai em seu percurso de vida.

Já na representação social do ano de 2014, as preocupações surgem relacionadas às demandas internas do próprio sujeito que se torna pai. Essa demanda implica uma maior introspecção do homem.

Em virtude de as representações sociais não descreverem a realidade em si, mas como as pessoas compreendem fenômenos a partir da sua perspectiva e realidade social, há de se perguntar se os depoentes do ano de 2004 realmente foram mais cobrados pela sociedade em relação à execução da paternidade ou se eles se colocaram em uma posição em que se sentiram mais cobrados. Pode-se refletir sobre isso, pois, na medida em que o homem recebe uma grande influência do seu pai e dá ênfase a ela, pode construir a imagem do que ele entende por pai ideal, a ele se comparando, aproximando-se ou distanciando-se.

Os eixos associativos espiritualidade/transformação, presentes na representação social do ano de 2004, trazem em suas associações conteúdos referentes à paternidade ligada ao contato com algo superior à racionalidade, que transcende a experiência da paternidade no plano material (SAFRA, 2005). Além disso, as múltiplas formas de transformação são apresentadas no sentido de modificar a vida cotidiana do homem, em seus comportamentos e hábitos, transformando-lhe a visão de mundo e a perspectiva de vida.

Na representação social do ano de 2004, a transformação aparece mais relacionada à mudança de comportamentos e hábitos do homem, além de englobar reflexões sobre a paternidade ideal, como o aprendizado de tarefas direcionadas ao universo infantil. Na representação social do ano de 2014, essa transformação aparece mais ligada à mudança do homem, abrangendo desde uma busca existencial e amadurecimento até seu renascimento como sujeito (SAFRA, 2005).

Como o modelo de paternidade participativa (SUTTER; BUCHER-MALUSCHKE, 2008) parece estar se alicerçando aos poucos na sociedade brasileira, a preocupação e a cobrança explicitada na representação social do ano de 2004 levaram esses homens a se questionarem sobre a possibilidade em se adequarem ao modelo emer-

gente. Já a partir de 2014, o fato de esse modelo de paternidade estar relativamente mais consolidado, os homens desta década não demonstraram incômodo com tal adequação, de modo que eles tiveram a oportunidade de refletir e de se ocupar com outras questões, como as subjetivas. Portanto, parece ter ocorrido uma espécie de evolução, no que diz respeito à imagem e aos elementos simbólicos que os homens vêm construindo sobre a paternidade.

A paternidade é compreendida pelos depoentes do ano de 2014 como um estado de espírito, uma vivência em que incluem a esfera espiritual. Mais do que preocupados com a participação e com os cuidados inerentes aos filhos e filhas e à nova família que se constituiu, o homem é levado a refletir sobre como a paternidade transforma a si mesmo, sua forma de perceber e vivenciar o mundo.

A partir dessa transformação, é permitida ao homem a busca de um novo sentido em sua vida, relacionado a uma busca existencial, em que ele procura, a partir do exame de seu interior, assimilar e associar as novas dimensões que lhe são apresentadas. Essas dimensões referem-se ao seu novo eu e ao seu novo papel na sociedade a partir da paternidade. O homem transforma o modo como percebe alguns fenômenos e suas relações, passa por um renascimento. Além disso, por meio da transcendência, ele se permite questionar e desconstruir conceitos e preconceitos (SAFRA, 2005).

A espiritualidade caracteriza-se como um fenômeno em que o sujeito sai de si em busca de um sentido último, que se relaciona com uma abertura em direção ao outro, em que o devir em direção ao futuro se faz transcendente. Esse gesto do ser humano de sempre ir além, por ser compreendido como o registro espiritual do homem, faz com que este se expanda para fora de si a caminho da integralidade da existência (SAFRA, 2005). A espiritualidade e a transcendência surgem interligadas no discurso dos depoentes do ano de 2014.

O surgimento de conteúdos relacionados à espiritualidade e à transcendência, mais próximos ao núcleo central da representação social do ano de 2014, parece estar ligado ao desenvolvimento de estudos referentes à espiritualidade pela psicologia. Na medida em que estes conteúdos parecem ser desmistificados tanto pela sociedade quanto pela ciência, a população geral, assim como os pesquisadores, parece realizar uma maior abertura para refletir sobre esta temática e como ela está relacionada à vida das pessoas.

A transformação interna do sujeito é abordada por pesquisadores brasileiros que trabalham com a maternidade, que surge como uma possibilidade de aprendizado, em que a mulher pode refletir sobre sua vida e existência antes e após essa vivência, abarcando as transformações experimentadas. Os filhos e filhas são compreendidos como aqueles que propiciam a mudança da mãe, uma vez que a ensina a exercer a maternidade. Retrata a transformação da mulher como mãe, filha, esposa, amiga e profissional. Desta forma, a maternidade é ligada ao desenvolvimento da mulher enquanto sujeito (MOREIRA; RASERA, 2010).

Percebe-se que as transformações apontadas por Moreira e Rasera (2010) perante a maternidade também estão relacionadas às transformações subjetivas dos depoentes diante da experiência da paternidade. Isto porque estes trazem em suas associações transformações externas (comportamento), internas (subjetivas) e decorrentes do contato com a espiritualidade.

Em termos de competência para os cuidados com os filhos, e na relação construída com eles, não há diferenças entre homem e mulher, visto que tanto os pais quanto as mães possuem sensibilidade para interpretar os sinais emitidos pelo bebê, respondendo com igual eficiência. Esta concepção contraria a ideia de instinto maternal, pois as competências para os cuidados com o bebê/criança são conquistadas a partir da experiência e prática (BALANCHO, 2012).

As competências para os cuidados com os filhos estão relacionadas também às transformações subjetivas e à disponibilidade do sujeito em se deixar afetar por tais transformações. Para tornar-se pai, o homem precisa estar aberto às novas experiências e, principalmente, estar disponível emocionalmente. A partir dessa abertura, tem a possibilidade de exercer a paternidade de forma satisfatória, na medida em que se dispõe a participar de forma ativa na vida dos filhos. A disponibilidade do homem de acolher e doar afetos é compreendida como impulsionadora desta transformação.

As associações completude, transformação, humanização, autopreservação, empatia, novo homem, novo sentido, renascimento, novo rumo, busca existencial, emoção, felicidade, satisfação, grávido, amor, sentir-se pai, carinho, afeto, preparação interna, apego, alegria, motivação, pai coruja, esforços, entusiasmo, intuição, sensação boa, preocupações, espelho (exemplo), obrigações, tempo integral, educação, ensinar, higiene, alimentação saudável, valores, cuidado, participação, responsabilidade, compreensão, levam a pensar na possibilidade de (re)construção subjetiva do homem frente à experiência da paternidade, gerando questionamentos sobre sua existência e seu papel no mundo enquanto sujeito social.

### **Possíveis percursos da paternidade**

As mídias parecem estar relacionadas com a construção das representações sociais, já que seus conteúdos perpassam o cotidiano. Ideias e associações são constituídas e constituintes do imaginário social, no qual elementos simbólicos circulam.

No caso da psicologia, especificamente do profissional psicólogo, os estudos com representações sociais parecem contribuir para o desenvolvimento daquele profissional que se mantém em contato com diferentes públicos, trabalhando tanto em âmbito público como particular, tendo a possibilidade, a partir do acesso a estudos com embasamento na teoria das representações sociais, de compreender como se dão certos fenômenos das sociedades, abarcando as relações, a construção e a associação de ideias sobre determinado assunto da vida cotidiana.



Quanto ao processo de construção da paternidade, observa-se que o homem leva em consideração o modelo de paternagem que possui, além daquilo que entende como um modelo ideal de pai em seu imaginário. Tendo em vista que o homem traz consigo uma bagagem no que tange ao exercício da paternidade, englobando a vivência com o próprio pai e as demandas sociais, ele reflete sobre este papel. Desta forma, tem a possibilidade de (re) construir a sua própria paternidade de uma forma singular, de acordo com as experiências vivenciadas na circunstância em que a paternidade acontece e com a atmosfera disponível a ele para a execução deste papel (GABRIEL; DIAS, 2011).

Os eixos associativos centrais da representação social do ano de 2004 foram bastante sustentados pela literatura, uma vez que foi encontrado um número extensivo de trabalhos publicados sobre esta temática. A ideia do pai participativo e envolvido no desenvolvimento e na criação dos filhos está fundamentada nas mudanças sociais, abarcando a evolução da compreensão das questões relacionadas ao gênero. Já no que se refere aos eixos associativos centrais da representação social do ano de 2014, que apresentam a ideia de introspecção e espiritualização do homem que se torna pai, fazendo parte da construção da paternidade, não foram tão desenvolvidos pela literatura específica sobre o tema em comparação com os demais.

Portanto, percebe-se uma necessidade de mais pesquisas abarcando as transformações subjetivas do homem que se torna pai e a influência da espiritualidade neste processo. A transcendência emergiu mais próxima ao núcleo central da representação social nos depoimentos dos homens do ano de 2014. Assim, torna-se interessante que os pesquisadores atentem para este dado, mesmo levando em consideração as restrições deste trabalho, como, por exemplo, um número limitado de depoentes. Além disso, coloca-se como restrição o fato de as representações sociais sobre paternidade analisadas emergirem de um artefato cultural e, portanto, apresentarem as representações sociais de um público específico, possuidor de contato com a mídia citada, e a intervenção os editores da revista na seleção dos depoimentos publicados.

Assim, pode-se concluir que, em cada momento sócio-histórico, os homens irão encontrar novos desafios para a paternidade. Esta pesquisa apontou, ainda, que, a partir da abertura para a experiência da paternidade, o homem pode aprender a ser pai e exercer esse papel de forma satisfatória. Portanto, entende-se que é necessária uma abertura do homem para acolher a criança que virá e, conseqüentemente, os novos desafios e responsabilidades, assim como uma abertura para sua própria transformação. Com este trabalho, pode-se perceber a multiplicidade “das paternidades”, uma vez que, hoje, existem diferentes formas de exercer este papel.

#### Informações sobre as autoras:

Patrícia Menezes Visentin

 <https://orcid.org/0000-0001-9596-167X>

 <http://lattes.cnpq.br/7734902104955363>

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Caxias do Sul, (2015). Pós graduação em Saúde Mental Coletiva (Latu Sensu), pela Universidade de Caxias do Sul, (2018). Trabalha como psicoterapeuta de orientação psicanalítica na Cammino - Clínica de Psicologia. Possui interesse e experiência na área de Psicologia, com ênfase nos seguintes temas: Psicanálise, Psicologia Social, Saúde Mental Coletiva, Políticas Públicas e Sociais, Sociologia, Mídias/Comunicação, Educação.

Cristina Lhullier

 <http://orcid.org/0000-0002-5440-2916>

 <http://lattes.cnpq.br/8221162740628436>

Possui Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996), Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999) e Doutorado em Ciências: Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo (2003). Atualmente é professora da Universidade de Caxias do Sul, junto ao curso de graduação em Psicologia, desenvolvendo atividades de docência e orientação de monografias de conclusão de curso. É membro do grupo de trabalho em História da Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Participa como pesquisador do Grupo de Pesquisa do CNPq Clínica da Atenção Psicossocial e Uso de Álcool e Outras Drogas, coordenado pelo PSICLIN/UFSC. Atua na área da Psicologia, com ênfase em História, Teorias e Sistemas em Psicologia, Psicologia Social e Métodos e Técnicas de Pesquisa com interesse nos seguintes temas: história dos saberes psicológicos e da psicologia, história da medicina, história da educação e história das ciências.

#### Contribuições das autoras:

Ambas as autoras colaboraram ao longo do processo, desde a elaboração até a revisão final do manuscrito. As autoras aprovaram o manuscrito final para publicação.

#### Como citar este artigo:

##### ABNT

VISENTIN, Patrícia Menezes; LHULLIER, Cristina. Representações sociais da paternidade: um estudo comparativo. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 31, n. 3, p. 305-312, set./dez. 2019. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i3/5640>

##### APA

Visentin, P. M., & Lhullier, C. (2019, Setembro/Dezembro). Representações sociais da paternidade: um estudo comparativo. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(3), 305-312. doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i3/5640>

#### Referências

ARAUJO, Marivânia Conceição de. A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 98-119, jul./dez, 2008. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/155/180>. Acesso em: 5 fev. 2015.

ARRUDA, Sérgio Luiz Saboya; LIMA, Manuela Caroline Ferreira. O novo lugar do pai como cuidador da criança. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, Londrina, v. 4, n. 2, p. 201-216, dez. 2013. <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2013v4n2p201>

BALANCHO, Leonor Segurado. *Ser pai hoje*. Curitiba: Juruá, 2012.

- BORNHOLDT, Ellen Andrea; WAGNER, Adriana; STAUDT, Ana Cristina Pontello. A vivência da gravidez do primeiro filho à luz da perspectiva paterna. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 75-92, 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652007000100006>
- BORSA, Juliane Callegaro; NUNES, Maria Lucia Tiellet. Aspectos psicossociais na parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 29, n. 64, p. 31-39, jan./mar. 2011. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19835>. Acesso em: 13 mar. 2015.
- CHAVES, Ulisses Herrera. Família e parentalidade. In: CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira (Org.). *Família e... narrativas, gênero, parentalidade, irmãos, filhos nos divórcios, genealogia, história, estrutura, violência, intervenção sistêmica, rede social*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 47-62.
- CIA, Fabiana; BARHAM, Elizabeth Joan. O envolvimento paterno e o desenvolvimento social de crianças iniciando as atividades escolares. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 1, p. 67-74, jan./mar. 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722009000100009>
- CÚNICO, Sabrina Daiana; ARPINI, Dorian Mônica. A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea. *Pensando famílias*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 28-40, jul. 2013. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2013000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 13 abr. 2015.
- DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Pascal. *A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais*. Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 169-186, jan./abr. 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742004000100008>
- GABRIEL, Marília Reginato; DIAS, Ana Cristina Garcia. Percepções sobre a paternidade: descrevendo a si mesmo e o próprio pai como pai. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 16, n. 3, p. 253-261, set./dez. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2011000300007>
- GIFFIN, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. *Ciências & saúde coletiva*, v. 10, n. 1, p. 47-57, 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000100011>
- GOMES, Aguinaldo José da Silva; RESENDE, Vera da Rocha. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 20, n. 2, p. 119-125, mai./ago. 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722004000200004>
- GUARESCHI, Pedrinho Arcides; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Textos em representações sociais*. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 17-24.
- GUARESCHI, Pedrinho Arcides; ROMANZINI, Lisie Polita; GRASSI, Lúcia Biavaschi. A “mercadoria” informação: um estudo sobre comerciais de TV e rádio. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 41, p. 567-580, dec. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2008000300012>
- HENNIGEN, Inês; GUARESCHI, Neusa Maria de Fátima. Os lugares de pais e de mães na mídia contemporânea: questões de gênero. *Revista Interamericana de Psicologia*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 81-90, mai./jan. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v42n1/v42n1a09.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010: País tem declínio de fecundidade e migração e aumentos na escolarização, ocupação e posse de bens duráveis*. 16 nov. 2011. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&idnoticia=2018&t=censo-2010-pais-tem-declinio-fecundidade-migracao-aumentos-escolarizacao-ocupacao-posse-bens&view=noticia>. Acesso em: 24 abr. 2015.
- MOREIRA, Renata Leite C. Aguiar; RASERA, Emerson F. Maternidades: os repertórios interpretativos utilizados para descrevê-las. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 529-537, abr./set. 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000300013>
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- OLIVEIRA, Aline Grazieli de; SILVA, Rosanna Rita. Pai contemporâneo: diálogos entre pesquisadores brasileiros no período de 1998 e 2008. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 29, n. 66, p. 353-360, jul./set. 2011. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20297>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- OLIVEIRA, Fátima O. de; WERBA, Graciela C. Representações sociais. In: JACQUES, Maria da Graça Correa et al. *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 104-117.
- SÁ, Celso Pereira de. As representações sociais na história recente e na atualidade da psicologia social. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (Org.). *História da psicologia: rumos e percursos*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nau, 2007. p. 587-602.
- SAFRA, Gilberto. Espiritualidade e religiosidade na clínica contemporânea. In: AMATUZZI, Mauro Martins (Org.). *Psicologia e espiritualidade*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 205-211.
- SPINK, Mary Jane P. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho Arcides; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). *Textos em representações sociais*. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 95-118.
- SUTTER, Christina; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia S. N. F. Pais que cuidam dos filhos: a vivência masculina na paternidade participativa. *PSICO*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 74-82, jan./mar. 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/%20revistapsico/article/viewFile/1488/2799>. Acesso em: 4 maio 2015.
- TEYKAL, Carolina Macedo; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. *PSICO*, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 262-268, set./dez. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico/article/view/2888>. Acesso em: 8 maio 2015.

## Freud e a prevenção: um percurso de controvérsias

Beatriz Sernache de Castro Neves, <sup>I</sup> ★ Maria Celina Peixoto Lima <sup>II</sup>

<sup>I</sup> Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

<sup>II</sup> Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, Brasil

### Resumo

O termo prevenção em saúde vem sendo utilizado desde a mudança no paradigma médico com certa frequência dentro e fora do campo da medicina. Entretanto, ao se debater esse conceito fora desse campo, torna-se necessário trazer algumas particularidades em questões atravessadas pelo tempo e espaço em que se dão. Este artigo problematiza a ideia de prevenção no pensamento de Freud. Assim, investigam-se, a partir de uma revisão dos seus escritos, os diversos empregos e concepções que ele faz dos termos prevenção e profilaxia. Com origem nos textos de 1896, passando por outros textos em 1910, 1913, 1926, 1934 até os artigos mais tardios de 1937, destacam-se suas principais elaborações sobre a temática, marcadas por uma flutuação de posicionamentos referentes às possibilidades e limites de uma prática psicanalítica de caráter preventivo. Para auxiliar na articulação utilizamos também escritos de outros psicanalistas sobre o tema, com o objetivo de reatualizar o debate da noção de prevenção em psicanálise.

Palavras-chave: psicanálise; prevenção; profilaxia.

## Freud and prevention: a controversial trajectory

### Abstract

The term health prevention has been used since the medical paradigm shift quite often within and outside the field of medicine. However, when discussing this concept outside of the field, it is necessary to bring some particularities in question with regards to the time and space in which they occur. The present paper discusses the idea of prevention in Freud's thinking. Thus, from a review of his writings, the various uses and conceptions he makes of the terms prevention and prophylaxis are investigated. Originating in the 1896 texts and going through others in 1910, 1913, 1926, 1934 until the later articles of 1937, his main elaborations on the subject are highlighted, marked by a fluctuation of positions regarding the possibilities and limits of a preventive psychoanalytic practice. To assist in the articulation we will also use writings of other psychoanalysts on the subject, with the aim of updating the debate on the notion of prevention in psychoanalysis.

Keywords: psychoanalysis; prevention; prophylaxis.

### Introdução

As ações voltadas para a prevenção no campo da medicina testemunham a mudança operada há mais de meio século na racionalidade médica, decorrente da criação da Organização Mundial de Saúde – OMS e da ideia positivada de saúde como bem-estar biopsicossocial. Surgem, a partir de então, segundo Anne Golse (2001), dois novos paradigmas da medicina contemporânea, configurados na etiologia plurifatorial e no fator de risco. Este permitirá uma reorganização do discurso médico e o estabelecimento de uma política global de saúde orientada em ações sobre os fatores. De um lado, tais ações terão como meta o desenvolvimento de fatores positivos, constituindo o que será tomado como a promoção da saúde; por outro lado, ações positivas de redução ou supressão de fatores de risco, relativas ao que é da ordem da prevenção.

As repercussões da nova racionalidade médica no campo da saúde mental foram objeto de um importante estudo de Robert Castel (1981) no início dos anos 1980. Constatando a crise da psiquiatria social e da psicanálise, o autor já preconizava a preponderância de novas estratégias médico-psicológicas e sociais que, desde então, organizariam as práticas, sobretudo preventivas, as quais se caracterizam como rastreadoras dos riscos.

Passados 35 anos da publicação do livro de Castel (1981), *A gestão dos riscos* firma-se como estatuto social não só da psiquiatria contemporânea, mas também do conjunto de disciplinas que têm como alvo o saber e a prática no campo da saúde mental.

Nesse contexto, cabe-nos interrogar: de que modo a psicanálise poderia contribuir para o debate, por meio da inserção dos seus pressupostos teórico-metodológicos? A larga experiência acumulada pela clínica psicanalítica seria passível de uma extensão às novas demandas do laço social? Como pensar esses paradigmas organizadores da nova racionalidade médica, a princípio estranhos ao discurso da psicanálise, em uma prática atenta ao sujeito?

A inserção do psicanalista em contextos institucionais o confronta, muitas vezes, com a situação paradoxal de conjugar a psicanálise e a prevenção, implicando, dessa forma, uma conduta normativa submetida a protocolos e estatísticas, com a pretensão de prevenir transtornos de conduta ou de comportamento. Em razão desse confronto, resta a cada psicanalista atualizar a tarefa, inaugurada por Freud, de sustentar uma posição subversiva para resistir à tal injunção social, não bastando uma atitude de recusa à interlocução, justificada pela incompatibilidade de propósitos, mas assumindo, como procedeu Freud, uma posição de engajamento político perante novos contornos do mal-estar social.

Com efeito, a proposta de um trabalho de leitura da obra de Freud em busca de suas posições quanto à prevenção, mais do que um exercício acadêmico de revisão

\* Endereço para correspondência: Universidade Federal do Ceará. Rua Professor Costa Mendes, 1608, Bloco didático, 5º andar. Rodolfo Teófilo – Fortaleza, CE – Brasil CEP: 60.430-140. Emails: [bia\\_sernache@hotmail.com](mailto:bia_sernache@hotmail.com), [celina.lima@unifor.br](mailto:celina.lima@unifor.br)  
Os dados completos das autoras encontram-se ao final do artigo.





de literatura, constitui um esforço de resgate desse engajamento ético e político inaugural, e, por consequência, um movimento de resistência às forças do recalçamento que ameaçam apagar o projeto freudiano.

Veremos que as principais elaborações freudianas sobre a prevenção são marcadas por uma flutuação de posicionamentos cujo percurso já se iniciou nos primórdios de sua obra, em 1896, e se desdobram até os artigos tardios de 1937. Se, no primeiro momento, a ideia de prevenção vai ganhando delimitação com relação ao sentido de uma profilaxia médica, como resultado do desenvolvimento teórico-clínico acerca da neurose de transferência, mais tarde a reconfiguração do campo psicanalítico, produzida pela segunda tópica e pelo segundo dualismo pulsional, incidirá claramente sobre a ideia de prevenção.

#### Da concepção médica de profilaxia das neuroses

Freud (1898/2006), no artigo intitulado *A sexualidade na etiologia das neuroses*, aponta que a masturbação é a causa da neurastenia na juventude e que, posteriormente, poderia causar a neurose de angústia. Aqui, o autor considera que a sua ausência pode constituir benefício para os neurastênicos como profilaxia.

Freud situava a neurastenia como uma das neuroses atuais, resultantes diretas da inadequação, ou até mesmo da ausência da excitação sexual, e cujo protótipo era a masturbação compulsiva. A masturbação – tanto feminina quanto masculina – para Freud (1898/2006a) merecia atenção especial. Ele considerava que a neurastenia havia exibido aumento de casos naquela época. Sugeriu, então, que era de interesse público que os homens ingressassem na relação sexual com toda a sua potência. Mesmo assim, em matéria de profilaxia, o indivíduo ficava desamparado.

Para que a profilaxia fosse possível, Freud acreditava que a comunidade deveria se interessar por tal assunto, dando apoio e criando regulamentos aceitáveis. Achava, no entanto, que a sociedade da época estava distante disso e que, na verdade, a civilização contribuía para a disseminação da neurastenia. Freud (1898/2006a) enumerou uma série de questões (uma geração de médicos que não se recordam de sua juventude, o orgulho dos pais, o puritanismo das mães, entre outras) a serem trabalhadas em prol da diminuição de casos, e apontou a necessidade de se criar um espaço público para debater esse tema, que levaria o tempo necessário até que a população aprendesse a conviver com as reivindicações da sexualidade.

Estamos em um momento no qual, de acordo com Catherine Millot (1987), Freud ainda depositava esperanças na função educativa/profilática do médico. A autora destaca a carta que Freud escreveu a Fliess, pela qual podemos concluir que a prevenção de transtornos sexuais é confundida com a de doenças, como sífilis e blenorragia, tidas como perigos que ameaçavam a todos os que renunciavam à masturbação. A solução seria a autorização para manter relações de forma livre entre moças e rapazes de boa família, desde que, à época, houvesse métodos contraceptivos eficazes. Para Freud (1893 apud MILLOT, 1987), na falta de alternativas possíveis, a sociedade fi-

caria condenada a se tornar vítima de neuroses que diminuam a alegria, dificultavam as relações conjugais e poderiam perpetuar essas questões para futuras gerações.

Millot (1987) destaca que, nesse momento, Freud está situado em uma posição estritamente médica, e não moral ou política. Acreditava que, na medida em que se criassem métodos anticoncepcionais, seria possível conciliar as exigências da sexualidade com as da sociedade.

Com a introdução de seus estudos sobre a histeria, abre-se outra categoria nosográfica, cuja etiologia está não mais em condutas inadequadas, mas na própria vida mental. Sua concepção de neurose de defesa o leva à constatação do vínculo de quadros neuróticos com a questão da moral sexual da época. Freud, dessa maneira, denuncia os abusos de uma moral sexual que, além de reprimir os atos, proíbe os pensamentos, podendo causar a inibição da atividade intelectual. O tratamento analítico buscava tornar possível a entrada de uma palavra no lugar do sintoma. O que põe obstáculo para a palavra, segundo Freud, opõe-se ao próprio progresso da civilização (MILLOT, 1987).

Em outra carta a Fliess, Freud inverte o problema sobre a moral (MILLOT, 1987). A origem do recalque da sexualidade não estaria mais estritamente relacionada à moral, mas à natureza da pulsão sexual. Visto desse modo, a causa da neurose não estava na moral – a moralidade propriamente dita tem força demonstrada na neurose, pois a sexualidade em si é essencialmente perturbadora. A moral deve ser, portanto, considerada como uma dentre outras maneiras de os homens se protegerem de sua sexualidade.

Aqui podemos perceber o primeiro movimento referente à abordagem da prevenção. Na medida em que o autor muda a teoria da etiologia das neuroses, também produz uma mudança de posição relacionada à possibilidade de prevenção, como veremos a seguir.

No texto *As perspectivas futuras da psicanálise*, Freud (1910/2006c) acentua que algumas pessoas, quando se deparam com conflitos em suas vidas, fogem para a neurose, obtendo ganhos secundários com essa iniciativa. Algum tempo depois, entretanto, esse caminho pode acarretar bastante prejuízo. O autor argumenta que a psicanálise funciona como reveladora de algumas questões, impelindo as pessoas à honestidade e à confissão acerca das pulsões sob cuja orientação estão agindo. Além disso, ela contribui para que o paciente lute por aquilo que deseja ou renuncie a esses desejos, e que a sociedade, após o esclarecimento proporcionado pela psicanálise, pode ajudá-lo nessa tarefa.

Nesse texto, Freud (1910/2006c) observa que a prevenção das doenças neuróticas não seria vantajosa para todas as pessoas. Aquelas pessoas que fogem dos conflitos refugiando-se na neurose não suportariam enfrentá-los, e um confronto dessa natureza poderia até mesmo lhes causar piora. Com efeito, Freud considera que as neuroses têm funções biológicas, atuantes como um dispositivo protetor. Mais adiante, Freud (1910/2006c) aponta que as energias gastas na produção de sintomas neuróticos, que servem ao mundo da fantasia, algumas vezes isolados da

realidade, fortalecem o clamor por modificações reivindicadas pela civilização, podendo resultar em bem-estar para as gerações futuras. Em suas palavras:

Desjaria, portanto, deixá-los ir com a segurança de que, ao trabalharem seus pacientes psicanaliticamente, estarão cumprindo com o seu dever, em mais de um sentido. Os senhores não estarão trabalhando, apenas, a serviço da ciência, ao fazer uso de uma única oportunidade, para descobrir os segredos das neuroses; estarão, não apenas, dando aos seus pacientes o remédio mais eficaz para os seus sofrimentos, de que dispõem hoje em dia; estarão contribuindo, com a sua parcela, para o esclarecimento da comunidade, através do qual esperamos alcançar a profilaxia mais radical, contra as perturbações neuróticas, ao longo do caminho indireto da autoridade social (FREUD, 1910/2006c).

Destacamos o final da citação, quando Freud propõe, de forma enigmática, que o caráter profilático do trabalho do analista está mais radicalmente relacionado ao “esclarecimento da comunidade [...] ao longo do caminho indireto da autoridade social”. Estaria ele aí antecipando sua reflexão, que foi desenvolvida pouco tempo depois sobre o interesse da psicanálise pelo campo da educação? A “autoridade social”, apontada como a mediadora do trabalho preventivo, seria, na concepção de Freud, o educador?

#### **Da esperança de uma educação psicanaliticamente orientada...**

Freud se dedicou, em vários momentos de sua obra, a refletir sobre as convergências e divergências entre as práticas educativa e psicanalítica. No artigo *O interesse científico da psicanálise* (FREUD, 1913/2006d), ao falar do interesse educacional da psicanálise, acreditava que ela poderia ajudar na tarefa educativa ao elucidar certas fases do desenvolvimento infantil. Acreditava ainda que, com suporte em tal esclarecimento, os educadores não iriam subestimar a importância dos impulsos instintivos considerados imprestáveis para a sociedade. No lugar disso, poderiam se abster da tentativa de reprimir esses impulsos pela força, na medida em que aprendessem que eles podem produzir resultados também indesejáveis, como a alternativa de dar livre acesso às crianças para suas travessuras. A supressão desses instintos conduz à repressão, que pode futuramente causar predisposição a doenças nervosas. Consoante a reflexão freudiana,

A psicanálise tem frequentes oportunidades de observar o papel desempenhado pela severidade inoportuna e sem discernimento da educação na produção de neuroses, ou o preço, em perda de eficiência e capacidade de prazer, que tem de ser pago pela normalidade na qual o educador insiste. E a psicanálise pode também demonstrar que preciosas contribuições para a formação do caráter são realizadas por essas pulsões associadas e perversas na criança, se não forem submetidas à repressão, e sim desviadas de seus objetivos originais para outros mais valiosos, através do processo conhecido como “sublimação” (FREUD, 1913/2006d).

Afinal, para o autor, as maiores virtudes nascem exatamente da formação reativa e da sublimação vindas das piores disposições. Dessa maneira, conclui a ideia de que

tudo aquilo que se pode esperar no plano da profilaxia das neuroses está nas mãos de uma educação psicanaliticamente esclarecida.

Millot (1987) considera que as descobertas sobre a sexualidade infantil atraíram o interesse de Freud para a educação, assim como seus estudos acerca da importância dos primeiros anos de vida na etiologia das neuroses. Suas investigações sobre o desenvolvimento infantil trazem à superfície, também, as influências vindas da educação. Com essas descobertas, a psicanálise teria a possibilidade de esclarecer aos educadores o seu poder, mostrando-lhes seus erros e permitindo, dessa forma, uma melhor atuação. A esperança de Freud, segundo a autora, era saber o que se está fazendo quando se educa, visto que não se faz o que se quer. Vale ressaltar, ainda, que, para Freud, as práticas educacionais repressivas causavam prejuízo ao desenvolvimento dos interesses intelectuais, visto que a repressão excessiva vinda da educação no concernente à curiosidade sexual poderia causar o recalque, inibindo as possíveis curiosidades intelectuais futuras.

Freud acreditava na prevenção das neuroses mediante a possibilidade de esclarecimento às crianças. O educador deveria manifestar respeito pela verdade e pela liberdade de expressão dada às crianças. Assim como a psicanálise valoriza o poder da palavra, tido como o princípio da cura analítica, é na palavra que a educação deveria se ancorar, no sentido de colaborar com a criança na superação de seus conflitos psíquicos (MILLOT, 1987).

Schimidt (2011) considera que Freud buscava um ideal de educação, uma matriz de intervenções junto às crianças, que possibilitasse torná-las adultos sem adoecimentos psíquicos. Portanto, uma educação com efeitos profiláticos. Seria uma nova pedagogia, que aliaria noções do campo da educação e algumas outras da psicanálise. Resumida por Schimidt (2011), essa pedagogia almejava o equilíbrio para as crianças em meio ao processo civilizacional. No entanto, Schimidt acredita que Freud não apostava tudo nessa educação que regulasse quantidades de restrições ou mesmo de satisfação pulsional, com o objetivo de prevenir neuroses ou perversões. Entretanto, Freud alimentava, sim, as esperanças de outra feição educativa, psicanaliticamente esclarecida, na qual as atitudes de pais e professores, em sua relação transferencial com as crianças, pudessem alterar, em gerações futuras, o modo pedagógico responsável pelo cumprimento imperfeito de seus objetivos.

Schimidt (2011), apoiando-se em Millot (1987), considera a existência do primeiro Freud, soterrado pela conceituação da pulsão de morte, cujo efeito originou o segundo Freud em termos de concepção de educação. Num texto de 1912, Freud relata que existe um resto de insatisfação inerente à natureza da pulsão sexual, origem de importantes realizações culturais, e que, por ser impossível que a pulsão sexual e as exigências culturais entrem em harmonia, o desprazer passa a ser o meio único para a educação. Schimidt (2011) conclui que a defesa contra a ameaça do desprazer inevitável tem o poder de organizar ou educar psiquicamente. O que fica para a educação é o lugar de agente da sublimação, que leva as

crianças às realizações culturais. Schimidt (2011) considera a sublimação como a capacidade da pulsão sexual de substituir seus objetivos mais imediatos por outros, sem caráter sexual, que tenham a possibilidade de ser mais valorizados. Sendo assim, a pulsão modifica o seu objetivo para poder satisfazer-se, atingindo outro ponto não sexual, e são seus maiores exemplos as atividades culturais e intelectuais. Com origem na sublimação, a pulsão é substituída, em vez de ser reprimida a qualquer custo. Com essas noções, Freud enterra a ideia da existência de uma educação em que não haveria desprazer psíquico.

Nesse sentido, Lajonquière (2006) salienta que Freud, na verdade, não se iludiu com a possibilidade de uma educação menos repressiva, embora sempre almejasse uma qualidade diferente das relações entre adultos e crianças. Ele esperava uma intervenção na qual os adultos pudessem endereçar a palavra às crianças em nome de outras coisas além da moral vigente, o que definiria a expressão de educação para a realidade.

Terão de admitir para si mesmos toda a extensão de seu desamparo e insignificância na maquinaria do universo; não podem mais ser o centro da criação, o objeto de terno cuidado por parte de uma Providência beneficente [...] Os homens não podem permanecer crianças para sempre; têm de, por fim, sair para a vida "hostil". Podemos chamar isso de educação para a realidade (FREUD, 1927/2006g).

O termo 'realidade' aqui colocado abrange a realidade do desejo, conceituado como o que condena o homem a estar sempre fora de foco consigo mesmo e com o outro.

Lajonquière (2006) acredita que a ideia de prevenir neuroses e perversões através da educação está ligada à desconsideração da estrutura paradoxal do desejo, induzida por uma certa leitura freudiana. O autor pondera que essa leitura parcial das obras de Freud aconteceu em razão do contexto em que foi feita, antes da proposta laciana de retorno ao criador da psicanálise. Essa leitura parcial da obra esquece a advertência de Freud (1937/2006i) no texto *Análise terminável e análise interminável*, que será comentada mais à frente.

### ...ao trabalho analítico com crianças

Somos já bem advertidos do fato de que a clínica com adultos neuróticos constitui a via privilegiada, empreendida por Freud, de acesso à vida sexual infantil. O caso do pequeno Hans, trabalhado no texto *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos* (FREUD, 1909/2006b), possibilita-lhe, no entanto, aceder a um novo elemento: a constatação da possibilidade de intervenção antes da instalação da neurose. Portanto, abre-se a discussão sobre a viabilidade de um trabalho analítico pré-recalque, com implicações evidentes que incidirão sobre a problemática da prevenção. Será preciso, no entanto, esperar pela virada metapsicológica produzida pelo conceito de pulsão de morte e de repetição, para que essa discussão ganhe novos contornos, inclusive no que diz respeito à interface da psicanálise com a educação.

No final do artigo *A questão da análise leiga*, Freud (1926/2006f) retoma o ponto relativo à educação. De acordo com ele, caso a criança apresente sinais de de-

envolvimento indesejável, tornando-se mal-humorada, indócil, desatenta, ou até mesmo apresente sintomas neuróticos claros (nervosismo, perda de apetite, vômitos ou insônia), o médico nada tem a esclarecer.

Freud (1926/2006f) sugere que, na opção por um tratamento que combine a influência psicanalítica com medidas educacionais, ministrado por pessoas que se interessem pela vida mental das crianças, podem acontecer duas coisas, simultaneamente: a eliminação de sintomas neuróticos e até mesmo a reversão da mudança de caráter que já tinha começado. O reconhecimento da importância das neuroses infantis como causadoras de doenças mais graves no futuro aponta para o direcionamento da análise infantil como um método de profilaxia. Mais adiante, o autor acentua que a civilização da época merecia um corretivo, por impor uma pressão intolerável. Com isso em vista, Freud (1926/2006f) se questiona se será destinado à psicanálise esse papel.

Freud (1933/2006h) retomou o tema da profilaxia, quando se expressou acerca das possíveis interseções entre psicanálise e educação, no texto *Explicações, aplicações e orientações*. O autor, dissertando sobre as possibilidades da análise infantil, reconheceu que grande parte das crianças passa por uma fase neurótica, e seria interessante se pensar em medidas profiláticas para lidar com elas. Aponta que o objetivo da educação é inibir, proibir e suprimir, e essa supressão das pulsões está relacionada ao risco de doenças neuróticas. A educação deve, portanto, atingir o máximo com o mínimo de dano. Sendo assim, caso descubra o ponto ótimo e execute suas tarefas de maneira ideal, pode eliminar uma das origens da etiologia do adoecer, a influência dos traumas na infância.

Considerando a dificuldade do educador no reconhecimento da individualidade da criança e na percepção de pequenos sinais indicadores de sofrimento psíquico, Freud conclui que a formação do educador não pode prescindir da psicanálise, e mesmo da análise pessoal do educador, já que a assimilação dos preceitos psicanalíticos não se dá sem uma experiência analítica propriamente dita. A análise de professores seria, assim, a medida profilática de maior eficiência do que a análise das crianças propriamente dita.

Millot (1987) chama a atenção para o fato de que Freud acreditava que as críticas de pais e educadores que lhe eram dirigidas ao defender a ideia da sexualidade infantil decorriam da ação do recalque ao qual estavam submetidos. Segundo a autora, Freud observava nessa realidade os efeitos da amnésia infantil, do recalque, do esquecimento das primeiras experiências sexuais infantis. Dessa forma, as excessivas repressões exercidas pela educação justificavam-se pela intensidade do recalque dos próprios educadores, e levaram Freud a concluir que o melhor seria se esses profissionais pudessem fazer uma análise pessoal.

Millot (1987) relembra também o fato de que algumas perguntas feitas por crianças nessa fase da vida são respondidas por adultos em forma de fábulas ou com reprovação. Para Freud, esse tipo de atitude é extremamente prejudicial ao desenvolvimento infantil. Em muitos casos,



é a primeira ocorrência de um conflito psíquico, que pode causar uma cisão psíquica precoce. Em outros casos, a confiança das crianças nos adultos fica abalada. Nesse sentido, a censura exercida sobre a palavra mediante o encobrimento de verdades, assim como omissões, é considerada por Freud um erro educacional cheio de consequências, visto que, ao provocar os sintomas neuróticos, nos quais a verdade recalcada voltará, poderia também atrapalhar a função intelectual, assim como a independência do pensamento. A educação sexual, na perspectiva de Millot (1987), apoiando-se nessa constatação freudiana, poderia ter valor de prevenção quanto às neuroses, pois preservaria o bom funcionamento intelectual da criança. A sua inclusão nos programas educacionais era uma das medidas que Freud esperava que fossem tomadas numa transformação global sobre as questões da sexualidade.

### **E, finalmente, ao impossível da prevenção**

As mudanças teóricas substanciais ocasionadas pela segunda tópica tornam ainda mais complexa a ideia de prevenção no pensamento freudiano. A posição esperançosa que acompanha Freud, até então, cede lugar ao ceticismo sobre os efeitos da psicanálise acerca dos rumos da civilização e do progresso da humanidade. Ao evidenciar a barreira do pulsional e da compulsão à repetição em *Além do princípio do prazer*, Freud (1920/2006e) questiona os benefícios da tarefa educativa, mas também os limites do trabalho analítico. E, sobretudo, são reafirmadas as desconfianças quanto às possibilidades de profilaxia.

Em um de seus últimos escritos, Freud (1937/2006i) volta a pensar na questão da prevenção, ao dissertar sobre as possibilidades do fim da análise. No artigo *A análise terminável e interminável*, ele defende o argumento de que os desfechos da análise, quando são rápidos, pouco contribuem para o seu estudo, visto que não se dispõe de meios para predizer o que vai acontecer com o paciente. O autor ressalta que as perspectivas são otimistas; que, de início, o paciente tem condições de se livrar do conflito entre o ego e a pulsão de modo definitivo. Em segundo lugar, vem a possibilidade de, ao ser tratado, o paciente ser vacinado contra a ocorrência de outros conflitos desse tipo; e, em terceiro, que a psicanálise tem o poder, atuando profilaticamente, de despertar um conflito patogênico não revelado até então por nenhuma indicação, apontando que é aconselhável fazê-lo. Para ficar mais claro, utilizaremos as palavras do autor sobre prevenção:

[...] presume, de início, que há realmente uma possibilidade de livrar-se de um conflito instintual (ou, de modo mais correto, de um conflito entre o ego e um instinto) definitivamente e para todo o sempre; em segundo, que, enquanto estamos tratando alguém por causa de determinado conflito instintual, podemos, por assim dizer, vaciná-lo contra a possibilidade de quaisquer outro conflito desse tipo; e, em terceiro, que temos o poder, para fins de profilaxia, de despertar um conflito patogênico dessa espécie que não se está revelando, na ocasião, por nenhuma indicação, e que é aconselhável fazê-lo (FREUD, 1937/2006i).

Freud (1937/2006i) avança na discussão sobre as duas últimas possibilidades citadas. Propõe analisá-las juntamente, pois estão vinculadas entre si, e aprofunda um pouco a questão, quando diz que, no primeiro caso, considera como um resguardo contra o retorno de um mesmo conflito, e agora passa a pensar em como se resguardaria contra a possibilidade de substituição por outro conflito. E adianta que isso se mostra bastante ambicioso, embora o objetivo do artigo seja tornar claros os limites da terapia analítica.

Freud (1937/2006i) argumenta que, se um conflito pulsional não existe ou não está se manifestando, não se pode influenciá-lo até mesmo mediante análise. Após isso, o autor situa os meios pelos quais se poderia transformar um conflito pulsional latente até o momento em um conflito ativo. Um deles seria a possibilidade de provocar situações nas quais o conflito poderia vir à tona ou contentar-se em debatê-lo durante a análise e apontar a possibilidade de ele despertar. No caso da primeira opção, poderia se expressar de duas maneiras: na realidade ou na transferência. Segundo o autor:

Na profilaxia analítica contra os conflitos instintuais, portanto, os únicos métodos que entram em consideração são os outros dois que mencionamos: a produção artificial de novos conflitos na transferência (conflitos a que, afinal de contas, falta o caráter de realidade) e o despertar de tais conflitos na imaginação do paciente, falando-lhes sobre eles e tornando-os familiarizado com a sua possibilidade (FREUD, 1937/2006i).

Nos dois casos, contudo, o analista poderia expor o paciente a um sofrimento real, mediante a frustração e o represamento da libido. A intensão seria a de levar o paciente a um ponto culminante, com o objetivo de aumentar a força pulsional disponível para a sua solução. O autor chega à conclusão de que, em todas as fases do restabelecimento do paciente, deve-se lutar contra a inércia, visto que está pronto para se contentar com uma solução incompleta. Ao se falar, porém, de tratamento profilático de conflitos pulsionais não ativos, não seria suficiente regular sofrimentos que estão no paciente e que ele mesmo não pode evitar. Nesse caso, o analista teria que decidir lhe causar novos sofrimentos. Em relação a isso, o autor acredita ser melhor deixar a cargo do destino. Além das questões práticas que essa situação poderia ocasionar, existem também questões teóricas que impediriam a sua materialização, visto que o trabalho de análise progride melhor se as experiências patológicas do paciente estiverem alocadas no passado, do qual o ego possa estar a certa distância. O autor também alerta para a noção de que, em estados de crises agudas, a psicanálise tem pouco a fazer. Logo, criar um conflito decerto torna o trabalho de análise mais longo e problemático.

Freud (1937/2006i) utiliza como exemplo de profilaxia a vacinação, visto que o médico não produz a doença no paciente, apenas induz o aparecimento de uma pequena quantidade de algo mais leve. No caso da profilaxia analítica contra os conflitos pulsionais, os métodos que o autor via naquele momento como possíveis eram dois: a produção artificial de novos conflitos no processo da transferência (faltando-lhes o caráter de realidade) ou o

despertar de conflitos na imaginação do paciente, mediante relatos sobre eles, de modo a familiarizá-lo com a possibilidade de sua ocorrência. No que se refere à primeira opção, ainda não experienciada, surgem dificuldades que impossibilitam sua concretização: no primeiro momento, o autor exige que os pacientes não podem, por si próprios, trazer seus conflitos para a transferência, e o analista, por sua vez, não está capacitado para provocar os seus conflitos instituais com apoio na sua relação transferencial. Pode provocar certos sentimentos, todavia não existe um método para ocasionar isso, e chega à conclusão de que esses acontecimentos podem ter curso na análise por si mesmos. Além disso, tal conduta do analista pode ocasionar um efeito prejudicial sobre a transferência positiva.

Assim, sobra apenas um método, originalmente considerado, que consiste em falar para o paciente acerca da possibilidade de outros conflitos pulsionais e despertar sua expectativa de que esses conflitos possam vir a ocorrer com ele. O objetivo desse método seria o de ativar alguns dos conflitos apontados, em pequeno grau, mas de modo suficiente para serem trabalhados no tratamento. Aqui o autor assinala que esse resultado não ocorre, visto que o paciente escuta o que é dito, entretanto não tem a reação esperada; isto é, aumenta-se o conhecimento, mas nada se altera com procedência nele.

Freud (1937/2006i) compara essa possibilidade com os leitores da psicanálise, que, ao se verem perante os textos, são de certa forma estimulados por algumas passagens que remetem a si próprios, ou seja, que dizem respeito aos conflitos ativos naquele momento. O autor compara também às situações nas quais se fazem às crianças esclarecimentos de ordem sexual, sem se dizer se isso é necessário ou prejudicial. Freud (1937/2006i) garante que o efeito profilático dessa medida foi superestimado na época, visto que, após receberem essas explicações, as crianças passam a saber de algo que não sabiam antes, mas não fazem uso desse novo conhecimento. O autor argumenta que percebeu que a criança não tem nem pressa de sacrificar esse novo conhecimento, as teorias sexuais que podem ser consideradas como um crescimento natural que ela mesma constitui em harmonia com a sua organização libidinal imperfeita. Segundo ele, “por longo tempo após receberem esclarecimentos sexuais, elas se comportam como as raças primitivas que tiveram o cristianismo enfiado nelas, mas que continuam a adorar em segredo seus antigos ídolos” (FREUD, 1937/2006i, p. 267).

Vimos, assim, que é em *Análise terminável e interminável* que Freud se detém mais no que se refere à profilaxia. Entretanto, apesar de se alongar no tema e pensar em hipóteses para efetivar a prevenção no processo de análise, incluindo a possibilidade via transferência, o autor abdica, pelo menos no que se concebia como prevenção até então.

### Considerações

O artigo revela uma evidente diversidade dos movimentos na abordagem freudiana da prevenção. Embora atento às possibilidades e limites de uma prática psicanalítica de caráter preventivo, Freud não se detém na análise mais rigorosa dessa temática.

As imprecisões da abordagem freudiana sobre a ideia de prevenção, mais do que inviabilizadoras de uma definição conceitual ou de uma interpretação conclusiva, impulsionam-nos ao trabalho de atualizar a teoria pelo incessante exercício da clínica. A aparente contradição decorrente da dualidade otimismo/ceticismo quanto aos efeitos terapêuticos da psicanálise nos faz, antes de tudo, duvidar e nos alerta quanto ao perigo de uma adesão rápida, quer seja à lógica normativa das práticas socioeducativas, quer seja aos novos paradigmas do campo da saúde. Por outro lado, ao não fechar o debate, o texto freudiano deixa aberto o caminho para a continuidade da reflexão, alimentada agora por novas questões advindas da clínica psicanalítica com bebês (LAZNIK, 1997; CULLERE-CRESPIN, 2004; JERUSALINSKY, 2002), mais recentemente inaugurada.

### Informações sobre as autoras:

Beatriz Sernache de Castro Neves

 <https://orcid.org/0000-0003-3744-0723>

 <http://lattes.cnpq.br/6996511785807277>

Psicóloga graduada pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR (2013), com mestrado em Psicologia pela UNIFOR (2015), e doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Docente do curso de Psicologia da Faculdade Ari de Sá. Psicóloga clínica. Psicóloga do Instituto da Primeira Infância - IPREDE de 2013 a 2018, onde fez atividades de preceptoría de diversas faculdades de Fortaleza. Com interesse nas seguintes áreas: psicanálise, saúde coletiva, infância, psicopatologia da infância, práticas institucionais e clínica precoce.

Maria Celina Peixoto Lima

 <https://orcid.org/0000-0002-9305-079X>

 <http://lattes.cnpq.br/2533233311539090>

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (1982), mestrado em Psicologia e Psicopatologia Clínica - Université Lyon 2 (1991), mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1985), doutorado em Psicologia - Université Paris 13 (2002) e Pos-Doutorado - Université Rennes 2 (2015). Atualmente é professora titular do PPG em Psicologia da Universidade de Fortaleza, psicanalista. Desenvolve pesquisas principalmente nos seguintes temas: psicanálise, laço social, discursos e práticas institucionais, psicopatologia da infância e da adolescência. E membro do Grupo de Trabalho da ANPEPP “Psicanálise e educação”.

### Contribuições das autoras:

Beatriz Sernache de Castro Neves foi responsável pela concepção, desenho e coleta de dados do estudo e elaboração do manuscrito. Maria Celina Peixoto Lima foi responsável pela concepção e revisão do manuscrito.

### Como citar este artigo:

#### ABNT

NEVES, Beatriz Sernache de Castro; LIMA, Maria Celina Peixoto. Freud e a prevenção: um percurso de controvérsias. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 31, n. 3, p. 313-319, set./dez. 2019. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i3/5642>

#### APA

Neves, B. S. C., & Lima, M. C. P. (2019, Setembro/Dezembro). Freud e a prevenção: um percurso de controvérsias. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(3), 313-319. doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i3/5642>

## Referências

- CASTEL, Robert. *A gestão do risco*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- CULLERE-CRESPIN, Graciella. *A clínica precoce: o nascimento do humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- FREUD, Sigmund. A sexualidade na etiologia das neuroses (1898). In: SALOMÃO, Jayme (Org.). *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006a. v. 2, p. 55-79. Edição Standard Brasileira.
- FREUD, Sigmund. Análise de uma fobia de um menino de cinco anos (1909). In: SALOMÃO, Jayme (Org.). *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006b. v. 10, p. 15-135. Edição Standard Brasileira.
- FREUD, Sigmund. As perspectivas futuras da psicanálise (1910). In: SALOMÃO, Jayme (Org.). *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006c. v. 11, p. 143-156. Edição Standard Brasileira.
- FREUD, Sigmund. O interesse científico da psicanálise (1913). In: SALOMÃO, Jayme (Org.). *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006d. v. 13, p. 169-192. Edição Standard Brasileira.
- FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer (1920). In: SALOMÃO, Jayme (Org.). *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006e. v. 18, p. 17-74. Edição Standard Brasileira.
- FREUD, Sigmund. A questão da análise leiga (1926). In: SALOMÃO, Jayme (Org.). *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006f. v. 20, p. 181-256. Edição Standard Brasileira.
- FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão (1927). In: SALOMÃO, Jayme (Org.). *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006g. v. 23, p. 15-66. Edição Standard Brasileira.
- FREUD, Sigmund. Conferência XXXIV (1933). In: SALOMÃO, Jayme (Org.). *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006h. v. 22, p. 145-166. Edição Standard Brasileira.
- FREUD, Sigmund. A análise terminável e interminável (1937). In: SALOMÃO, Jayme (Org.). *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006i. v. 23, p. 231-274. Edição Standard Brasileira.
- GOLSE, Anne. De la Médecine de la maladie a la Médecine de la santé. In: ARTIÈRES, Philippe; SILVA, Emmanuel da (Org.). *Michel Foucault et la médecine : lectures et usages*. Paris: KIMÉ, 2001. p. 273- 300.
- JERUSALINSKY, Julieta. *Enquanto o futuro não vem: a psicanálise na clínica interdisciplinar com bebês*. Salvador: Álgama, 2002.
- LAJONQUIÈRE, Leandro de. Sigmund Freud: para uma educação além da pedagogia. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 8, n. esp., p. 1-19, 2006. <https://doi.org/10.20396/etd.v8i0.710>
- LAZNIK-PENOT, Marie Christine. Poderíamos pensar numa prevenção da Síndrome Autística? In: WANDERLEY, Daniele de Brito. (Org.). *Palavras em torno do berço*. Salvador: Álgama, 1997. p. 35-51.
- MILLOT, Catherine. *Freud antipedagogo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1987.
- SCHIMIDT, Gleisson Roberto. Sigmund Freud, da psicoprofilaxia à educação psicanaliticamente esclarecida: um percurso. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 48, p. 119-127, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2011000100014>

## Clínica em movimento: a cidade como cenário do acompanhamento terapêutico\*

Danilo Marques Godinho,<sup>ID</sup> \*\* Carlos Augusto Peixoto Junior<sup>ID</sup>  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

### Resumo

O artigo aborda a prática do acompanhamento terapêutico em sua dimensão clínica-política. Pretende-se desenvolver uma reflexão a respeito da potência de se tomar a cidade como matéria da clínica a partir da prática do acompanhamento terapêutico. Para tanto, faremos uma incursão pelo modo a partir do qual se desenvolveu, na modernidade, a constituição dos discursos e medidas adotados com vistas a abarcar a experiência da loucura sob o estigma de doença mental. Em seguida, apresentaremos o contexto de revisionismo crítico acerca dos alicerces do saber médico-psiquiátrico, a partir da segunda metade do século XX, com o questionamento dos critérios utilizados para designar, delimitar e caracterizar os sujeitos alçados à categoria de alienados. O embasamento teórico está centrado em autores tais como Michel Foucault, Robert Castel e Franco Basaglia. O investimento nos espaços públicos faz com que esta estratégia de intervenção seja um importante ator no processo de Reforma psiquiátrica brasileira.

Palavras-chave: acompanhamento terapêutico; cidade; práticas territoriais; reabilitação psicossocial; reforma psiquiátrica.

## Moving Clinic: the city as the setting to therapeutic follow-up care

### Abstract

This article focus the therapeutical follow-up care practice in its clinical-political dimension. It is intended to develop a reflexion about the power of taking the city as a matter of the clinic from the practice of therapeutic follow-up. To achieve that, we shall make an incursion through the method from wich it has been developed, in modern times, the constitution of discourses and measures adopted in order to comprehend the experience of insanity under the stigma of a mental disease. Next, we present the context of critical revisionism about the foundations of medical-psychiatric knowledge, from the second half of the twentieth century, with the questioning of the criteria used to designate, delimit and characterize the subjects raised to the category of alienated. The theoretical basis is found in authors such as Michel Foucault, Robert Castel and Franco Basaglia. Investing in public spaces makes this intervention strategy to be an important agent in the Brazilian psychiatric reform process.

Keywords: therapeutic follow-up care; city; territorial practices; psychosocial rehabilitation; psychiatric reform.

### Introdução

O presente artigo tem por objetivo desenvolver uma reflexão a respeito da potência de se tomar a cidade como matéria da clínica a partir da prática do acompanhamento terapêutico. Ao apostar no espaço público da *polis* urbana, o acompanhamento terapêutico reafirma um “valor de uso” para a cidade, em contraponto à fragmentação e dispersão que caracterizam a experiência humana contemporânea. Tal fenômeno pode ser observado tanto a partir do individualismo que rege o modo como se dão as relações intersubjetivas na atualidade, bem como por meio do encolhimento do espaço público, então dominado pela lógica do capital financeiro, cujo consumismo é sua maior insígnia.

Inicialmente, situaremos o campo do acompanhamento terapêutico como dispositivo clínico presente no âmbito da rede de cuidados em saúde mental no contemporâneo. Para tanto, faremos uma incursão pelo modo a partir do qual se desenvolveu na modernidade a constituição de todo um campo epistemológico responsável pelos discursos e medidas adotados com vistas a abarcar a experiência da loucura, sob a égide do estigma de doença mental a ser identificada e segregada do convívio social.

Em seguida, apresentaremos o contexto de revisionismo crítico acerca dos alicerces do saber médico-psiquiátrico, a partir da segunda metade do século XX, com o questionamento dos critérios utilizados para designar, delimitar e caracterizar os sujeitos alçados à categoria de alienados e doentes mentais. Nessa revisão, foram colocadas em ação medidas de intervenção voltadas para uma política que permitisse ao louco afirmar-se na sua singularidade, podendo exercê-la no laço social. No âmbito deste cenário histórico de mudanças, surgiram as propostas de desinstitucionalização e reabilitação psicossocial, fundamentais para o desenvolvimento do dispositivo clínico do acompanhamento terapêutico.

Posteriormente, seguiremos com uma breve reflexão acerca do modo de organização dos grandes centros urbanos, especialmente a partir do século XX. Por fim, analisaremos questões que atravessam a prática do acompanhamento terapêutico tendo a cidade como pano de fundo, a título de apresentar de que modo a experiência de estar exposto às contingências do espaço público perfaz os fundamentos deste dispositivo clínico.

\* Fonte de financiamento: Capes

\*\* Endereço para correspondência: Rua Marquês de São Vicente, 255. Gávea – Rio de Janeiro, RJ – Brasil. CEP: 22543900. E-mails: [danielomgodinho@gmail.com](mailto:danielomgodinho@gmail.com), [cpeixotojr@terra.com.br](mailto:cpeixotojr@terra.com.br)

Os dados completos dos autores encontram-se ao final do artigo.





### O acompanhamento terapêutico como dispositivo clínico inserido no âmbito da rede de cuidados em saúde mental

*História da loucura na Idade Clássica*, livro seminal de Michel Foucault (1978), constitui uma referência indispensável para uma análise crítica acerca do panorama do campo de trabalho voltado para a saúde mental no contemporâneo. Nesta obra, Foucault elege a razão como objeto de análise privilegiado. O autor desenvolve uma reflexão acerca das categorias do saber e dos dispositivos de poder, responsáveis pelo surgimento da noção de homem eminentemente racional, forjada a partir do que designou por Idade Clássica – expressão tomada de empréstimo do campo dos historiadores da literatura – circunscrita aos séculos XVII e XVIII, com ressonâncias até os dias de hoje. O projeto teórico de Foucault nesta obra foi, portanto, dissertar sobre as operações através das quais se desenvolveu a diferença entre razão e desrazão nos moldes da tradição europeia ocidental.

Dentro desta perspectiva, Foucault (1978) situa historicamente a Idade Clássica, caracterizando-a a partir de dois aspectos. O primeiro diz respeito à construção dos hospitais gerais, constituídos como espaços de exclusão social; espaços deste tipo foram estabelecidos pela figura do “Rei” a fim de delimitar e segregar do convívio social todo o cortejo daqueles que passaram a ser designados por marginais, incluindo-se neste grupo os descrentes, os ditos vagabundos e blasfemadores, bem como aqueles que são tidos como loucos. O segundo aspecto que compõe aquilo que Foucault designa por Idade Clássica refere-se à filosofia de René Descartes, filósofo que visou superar o ceticismo de sua época pelo enunciado “Penso, logo existo”, determinante para a emergência da tradição racionalista moderna (DESCARTES, 2011). Fundada com base no argumento do *cogito*, esta proposição alça o pensamento como critério da existência, tendo como padrão de discurso o modelo cientificista que começa a despontar.

De acordo com Foucault (1978), é com base neste duplo movimento que a Idade Clássica inaugura o binômio razão/desrazão, circunscrevendo, com isso, a experiência da loucura no polo da não assunção do pensamento. Ora, se o homem somente pode comprovar a sua existência pela proposição irrefutável do seu pensamento – o “Eu penso” como imperativo de certeza –, tal como explicitado no argumento do *cogito* cartesiano, então aqueles que passam a ser tidos como desprovidos da faculdade do pensar – isto é, da capacidade de serem razoáveis ou racionais – devem, com isso, passar ao mundo da exclusão e ser isolados do convívio público, confinados nas grandes casas de internamento, sem que haja nesta operação quaisquer medidas terapêuticas.

Contudo, Foucault (1978) assinala que no final do século XIX a loucura sofre uma nova intervenção, mudando de posição uma vez que o seu domínio passa a ser o da psiquiatria, ou seja, doravante o “louco” é objeto de predição, violência e controle pelo campo da medicina. Com isso o autor aponta os mecanismos a partir dos quais foi deflagrada uma categorização da experiência da loucura como doença mental, passível, portanto, de ser

tratada. O processo de transformação do louco em objeto de análise e discurso científico implicou, dentre outros fatores, a escalada da medicalização do dito doente. A doença mental é, portanto, uma produção histórico-social e não uma positividade científica de origem, como uma visada apressada pode parecer supor.

Assim, a questão central em torno da qual Foucault se debruça diz respeito à elucidação acerca das contingências sócio-históricas, bem como dos procedimentos epistemológicos, responsáveis pela transformação da loucura na categoria de doença mental. É daí que Foucault (1978) erige a hipótese de que será preciso retirar o louco do lugar de exclusão social ao qual fora relegado, para que possa exercer a sua liberdade.

É neste contexto de análise crítica a respeito do lugar social atribuído à loucura que eclode em diversas partes do mundo uma série de movimentos de luta por reformulações no âmbito dos saberes e práticas psiquiátricas, principalmente a partir da segunda metade do século XX, em função do pós-guerra. O movimento da Psiquiatria Democrática italiana, colocado em ação no final da década de 60, pode ser citado, dentre outros, como um importante passo na busca por formas alternativas à exclusão da experiência da loucura, característica do modelo psiquiátrico tradicional baseado na institucionalização do “louco” por meio do seu confinamento nos asilos, violentado e privado do convívio social.

Liderado por Franco Basaglia, o projeto de “desinstitucionalização” se caracterizou por um confronto direto com os pressupostos do saber psiquiátrico, em defesa de uma ruptura radical com este saber. Nas palavras do autor, a relação estabelecida pelos enfermeiros e médicos junto aos pacientes é marcada pela violência, cuja agressividade por parte dos primeiros desumaniza e objetiva o dito “louco”:

O diagnóstico assume o valor de um rótulo que codifica uma passividade dada por irreversível. No instante em que esta é considerada em termos de doença confirma-se a necessidade da sua separação e exclusão, sem que se ponha em questão o significado discriminatório do diagnóstico. Desta maneira, a exclusão do doente do mundo dos seus libera a sociedade dos seus elementos críticos de uma só vez confirmando e sancionando a validade do conceito de norma que a sociedade estabeleceu. A partir dessas premissas a relação entre o doente e aquele que toma conta dele é forçosamente objetual, na medida em que a comunicação entre ambos ocorre somente através do filtro de uma definição, de um rótulo que não deixa qualquer possibilidade de apelo (BASAGLIA, 2001, p. 109).

Basaglia (2001) denuncia as instituições asilares caracterizando-as como “instituições da violência”, defendendo como único meio de combate à lógica manicomial o estabelecimento de relações que se deem necessariamente fora do domínio institucional. Neste sentido, o projeto italiano de “desinstitucionalização” propôs uma efetiva dissolução das noções de saúde/doença, normal/patológico, a ponto de desfazer e ressignificar – não somente na teoria, mas especialmente na prática – as relações hierárquicas estabelecidas entre os profissionais “psi” e os pacientes “psiquiátricos”.

Há, neste caso, uma luta pela desmontagem completa do aparato manicomial, propondo-se a sua substituição por centros de referência. O foco recai na distribuição destes centros em áreas geográficas específicas, com o propósito de criar estratégias de circulação da experiência da loucura pelos espaços públicos, que passam a ser tidos como importantes territórios de referência para o dito louco.

Cabe destacar que a noção de “território”, cara ao pensamento de Basaglia (2001), não se limita apenas à dimensão geográfica dos espaços propriamente ditos, mas diz respeito também aos níveis simbólico e cultural, densamente presentes dentro do projeto da “desinstitucionalização” proposto pelo psiquiatra italiano. Com isso, o fato de a loucura passar a circular fora dos limites institucionais, estende a concepção do cuidado e do tratamento ao espaço público da *polis* – no qual os diversos atores sociais são convocados à discussão e à participação –, e as relações econômicas, políticas e sociais inevitavelmente entram em cena.

Importante compreender, à luz do que esclarece Rotelli (2000), que o imperativo de desinstitucionalizar não deve ser reduzido a uma desospitalização, uma vez que envolve uma transformação mais profunda nos alicerces teórico-pragmáticos da psiquiatria oitocentista, cujo propósito, tal como visto, limitava-se a classificar e segregar tudo o que manifestava diferença com relação aos ideais de ordem urbana, a fim de controlar os desvios extirpando-os do convívio social mais amplo. Deste modo, o autor sintetiza a experiência da reforma italiana, realizada principalmente na cidade de Trieste, condensando-a sob a forma da expressão “empresa social”, a qual traduz da seguinte maneira:

Denominamos de empresa social aquela que ‘faz viver’ o social, o que é distinto, portanto, da situação precedente, na qual o social era expropriado de suas contradições, delegado aos psiquiatras, recluso nos muros do manicômio. Empresa social é o processo de desinstitucionalização que, como temos dito tantas vezes, nada tem a ver com a palavra desospitalização (ROTELLI, 2000, p. 301).

De acordo com Pitta (1996), dentro deste contexto no qual eclodem diversos movimentos antipsiquiátricos como alternativa à lógica manicomial, surge no Brasil o Projeto de Reabilitação Psicossocial, configurando-se como parte fundamental do processo de Reforma psiquiátrica brasileira, profundamente influenciada pela experiência italiana. O foco, neste caso, recai na luta pela contratualidade social e afetiva estabelecida junto a indivíduos que são frequentemente negligenciados nos seus direitos de cidadãos. Neste sentido, para uma reabilitação psicossocial efetiva faz-se necessária a criação de “práticas territoriais” capazes de garantir o fortalecimento dos laços sociais e afetivos com vistas a desobstruir o acesso à via pública, garantindo a promoção de saúde e qualidade de vida a este grupo específico.

Segundo Saraceno (1996), o Projeto de Reabilitação Psicossocial tem como objetivo principal a garantia da plena cidadania a estes sujeitos, o que implica a construção de uma estratégia global de assistência. Pensar em termos de estratégia global significa levar em considera-

ção a necessidade – ética, diga-se de passagem – de efetivamente estabelecer um contrato com estes indivíduos, enxergando-os fora dos estereótipos de doentes mentais, no âmbito de três grandes cenários que permeiam a existência, quais sejam: o habitat, a rede social e o trabalho.

Tem-se aqui a compreensão desses cenários como importantes “espaços de troca”. Torna-se, neste contexto, menos importante saber quais serão os dispositivos técnicos colocados em operação – sejam estes de ordem artística, cultural, política ou econômica – do que o modo como se responde à exigência ética de garantir a estes sujeitos o acesso à cidade, facultando-lhes os meios para exercer nela e a partir dela as suas potencialidades. Trata-se, portanto, de criar estratégias que estejam de fato reabilitando-os psicossocialmente, tanto no nível afetivo – no campo das relações intersubjetivas junto aos familiares, profissionais da saúde e pessoas do convívio público mais amplo – como no macropolítico, no caso do modo como a rede de cuidados e serviços está sendo pensada e operacionalizada.

É neste sentido que Saraceno (1996) defende que reabilitar não deve ser confundido com entreter, uma vez que em sua raiz latina a palavra “entreter” pode denotar tanto “diversão” como “manter dentro” – o que é, tal como visto, tudo aquilo que o processo de reabilitação não quer – apontando neste caso para o perigo de se incorrer no “erro” de reforçar a doença ao invés de promover a saúde, exportando a cultura das práticas psiquiátricas tradicionais para o lado de fora das instituições. Portanto, não se pode perder de vista o fato de que a contratualidade junto aos principais interessados, ou seja, aqueles para quem as políticas de reabilitação se destinam, deve ser mantida como o principal balizador dos meios colocados em ação.

O acompanhamento terapêutico desponta no âmbito deste cenário, configurando-se como dispositivo clínico que atua como um importante vetor de transformação sociopolítica na luta pela construção de uma rede de serviços substitutivos à lógica manicomial. Está inserido, portanto, dentro desta proposta mais ampla de criação de alternativas à internação e ao confinamento do dito “louco” nas instituições psiquiátricas.

Em seus fundamentos, o AT<sup>1</sup> é uma modalidade de tratamento clínico voltado para a reabilitação psicossocial de pessoas acometidas por intenso sofrimento psíquico. Por este motivo, no princípio esteve majoritariamente associado aos casos de pacientes graves da saúde mental, ainda que este cenário esteja em permanente mudança, uma vez que o público que busca o serviço hoje é bastante heterogêneo, com aumento progressivo na demanda de trabalho neste campo. De acordo com Sereno (1996), com o decorrer do tempo tal demanda se estendeu a casos de usuários de álcool e outras drogas, portadores de deficiência físicas e mentais, idosos, dentre outros.

Mas, afinal, que clínica é essa? Ou, dito de outro modo, a que serve esta modalidade de tratamento clínico? Sem dúvida, esta questão não cessa de se colocar aos que estão envolvidos no ofício desta empreitada, bem

<sup>1</sup>No decorrer deste artigo, seguiremos a prática adotada por diversos autores, optando pela abreviação de “acompanhamento terapêutico” sob a forma de AT.

como àqueles que se propõem a pensar sobre este dispositivo terapêutico, exercendo-o ou não. De saída, pode-se começar a responder a estas perguntas com a constatação de que o acompanhante terapêutico é convocado a participar de diversos momentos da vida pessoal daqueles os quais acompanha – em meio às refeições familiares, por exemplo –, bem como de situações corriqueiras próprias ao cotidiano urbano, tais como idas a agências bancárias, supermercados, consultas médicas, dentre inúmeras outras possibilidades. Depreende-se, então, que podemos afirmar a prática do AT como uma clínica em ato, que faz do cotidiano de vida dos sujeitos acompanhados a matéria mesma de sua intervenção.

Em termos de referências históricas, sabe-se que o AT foi inspirado nas comunidades terapêuticas inglesas e francesas do pós-guerra. De acordo com Reis Neto (1995), este dispositivo teve seu início na passagem das décadas de 60/70, tanto na Argentina como no Brasil. Ainda de acordo com o autor, com o tempo os “auxiliares/atendentes” psiquiátricos, ou mesmo os “amigos qualificados” – como eram costumeiramente denominados em Buenos Aires e em São Paulo –, passaram a acompanhar os pacientes não apenas dentro da instituição, mas também fora dos limites institucionais. Com isso, esta prática ganhou a rua como *lócus* privilegiado de atuação, o que levou a uma mudança de nomenclatura, donde o surgimento da designação “acompanhantes terapêuticos”, termo usado para acentuar a dimensão clínica desta função. Portanto, a mudança de nomenclatura sinaliza uma alteração no *modus operandis* desta prática, cuja demanda deixa de ser restrita apenas ao evitamento da internação, passando a se aplicar a diversas outras situações.

No cenário brasileiro, o AT adquiriu expressão no âmbito do movimento de Reforma psiquiátrica, iniciado na década de 60, mas interrompido pelo cenário obscuro da ditadura militar, que se prolongou por vinte anos. Com isso, o AT só ganhou força no final da década de 70 e início da década de 80, em função da “abertura política” impulsionada pela derrocada do militarismo, com o subsequente processo de redemocratização colocado em ação no país. Este processo fez com que o AT despontasse como estratégia clínica de suma importância, configurando-se como um dispositivo potente frente aos imperativos impostos pelo já citado Projeto de Reabilitação Psicossocial.

Como vimos, o desenvolvimento do AT como dispositivo clínico-político voltado especialmente para a área da saúde mental configura-se como um campo de trabalho profícuo, capaz de enfrentar os desafios e os impasses colocados por este domínio. Vejamos, então, ainda mais de perto, quais as especificidades desta clínica que se desenvolve no concreto da cidade, aberta, portanto, à porosidade dos espaços públicos.

### **Perspectivas terapêuticas no concreto da cidade: por uma clínica na *polis* urbana**

Nos últimos anos, muitos autores têm se debruçado sobre o tema do AT (PALOMBINI, 2007; CHAUI-BERLINCK, 2012; GONÇALVES; BARROS, 2013). Ainda que o material bibliográfico acerca deste assunto esteja

em razão progressiva de crescimento, atualmente existem relativamente poucas referências, se compararmos ao aumento do número de profissionais que está aceitando o desafio de trabalhar como acompanhantes terapêuticos.

Embora as abordagens teóricas produzidas no campo de pesquisa voltado para pensar a prática do AT possuam enfoques diversificados, há um ponto de interseção que as atravessa, qual seja: pensar a cidade como corpo coletivo que se agrega ao par acompanhante-acompanhado, formando uma tríade a partir da qual uma terapêutica se desenvolve. E é este aspecto, intensamente presente na clínica do AT, que analisaremos a seguir. Mas, afinal, de que cidade estamos falando?

Georg Simmel (1973) discorre sobre as relações entre o espaço urbano e os modos de subjetivação na modernidade, em texto que se tornaria um clássico: “A metrópole e a vida mental”. Remontando ao Iluminismo do século XVIII, o autor aponta para o fato de que os ideais de liberdade e individualidade foram gestados em torno de uma hegemonia da razão, responsável pela necessária especialização nos meios de trabalho em função das mudanças nas formas de produção, ocasionadas principalmente pela Revolução Industrial.

Ao traçar uma relação dialética entre o “individual” e o que designou por “superindividual”, Simmel (1973) apresenta os contrastes entre a vida no campo, própria à lógica rural, e a vida nas metrópoles, organizada em torno da produção em larga escala situada nas fábricas. Em linhas gerais, a tese desenvolvida pelo autor é a de que para adaptar-se à vida nas grandes cidades, o indivíduo torna-se obrigado a desenvolver uma série de respostas aos estímulos externos a fim de acomodá-los à sua interioridade. Segundo esta tese, a intensificação destes estímulos leva a um inevitável desgaste nervoso na psique dos sujeitos.

A resultante de todo este processo, marcado por um excesso de estímulos externos impondo-se à interioridade dos indivíduos sob a forma de choques, é o contexto generalizado de indiferença no âmbito das sociabilidades. É neste sentido que o autor situa a “atitude blasé” como o fenômeno psíquico por excelência vivido nas grandes cidades, fenômeno este caracterizado basicamente por uma atitude mental de reserva de uns para com os outros, a fim de dissimular os sentimentos de aversão, estranheza e repulsa mútuos, amplamente disseminados.

O autor norte-americano Louis Wirth (1973), contemporâneo de Simmel, também desenvolve importantes considerações acerca do cotidiano daqueles que vivem nas grandes cidades. De acordo com o autor, apesar de o cotidiano de vida urbana obrigar os sujeitos a estarem em contato uns com os outros com maior frequência em comparação com a vida no campo, verifica-se, neste caso, não um maior aprofundamento das relações, e sim, pelo contrário, um contexto de superficialidade nas trocas intersubjetivas, o que gera frustrações por toda parte e a disseminação de um “temperamento esquizoide”.

Seguindo a perspectiva das análises desenvolvidas por Simmel e Wirth a respeito das transformações nos modos de organização social em fins do século XIX e início do sé-



culo XX, Richard Sennett (1997) realiza uma reflexão sociológica acerca dos avanços no planejamento dos espaços públicos a partir deste período. Assim, o cenário espacial contemporâneo é descrito pelo autor como desdobramento da cena moderna, no qual há um enfraquecimento cada vez maior dos laços que outrora regiam o intercâmbio de experiências no coletivo, configurando a escalada de uma “geografia urbana fragmentada e descontínua”.

Sennett (1997) aponta para uma forma específica de organização social em torno das metrópoles, favorecendo uma circulação dos corpos pouco engajada com a diversidade, isto é, com os jogos de força instaurados nos espaços públicos. O território da cidade, cujo propósito deveria residir no encontro com a variabilidade de experiências, implícita na origem da noção de *polis*, é cada vez mais obstruído por uma existência marcada principalmente pela dispersão, pelo individualismo e pelo isolamento, da qual o automóvel é o signo por excelência.

Como desdobramento desse cenário, o autor assinala um estado geral de apatia dos sentidos no qual se pode observar uma economia dos gestos e percepções nos espaços públicos, limitando a nossa capacidade de estabelecer vínculos. Em meio à “selva” de concreto – caracterizada pelo grande número de edifícios, cada vez mais altos e imponentes – a vida nas grandes metrópoles transforma-se vertiginosamente, resultando em um estado de crescente desconexão com o outro, tornado um estranho a ser evitado, o mesmo ocorrendo com os espaços coletivos, esvaziados em seu potencial de troca intersubjetiva.

Hoje em dia ordem significa falta de contato. [...] A massa de corpos que antes aglomerava-se nos centros urbanos hoje está dispersa, reunindo-se em pólos comerciais, mais preocupada em consumir do que com qualquer outro propósito mais complexo, político ou comunitário. Atualmente, em meio à multidão a presença de outros seres humanos é ameaçadora (SENNETT, 1997, p. 18-19).

Configuradas como “grandes corredores”, as vias expressas ocupam, cada vez mais, espaços que outrora eram destinados ao convívio coletivo. Segundo o autor, a pouca vinculação com o que está ao nosso redor está diretamente relacionada ao surgimento das metrópoles a partir do final do século XIX, conformando um movimento de corpos paradoxalmente livres e desinvestidos, isto é, aparentemente autônomos com relação aos percursos a serem trilhados, mas ao mesmo tempo reféns de uma incapacidade de lidar com as presenças alheias, ato contínuo até os dias de hoje.

Mas de que modo essas reflexões relacionam-se ao campo do AT? Ou ainda: como as noções desenvolvidas por estes autores, a fim de caracterizar a conformação das cidades, reverberam na prática do AT? Se as grandes cidades consistem em espaços públicos cada vez mais esvaziados em sua dimensão coletiva de troca intersubjetiva, o que nos autoriza a advogar para este dispositivo clínico a capacidade de potencializar estes espaços, dotando-os de outros sentidos, que não os de ordem capitalística econômica?

Neste ponto, nos permitiremos abrir um breve parêntese, para trazermos à baila duas cenas ocorridas no âmbito de um AT realizado junto a um jovem de aproximadamente 20 anos, ao qual denominaremos D. Para os desígnios aqui pretendidos, basta assinalar que D. apresenta dificuldades motoras e possui, do ponto de vista nosológico, um leve retardo mental.

As situações narradas visam ilustrar o modo como a discussão acerca das cidades, feita acima, se presentifica no campo do AT. Com isso, pretendemos também chamar a atenção para o quanto esta relação entre clínica e cidade não é simples, sendo, pelo contrário, cercada por ambivalências e tensões.

Primeira cena: caminhávamos por uma via e em determinado momento deparamos com uma senhora, que vinha no sentido contrário de nosso percurso. Não se contendo em sua indiscrição, a senhora pôs-se a olhar insistentemente para D., especialmente em direção às botas usadas para auxiliá-lo em sua marcha. Constrangido pela cena, voltei meus olhos para D. e verifiquei que tinha em seu semblante uma expressão de desconforto, tentando não encarar a senhora, mas visivelmente atingido por aquele olhar intrusivo. Súbito, D. tropeça e cai brusca-mente no chão. Cabe assinalar que esta foi a primeira e única vez que D. caiu durante uma saída de AT.

Segunda cena: atrasados para assistir a um filme, encontramos o saguão da bilheteria do cinema lotado de pessoas, muitas das quais perfiladas para a compra de ingressos, o que nos desanimou profundamente, pois estávamos sem os bilhetes de entrada. Naquela mesma semana havia conversado com o pai de D., ocasião em que me alertou a respeito da dificuldade do filho em aceitar a própria condição, frequentemente referindo-se a si mesmo, de um modo pejorativo, como “deficiente físico”. Esta informação, somada ao fato de estar começando o trabalho de AT com D., deixou-me atônito, sem saber como agir diante do dilema de sugerir ou não nos encaminharmos para a fila destinada a “pessoas portadoras de necessidades especiais”, que estava bem mais vazia. Enquanto pensava, D. repetia: “*não vai dar pra ver, não vai dar tempo*”. De repente, foi ele mesmo quem dissipou minhas dúvidas, indagando de forma enfática: “*por que não vamos para a fila exclusiva?*”.

As cenas descritas são emblemáticas do modo como os espaços públicos desempenham na clínica do AT diversas possibilidades de atuação. A primeira cena apresentada aponta o quanto o contato com a diferença pode intensificar atitudes discriminatórias, marcadas pela estranheza e repulsa. Afinal, o olhar vidrado da senhora em direção a D. era preenchido de preconceito, denotando irresoluta aversão, o que nos leva a pensar, sobretudo, que teve tamanha força a ponto de fazê-lo tombar ao chão. Sobre este aspecto, não é demais acrescentar que, no momento da queda de D., a atitude de sua observadora passou longe de qualquer menção de ajudá-lo; nem ao menos se dignou a deter-se na cena, ocupando-se de dali retirar-se o mais rápido que pôde.



A segunda cena aponta outro aspecto a ser analisado. Neste caso, a “troca de fila” efetuada por D., no momento da compra de ingressos para o filme, denota o quanto o espaço público engendrou a possibilidade de ele se afirmar em sua diferença, bem como o quanto a presença do acompanhante, neste contexto, fez-se importante. Afinal, estar junto a um outro, testemunho desta operação de assunção da própria condição, foi fundamental para que D. pudesse assumir-se no espaço coletivo.

A partir das cenas analisadas, podemos erigir a hipótese de que tomar a cidade como matéria do AT não consiste em uma tarefa simples, pois se constitui como operação irreduzível a um único sistema de conceituação. Isso ocorre porque, em suas itinerâncias, acompanhante e sujeito acompanhado terão que lidar o tempo todo com os desafios impostos por uma série de contingências, tal como ilustrado nos exemplos acima. Ao mesmo tempo em que a cena pública coloca a dupla frente a situações difíceis – posto que, por vezes, é hostil e atualiza o preconceito e a discriminação, fazendo das incursões árduos percursos –, também enseja a oportunidade para que as diferenças possam criar espaços de expressão no âmbito das trocas intersubjetivas.

Deste modo, o campo do AT finca suas raízes nos espaços coletivos, trabalhando a partir da aposta de que somente ao colocarmos em ato as diferenças que nos constituem, poderemos construir uma sociedade de fato inclusiva. Portanto, é precisamente dentro deste contexto reflexivo, no qual há a premência de uma reinvenção do “valor de uso” da cidade, que o trabalho de AT se insere.

A análise das cenas narradas nos remete às reflexões de Palombini (2007). A autora situa como uma das principais especificidades da prática do AT o fato de convocar acompanhante e sujeito acompanhado a habitar o cotidiano cidadão. Do seu ponto de vista, ocupar o espaço público significa garantir o intercâmbio e a diversidade de experiências a partir do encontro com a heterogeneidade, embaraçando os contornos que demarcam as fronteiras entre a dita normalidade e a anormalidade.

De modo análogo, Frayze-Pereira (1997) refere-se a uma “poética” do AT, compreendendo a cidade como “obra de arte coletiva”, espaço esculpido de acordo com as exigências éticas e estéticas de seus habitantes. É no contexto da rua – com toda a sua multiplicidade e diferença – que o acompanhante cria um espaço clínico junto ao sujeito o qual acompanha.

No âmbito deste cenário, a “errância” é descrita pelo autor como condição primeira para que o trabalho do AT se desenvolva, uma vez que ocupar os espaços públicos implica explorar os usos não programados e inventar uma “psicogeografia urbana e afetiva” na qual o espaço e a subjetividade estão inextricavelmente interligados. No território aberto da cidade, ambos – acompanhante e acompanhado – podem juntos ressignificar a experiência de estar no mundo, inventando novas formas de ação e apropriação do espaço-tempo na *polis* urbana.

É dentro desta mesma perspectiva compreensiva acerca do AT, que Gonçalves e Barros (2013) reconhecem esta prática como um importante agente propulsor da desinstitucionalização da lógica manicomial. Neste sentido, as autoras defendem este dispositivo como vetor de análise crítica a respeito da própria clínica, uma vez que retorna aos pressupostos centrados em torno do subjetivismo interiorista, propondo uma inflexão capaz de afirmar um plano clínico comum, exercido no domínio público:

Não podemos restringir a deslocalização da clínica a uma diferença espacial. Mais do que deslocalizar o espaço da clínica, há a invenção de uma nova atitude clínica. Não queremos, portanto, evidenciar somente uma alteração de lugar no sentido espacial, topológico (topos), mas sim a convocação de uma nova atitude (ethos). O trabalho na cidade desperta outra sensibilidade clínica, principalmente em função de acontecimentos que não são produzidos nem pelo analista nem pelo analisado, mas que irrompem da/na cidade e que têm a força de reconfigurar o contexto de análise. [...] A clínica deixa de estar referida a um lugar e a uma pessoa. Tais deslocalização e despersonalização significam a afirmação de um plano comum da clínica, de um domínio público resultante de uma operação em rede (GONÇALVES; BARROS, 2013, p. 113).

E é justo em referência a esta função de publicização da clínica, exercida pelo AT, que Rolnik (1997) situa este ofício como uma prática de intervenção, na medida em que o termo “intervenção” aponta para a ideia de experimentação, muito cara a este dispositivo clínico. Experimentar deve ser compreendido aqui como uma tarefa ético-estética de tecer, junto ao sujeito acompanhado – e em meio ao entorno que circunda o encontro –, redes de sentidos a partir de táticas inexistentes *a priori*.

Isso implica enxergar a natureza experimental dos atos e dos processos, convocando à necessária abdicação dos moldes teóricos preexistentes, a fim de revestir de novidade e plasticidade a matéria de que é feita esta clínica. Somente deste modo, o acompanhante terapêutico afirma a sua potência interventiva junto ao outro e à cidade, mantendo-se suficientemente sensível à singularidade das demandas e anseios daqueles os quais acompanha, ensejando as condições de possibilidade para a emergência de novos territórios subjetivos.

Rolnik (1997) propõe, com isso, a criação permanente de novas cartografias teórico-pragmáticas, a fim de que em sua experimentação a clínica do AT não deixe de ser em momento algum nômade. Trabalhar com a ideia de “clínica nômade” implica situar a terapêutica dos acompanhamentos desde os afetos que surgem aos borbotões no cenário dinâmico, mutante e imprevisível da cidade. Referindo-se a um hipotético acompanhante terapêutico, a autora afirma:

Nosso hipotético A.T. lembra como no começo ele se desanimava a cada vez que lhe dava um branco em seu trabalho, pois supunha que isto era um sinal de incompetência ou de falta de formação. Agora pensa que essa condição de falta de parâmetros que marcou o início de seu trabalho foi muito interessante: partir de uma espécie de tela branca, vazia de imagens, é o que o impeliu a explorar o fora para dele extrair

figuras, conduzido pelas vozes dos híbridos que foram se engendrando em sua prática experimental. Sem imagem alguma se antepondo ao seu olhar, ele teve de situar seus pacientes desde os afetos de seu encontro (ROLNIK, 1997, p. 92).

O trecho transcrito acima deixa entrever uma marca fundamental do AT, qual seja: é um dispositivo que exige dos acompanhantes que operem em uma determinada atmosfera de desprendimento, assumindo a posição de um não saber, para que assim o vínculo possa ser estabelecido sobre bases ainda indefinidas e imprevisíveis, aberto a ser performado pelo encontro em meio aos espaços públicos. Dito de outro modo, existe na prática do AT um apelo dirigido ao acompanhante para que possa despir-se, em parte, dos saberes já adquiridos em sua formação clínica, para estar efetivamente disponível para o que surge no momento mesmo do encontro com o outro. Existe, em última instância, a exigência de habitar junto ao sujeito acompanhado uma zona de indeterminação em que há a suspensão dos “discursos competentes”. Chauvi-Berlinck (2012, p. 160) nos orienta nesta reflexão:

Parece-nos que a indeterminação do AT, que, ontem, se erguia contra o saber psiquiátrico, pode ser, hoje, uma reação à força do discurso competente. O receio de compactuar com esse discurso e sua regra de exclusão e inferiorização do outro levam o AT para a indeterminação, como se ao possuir um conhecimento específico, ao ver-se como especialidade clínica, prática e/ou teórica, pudesse sucumbir ao discurso competente e ao privilégio dos especialistas.

Entendemos, a partir do diálogo entretido junto aos autores referidos acima, que o que dá o tom híbrido ao dispositivo do AT é o fato de exigir, por parte dos profissionais, uma plasticidade em suas atuações, aceitando o desafio de ocupar uma posição “nômade” de permanente redimensionamento acerca da própria prática. Devem, com isso, trabalhar para extrair do “fora” da cidade – com toda a diversidade que a compõe –, os elementos que performam uma clínica polifônica. Em suma, trata-se de reconhecer todos os aspectos que atravessam essa clínica extramuros, como agentes, o que exige que sejam contemplados como atores ativos na produção de diferenças no âmbito das subjetividades.

Não se trata, então, de enquadrar o sujeito em categorias nosológicas que busquem apreendê-lo a partir de uma suposta verdade subjetiva que o constitui, e sim de contemplá-lo no momento mesmo deste encontro com os espaços de sociabilidade, o que possibilita enxergá-lo precisamente no entrecruzamento das fronteiras que não cessam de nos constituir na interface com o mundo exterior. A aposta, neste caso, reside na polifonia presente nos espaços públicos, por apresentarem a possibilidade de criação de novos modos de existência para aqueles que são acompanhados.

Afinal, dentre aquilo que vivenciamos no ambiente da *polis* urbana – em meio ao ruído dos automóveis, ao burburinho alheio, ao concreto dos edifícios –, não selecionamos aquilo que de algum modo nos afeta? Presenciamos, sentimos e dotamos de sentido as nossas experiências, contrapondo aos dados objetivos os percursos subjetivos

que perfazem a nossa singularidade. Trata-se, portanto, de acompanhar o outro em suas andanças como companheiro que se coloca ora à frente, ora ao lado, ou mesmo no seu encaço, inventando outras cidades e novas possibilidades de existir nelas.

O AT desponta, neste contexto, como uma clínica irremediavelmente implicada no cotidiano urbano, no qual o acompanhante atua como catalisador das diferenças que não cessam de se apresentar como possibilidades outras de ser e estar na vida. Sendo assim, a clínica do acompanhamento pode embasar uma forma de estar com o outro no espaço público a qual concebe a cidade como o texto e o contexto nos quais uma série de sentidos é traçada a partir de uma apropriação do espaço que não o toma como dado, mas antes, como oportunidade de criação no qual habitá-lo significa também deixar-se por ele habitar.

### Considerações finais

Conforme visto, a prática do AT ocorre fora do limite restrito das “quatro paredes”, seja dos consultórios médicos e/ou psicológicos, ou mesmo das grandes instituições psiquiátricas. Inserido no âmbito da rede de serviços substitutivos à lógica asilar, este dispositivo clínico atua diretamente no campo da cultura, contemplando-a como categoria privilegiada de investimento e análise.

Desejar uma sociedade livre das formas de discriminação, exclusão e violência, implica a adoção efetiva das propostas presentes no Projeto de Reabilitação Psicossocial, que integra o movimento de Reforma psiquiátrica brasileira. Para tanto, faz-se necessário uma ampliação das redes sociais de troca afetiva entre os sujeitos, expandindo, com isso, a lógica do cuidar para além do espaço intramuros. O AT está vinculado a esta proposta, na medida em que advoga um “valor de uso” para as cidades, operando na criação de “práticas territoriais” capazes de ampliar os vínculos afetivos, especialmente no caso de indivíduos que apresentam enorme sofrimento psíquico.

Como vimos, o encontro entre acompanhante e acompanhado ocorre em meios que são atravessados pela imprevisibilidade e porosidade inerentes ao ambiente público. Neste sentido, os espaços coletivos despontam como cenário privilegiado no qual a prática do AT se desenrola, o que aponta para a dimensão clínico-política desta modalidade de tratamento.

Cabe ao acompanhante avaliar as possibilidades de interação com o outro nos espaços públicos, visando situar as intervenções clínicas no interstício das necessidades com os anseios e desejos do sujeito, e ainda, em conjunto com as oportunidades de atuação oferecidas pelos recursos presentes no entorno que circunda o encontro. A luta é, portanto, pela expansão dos limites da clínica, visando com isso, extrair possibilidades terapêuticas a partir do diálogo aberto aos mais diversos campos da existência, no espaço plural e cambiante da cidade.

**Informações sobre os autores:**

Daniilo Marques Godinho

 <https://orcid.org/0000-0002-2444-2634>

 <http://lattes.cnpq.br/0220068248700603>

Doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2017), com bolsa CAPES e VRAC (Vice Reitoria Acadêmica). Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011), com bolsa CAPES e VRAC (Vice Reitoria Acadêmica). Psicólogo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2007), com bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq (2005-2007). Bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica da FAPERJ (2011-2013). Membro Associado da Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro (SPCRJ). Participa da Formação Básica de Psicanálise do GTEP (Instituto Sedes Sapientiae - São Paulo). Psicólogo Clínico (Psicanalista). Docente Efetivo (Assistente III) do curso de Psicologia do Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES) e Supervisor da Clínica Escola de Psicologia da UNIFIMES (Psicanálise). Integrante do GEP-NEPEM - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão Multidisciplinar da UNIFIMES e integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicologia, Neurociências e Educação (GEP - PNEdu) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Área de interesse: Psicologia Clínica, Psicanálise e Saúde Mental.

Carlos Augusto Peixoto Junior

 <https://orcid.org/0000-0002-8631-7409>

 <http://lattes.cnpq.br/7337224839208493>

Concluiu o Mestrado em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1990 e o Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1997. Atualmente é Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atua nas áreas de Psicologia e Psicanálise com ênfase na interação da teoria com a clínica do ponto de vista relacional-objetal.

**Contribuições dos autores:**

Ambos os autores colaboraram ao longo do processo, desde a elaboração até a revisão final do manuscrito. Os autores aprovaram o manuscrito final para publicação.

**Como citar este artigo:****ABNT**

GODINHO, Daniilo Marques; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Clínica em movimento: a cidade como cenário do acompanhamento terapêutico. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 31, n. 3, p. 320-327, set./dez. 2019. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i3/5644>

**APA**

Godinho, D. M., & Peixoto Junior, C. A. (2019, Setembro/Dezembro). Clínica em movimento: a cidade como cenário do acompanhamento terapêutico. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(3), 320-327. doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i3/5644>

**Referências**

BASAGLIA, Franco. *A instituição negada*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

CHAUÍ-BERLINCK, Luciana. *Novos andarilhos do bem: caminhos do Acompanhamento Terapêutico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

DESCARTES, René. *Meditações metafísicas*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FRAYZE-PEREIRA, João Augusto. Por uma poética do acompanhamento terapêutico. In: Equipe de Acompanhantes Terapêuticos do Instituto A CASA (Org.). *Crise e cidade: acompanhamento terapêutico*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 19-35.

GONÇALVES, Laura Lamas Martins; BARROS, Regina Duarte Benevides de. Função de publicização do acompanhamento terapêutico: a produção do comum na clínica. *Revista Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 25, n. spe2, p. 108-116, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000600014>

PALOMBINI, Analice de Lima. *Vertigens de uma psicanálise a céu aberto: a cidade; contribuições do acompanhamento terapêutico à clínica na reforma psiquiátrica*. 2007. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PITTA, Ana. O que é Reabilitação Psicossocial no Brasil, hoje? In: PITTA, Ana et al. (Org.). *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 19-26.

REIS NETO, Raymundo de Oliveira. *Acompanhamento Terapêutico: emergência e trajetória histórica de uma prática em Saúde Mental no Rio de Janeiro*. 1995. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

ROLNIK, Suely. Clínica nômade. In: Equipe de Acompanhantes Terapêuticos do Instituto A CASA (Org.). *Crise e cidade: acompanhamento terapêutico*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 83-97.

ROTELLI, Franco. Empresa Social: construindo sujeitos e direitos. In: AMARANTE, Paulo et al. (Org.). *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 301-306.

SARACENO, Benedetto. Reabilitação Psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio. In: PITTA, Ana et al. (Org.). *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13-18.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SERENO, Deborah. *Acompanhamento terapêutico de pacientes psicóticos: uma clínica na cidade*. 1996. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio et al. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1973. p. 11-25.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio et al. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1973. p. 90-113.



## De casa para o meio-fio: pequenas histórias de uma residência terapêutica

Mario Cesar Carvalho de Moura Candido,<sup>ID</sup> <sup>1</sup>★ Maria Cristina Campello Lavrador,<sup>ID</sup> <sup>II</sup> Rafaela Gomes Amorim,<sup>ID</sup> <sup>II</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

<sup>II</sup> Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil

### Resumo

Estes escritos versam sobre figuras do cotidiano de ex-internos de um hospital psiquiátrico em uma residência terapêutica na cidade de Vitória-ES. Após anos de isolamento manicomial, seus moradores e parceiros criam caminhos comuns de uma vida em liberdade, abrindo-se à imprevisibilidade das relações sociais, temporais, afetivas etc., que se dão no espaço comunitário, bem como às lutas e resistências diante dos mecanismos biopolíticos de normalização. Foram utilizados registros em caderno de campo como ferramenta metodológica, inspirando a produção de pequenas narrativas, fragmentos de histórias, que compõem e ativam o fluxo de experiências associadas à reforma psiquiátrica e à luta antimanicomial, com o objetivo de contribuir para uma manutenção das conquistas desse campo e também para o avanço desses processos. Os resultados apontam para a produção de um cuidado em saúde mental indissociável de uma dimensão ético-estético-política, afirmando práticas de potencialização de liberdades, buscando afetações e trocas com outras formas de sociabilidade.

Palavras-chave: saúde mental; cotidiano; reforma psiquiátrica.

## From the house to the sidewalk: tales of a therapeutic residence

### Abstract

This research approaches aspects of the everyday life in a therapeutic residence in Vitória, Espírito Santo state, Brazil. The residence is part of a social policy known for sheltering people who have been subject to a long permanence in a psychiatric hospital located in a nearby municipality. After years of isolation, chronicle abuse and permanent seclusion, the residents and their partners create common paths towards freedom and other possibilities of experience inside the house and in the city, opening themselves to unknown social exchanges and also to the many possible resistences against biopolitical investments over life. The experiences related to the research were registered in field notebooks, which inspired the production of small narratives that reinforce the struggles related to the psychiatric reform, aiming to contribute to its development. The results show the importance of care in mental health, which must be made considering ethical, esthetical and political dimensions, reinforcing freedom, encounters and multiple forms of sociability.

Keywords: mental health; everyday life; psychiatry reform.

### 1. Narrar o “inútil”

*Após o café e a chegada de um amigo, o homem resolve sair de casa. Decidido, ele solicita a abertura do portão, substituindo os balbucios de todo dia por voz clara e assertiva.*

*Na rua, caminha com dificuldade, mas não desanima. Transforma um trajeto simples e rápido, ordinário, em demorado saboreio de cumprimentos, toques nos muros das casas e vento.*

*E num ritmo contrário ao frenesi de buzinas e gente apresada, ele encontra uma praça deserta. Ali, o caminhar se faz ainda mais lento e o corpo vai se curvando vagarosamente ao encontro da grama.*

*Com fluidez e maestria, abraça o chão verde, luminoso sob o sol das dez. E, feito lagarto, rasteja até a fronteira da praça com a rua. De lado, que nem César ou Adriano, observa a vida de novo ângulo, e conta: 4 carros; 2 motos; 3 casas; 1 mulher; 3 árvores. E assim prossegue no inventário das coisas todas.*

*Revigorado, inclui a si e ao amigo no cômputo do espólio.*

*E, por fim, se levanta. Em seu corpo um véu de cal, grama*

*e sujeira. Já era hora do almoço<sup>1</sup>.*

Este trabalho versa sobre as relações de moradores de residências terapêuticas, ex-internos de um hospital psiquiátrico, com as matérias da cidade. Após anos de internamento e de vida institucionalizada, propomos caminhar com eles, em parceria, na construção de um novo cotidiano/corpo que vai se traçando entre uma casa, ruas, praças e parques.

Os Serviços Residenciais Terapêuticos, também conhecidos como Residências Terapêuticas, são locais de moradia destinados, dentre outros casos, a pessoas que vivenciaram longas internações psiquiátricas (anos ou décadas) e que por isso mesmo encontram-se em dificuldade de restaurar os laços sociais que mantinham antes do período de internação (BRASIL, 2004). As residências, junto aos outros equipamentos de saúde e cuidado instituídos pela rede de atenção psicossocial, constituem ferramentas importantes para a manutenção das conquistas da luta antimanicomial.

Diante disso, seja nos serviços substitutivos ao modelo manicomial, seja na infinidade de misturas e encontros produzidos na cidade, o que se coloca como problema é a possibilidade da produção de uma abertura para o imprevisível, uma aposta em misturas e composições capazes

\*Endereço para correspondência: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Psicologia, Campus do Gragoatá. Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/nº, Bloco N, 4º andar. São Domingos – Niterói, RJ – Brasil. CEP: 24210-201. Emails: [mariocesar.candido@gmail.com](mailto:mariocesar.candido@gmail.com), [cris.campello02@gmail.com](mailto:cris.campello02@gmail.com), [psi.rafaela@gmail.com](mailto:psi.rafaela@gmail.com)

Os dados completos dos autores encontram-se ao final do artigo.

<sup>1</sup> O texto será povoado por pequenas narrativas em itálico. Elas foram inspiradas em cadernos de campo produzidos ao longo da pesquisa e se referem a experiências tecidas no âmbito desta.



de desnaturalizar a loucura como negativo da razão e a vida de todo dia como o lugar da repetição de padrões naturalizados, bem como tantos outros registros cotidianos, automatismos nos modos de vida nestes tempos em que construímos morada.

Esta pesquisa foi realizada em Vitória-ES. O enfoque se faz sobre as formas de relação e os usos que os antigos internos do hospital psiquiátrico e seus parceiros são capazes de construir dentro dos elementos comunitários em que se situam e, sobretudo, na imprevisibilidade das relações sociais, temporais, afetivas, estéticas etc., que se dão no espaço da cidade. Tais relações, acreditamos, são capazes de disparar interferências nos modos de vida serializados pela razão, pelo Estado e seus aparatos de controle, abrindo novos universos de sentidos, intercessões na construção de um mundo comum.

Diante deste desafio apostamos em narrativas do ínfimo, filigranas de um cotidiano que compõem paisagens de ricas pequenezas. Longe dos grandes discursos que proclamam a verdade da loucura ou qualquer outra verdade, vemos nestas curtas histórias alguns vestígios para a composição de caminhos que, tomando a intercessão entre arte, clínica e vida, misturam-nas e as confundem até o ponto de não mais podermos distingui-las.

Histórias estas que propõem caminhos de abertura que embaralham os territórios conhecidos, inclusive os da loucura, e apontam para outras formas de estar na vida. Neste sentido, cabe traçar algumas considerações sobre a escrita como importante ferramenta nesta empreitada.

Preocupado com os rumos da vida moderna a partir da evolução das forças produtivas, Benjamin (1985) destaca uma figura: o narrador. Para ele, “as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo” (BENJAMIN, 1985, p. 198). Essa experiência de que trata o autor é aquela que se passa de pessoa para pessoa por meio do registro narrativo; experiências comunicáveis assemelhadas à tradição oral que carregam consigo as centelhas do conselho e da sabedoria.

Para Benjamin (1985, p. 200) “aconselhar é menos responder a uma pergunta do que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história. [...] O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria”. Experiência plástica esta da narrativa, pois sempre incita narrador e ouvinte a um exercício criativo de engendramento corajoso de um porvir.

O tecido de que é feita a narrativa é a experiência do narrador ou de outros, que é sempre enxertada na própria experiência de quem ouve. Via de mão dupla, produção no seio de um “entre” si e outro(s). Portanto a narrativa é viva: “Ela não está interessada em transmitir o “puro em-si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele” (BENJAMIN, 1985, p. 205). Ela não conserva o rosto inerte de uma univocidade de sentido, servindo de ferramenta para um processo que vai tecendo outras relações, sentidos e mundos.

Desta forma, Ferreira (2011, p. 127) aponta que as contribuições de Walter Benjamin podem nos ajudar a realizar uma discussão teórico-metodológica “sobre a raridade dos vínculos entre as experiências dos homens contemporâneos, em que o isolamento e a individualização não permitem um compartilhamento de destinos”. Por meio da atividade narrativa, segue o autor, estaríamos abrindo espaço também para a identificação dos “fios que se remetem a uma possibilidade de presente que não é o nosso” (FERREIRA, 2011, p. 128), alargando as fronteiras e ampliando os caminhos de um porvir.

Narrar trata-se de um fazer eminentemente instrumental e indissociável de um labor estético. A partir deste ensinamento, ao enfatizar a dimensão de um discurso que se faz presente e vivo na constituição de nós mesmos, ousamos igualmente fazer uma aproximação com Foucault (2012), que em seu texto “A escrita de si” fala de dimensões da escrita que se aliam às reflexões propostas neste trabalho.

Antes disso, contudo, importa ressaltar que não se trata de postular uma correspondência imediata (e de certo ingênua) entre o estatuto da escrita nos trabalhos de Benjamin e Foucault. Sabemos que estes dois autores ocupam lugares distintos, que suas preocupações se diferenciavam e que escreviam em épocas bastante diferentes. Entretanto, a menção aos autores é feita na tentativa de reunir nestes dois pensamentos um aspecto que consideramos fundamental: a escrita como exercício de si mesmo, que produz um ponto de contato que nos coloca em face de uma alteridade capaz de deslocar coordenadas identitárias, abrindo outros campos de sentido.

Foucault (2004) coloca em xeque a produção de identidades dotadas de uma substancialidade fechada e por isso mesmo consideradas como leis, princípios ou códigos de existência. A produção identitária, segundo o autor, seria apenas um jogo para facilitar relações e abrir um campo de experimentações em que o “tornar-se” acaba sendo mais ou tão importante que o “ser”. Neste sentido, cumpre produzir não apenas relações de identificação a um conjunto de formas dadas, mas sobretudo processos de diferenciação, de criação, que nos puxem além dos modos já conhecidos de organização da experiência vivida.

Nesta tarefa, que por sinal é hercúlea, fiamos-nos também na ousadia intelectual de Deleuze (2010) ao afirmar que uma teoria é como uma caixa de ferramentas destinada a um uso, a uma serventia. Esta “caixa” se situa no interior das estratégias de luta contra as pretensões de totalização dos saberes contemporâneos.

Neste aspecto, Deleuze (2010, p. 71) nos diz: “É o poder que por natureza opera totalizações.” Esta afirmação se situa na direção de uma crítica que visa reorientar o papel das teorias que movimentam os campos discursivos. Estas, ao invés de postularem um determinismo ancorado em seus postulados essencialistas, necessitariam se conectar aos imperativos dos usos e efeitos que produzem junto aos sujeitos a que se destinam. Continua o autor: “A teoria não totaliza; a teoria se multiplica e multiplica” (DELEUZE, 2010, p. 71). É neste sentido que

cumprir denunciar as totalizações, fazendo-o por meio da produção de conexões entre os sistemas de pensamento e as demandas colocadas pelo presente.

Aqui, portanto, as contribuições dos referidos autores são tomadas como ferramentas na tessitura de uma pesquisa que busca afirmar a vida em suas diferentes formas e composições.

Uma destas ferramentas é, sem dúvida, a escrita de si. Foucault (2012) destaca a importância da escrita como artifício na elaboração e exercício das técnicas de si nos primeiros séculos da era cristã. A “escrita de si mesmo” (FOUCAULT, 2012, p. 141) parece constituir papel central em meio às recomendações de exercícios que caracterizavam as práticas de ascese no contexto das escolas filosóficas estoíca e epicurista, ambas importantes disseminadoras do que o autor caracterizará como a “cultura de si” (FOUCAULT, 1985, p. 43).

A chave para a compreensão desta cultura e de seus efeitos parte de uma análise detida de documentos escritos que assumiam formas diversas, mas mantinham em comum, segundo uma expressão de Plutarco utilizada por Foucault, uma “função etopoiética” (FOUCAULT, 2012, p. 144). Tal função consistiria na operação, realizada pela via da escrita, que transforma certos conjuntos de preceitos e regras abstratas em princípios racionais de ação. Em outras palavras, o que se opera na atividade de escrita seria a transformação de uma “verdade” (aqui concebida como conjunto de prescrições de ordem geral) em “ethos” (uma forma singular e aberta de relação com os dados preceitos).

No contexto de uma escrita etopoiética, Foucault (2012) cita a produção de registros pessoais de dados e acontecimentos cotidianos: os *hypomnēmata*. Nas palavras do filósofo:

Ali se anotavam citações, fragmentos de obras, exemplos e ações que foram testemunhadas ou cuja narrativa havia sido lida, reflexões ou pensamentos ouvidos ou que vieram à mente. Eles constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas; assim, eram oferecidos como um tesouro acumulado para releitura e meditação posteriores (FOUCAULT, 2012, p. 144).

Estes registros não funcionavam segundo o modelo confessional ou catártico de certas formas de diários românticos e nem constituíam simples suportes de memória; seu funcionamento, isto sim, estava estreitamente vinculado a uma dimensão de exercício ligada à leitura, releitura, meditação, conversa consigo mesmo e com outros etc. O que estava contido nos *hypomnēmata* não eram segredos do homem, mas um suporte material para a constituição de si mesmo.

Fala-se, portanto, de um discurso que se encontra em íntimo liame com a vida; de uma arte da escrita que desemboca na arte da constituição de si. Processo que gera formas singulares de apropriação de elementos heterogêneos que se apresentam na forma dos discursos que povoam corpos e modos de vida. Segundo Foucault (2012, p. 148):

A escrita como exercício pessoal feito por si e para si é uma arte da verdade díspar; ou, mais precisamente, uma maneira

racional de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam seu uso.

Produzir uma arte da verdade díspar por meio da escrita é permitir que esta se embriague de cheiros, sabores, cores; é atuar sobre o mundo a partir de seus inúmeros elementos, multiplicando-os em novos arranjos e abrindo espaço para o impensado na forma de um *ethos*.

A pesquisa que se descreve aqui seria inconcebível sem o movimento cotidiano de registros das experiências no campo de trabalho proposto, movimento que se dá com a confecção de cadernos de campo que, quem sabe um pouco inspirados na forma dos *hypomnēmata*, buscam reunir elementos de uma experiência, fragmentos que unem numa mesma página e num mesmo fluxo de escrita diferentes pessoas, lugares, atribuições, discursos...

Com isso tudo talvez seja possível ativar uma rede que fala não apenas de uma pesquisa, mas também da vida. Nesses cadernos o que se propõe é uma reunião de pedaços de cotidiano capazes de, juntos, constituírem um “corpo” (FOUCAULT, 2012, p. 148) de sentidos sobre o qual seja possível operar inflexões necessárias nos modos de enxergar a loucura, bem como nas formas serializadas de estar que apagam ou esmaecem as potências estéticas do viver junto.

Desta forma, os registros feitos em caderno de campo constituem uma memória material e viva das coisas lidas, ouvidas, pensadas, vividas. É a partir desta “memória” – substrato material de fragmentos de vivências que se carregam na pele – que talvez seja possível construir um “corpo” cujas formas e nuances serão dadas pela elaboração de breves narrativas. Com este exercício visa-se colocar em questão a multiplicidade de elementos que configuram esta experiência que chamamos de pesquisa.

Aqui destacamos a indagação feita por Benjamin (1985), que se pergunta se a relação entre o narrador e sua matéria, a vida, não seria de caráter artesanal, fazendo-o trabalhar de modo a produzir outras formas (sólidas, líquidas, gasosas...) no desafio da construção de um presente.

Assim, a narrativa como ferramenta, enfatizamos mais uma vez, não fornece respostas prontas, fechadas, mas faz ecoar no mundo a experiência que talvez nos lance no exercício de nós mesmos e de nossas práticas. Ela provoca algo como um “ensaiar” de nós mesmos que escapa de toda funcionalidade prévia ou idealidade especulativa.

Um “ensaiar” que se faz à revelia de qualquer pretensão de totalidade; que trabalha a partir de matérias de corpos e vidas que se espalham sem pedir licença e constituem o campo no qual algo emerge em ato. Um ensaio que não se submete a regras prévias, pronto a abrir um espaço que cria.

Narrar o “inútil” comporta, entretanto, um evidente paradoxo. Se cremos ser importante trazer luz às pequenas histórias do cotidiano, não estaríamos provendo-as de uma necessária utilidade? Nossa resposta é afirmativa: o “inútil” é de fato bastante útil. Contudo, reforçamos a aposta ética de que o paradoxo acima é a maior expressão: em um mundo povoado por finalidades pré-concebidas, utilitarismos ordinários, tecnicismos sufocantes,



especialismos fragmentados e “fins” de todo tipo, não seria importante reabilitar a experiência singular de encontros anônimos, pequenos, menores, “inúteis”? E talvez assim escapar, mesmo que parcialmente, às armadilhas de controle e normalização que sagram estes tempos?

Acreditamos que a perspectiva aqui narrada possa contribuir para abrir caminhos em cuja intercessão despontem outros modos de estar, viver, imaginar: um fazer clínico, artístico e vital.

*No parque éramos muitos. Espalhados, diminuíamos o espaço entre nós e o mundo de cores, flores, folhas, terra. Mas, no instante de um cuidado, noto uma ausência. Nada de pânico, penso. Espero.*

*Afasto-me de meus companheiros e vejo um grupo de crianças. Muitas, barulhentas, brincalhonas. Lancheiras abertas, hora do lanche. Em pé altivamente estava a professora, explicando com gestos imensos e voz alta algum sei-lá-o-quê. Em meio às crianças, sem cerimônia, lá estava ele acororado comendo um pão.*

*Chego na hora. “Quem é você?” Pergunta a professora ao novo “aluno”. Ele sorri aquele sorriso sem dentes e cheio de cara. Eu me aproximo e a pergunta se dirige a mim: “quem é ele?”.*

*“Ele é o Chico e eu sou o Mario”, respondo.*

*“Sejam bem-vindos Chico e Mario”, ela diz. E alguma criança me oferece um pão.*

Chico, acororado em meio às crianças, parece viver um encontro único e especial; as crianças, surpreendidas por uma visita inesperada, também experimentam o rumor simples e leve de uma curiosidade; e, por fim, o pão que é oferecido talvez seja um convite a explorar as possibilidades éticas, estéticas e políticas dos fazeres que povoam o campo de nossas inquietações.

Possibilidades múltiplas que se conectam a um rigor ético-estético-político (ROLNIK, 1993), que passa ao largo das prescrições de ordem universalizante (conjuntos de regras ou verdades intocáveis), buscando uma ética que permita a construção de relações que nos convoquem à criação (estética) a partir de vestígios de um cotidiano, constituindo um campo político de ação em favor dos encontros, afetações e trocas entre os mais diversos atores sociais.

## 2. As pequenas histórias

Os dizeres que aqui se desenrolam são capturáveis apenas em movimento. Um movimento lento que vai de mansinho entrando em uma casa, abrindo portas, percorrendo espaços, recolhendo afetações. Para então, vagarosamente, se dirigir ao ponto de onde entrou, abrindo novamente o portão velho e enferrujado, pisando com cuidado no chão sujo de um meio-fio, em direção à rua.

Este movimento pode se repetir muitas vezes, mais rápido ou mais lento, intencional ou não. Contudo, o que importa é o seguinte: é no apagamento nebuloso das demarcações rígidas entre uma casa e uma rua que se produzem algumas possíveis análises. Isto porque este apagamento nada mais é do que a possibilidade da aber-

tura de uma experimentação ética que nos leve um pouco mais além de tudo o que temos vivido até hoje, no campo da saúde mental e também nas vidas que temos cunhado juntos em uma cidade. Isto exige presença e alianças ritmadas por intrusivos desassossegos. E implica, ainda, uma certa confissão de ignorância.

*Já da esquina oposta ouvia-se um som precário. Mais à frente, na calçada da casa amarela, via-se um homem sentado num banco, dedilhando notas de um violão velho. Ao me ver, levanta como de costume. Após um cumprimento cavalheiro, oferece o violão. “Mas eu não sei tocar”, digo. E ele retruca: “Não precisa saber, seu bobo. É só fazer assim, ó...” E movimenta os dedos por entre as cordas frouxas, e bate com a palma da mão na madeira lisa, entoando um batuque legal.*

É bem verdade que não há apenas uma forma de tocar violão, ainda mais um violão sem cordas. Quer dizer, haveria, sim, uma única forma: aquela imposta por uma dimensão de saber encarcerada em seus esquemas a priori, em seus códigos impositivos que nos dizem qual é a “melhor” forma de tocar tal ou qual instrumento.

Bem, talvez seja preciso dizer que um violão tocado à moda tradicional também tenha a sua beleza e o seu valor; não é isso que se questiona. Contudo, é bem possível produzir com ele outros sons e outros usos, não referenciados a um conjunto de regras abstratas a serem docilmente aplicadas ao seu objeto.

Mas por que o violão sem corda? O relato acima é compartilhado em razão do estranhamento absoluto que produziu neste “pesquisador”. O que salta aos olhos é a recusa peremptória em tomar o violão nos braços, recusa esta produzida em razão da falta de um suposto “saber”: não sei aplicar o conjunto de regras universais utilizadas para “bem” tocar um violão, logo, de nada adiantaria segurá-lo.

Trata-se de uma concepção de saber que aqui assume um caráter paralisante, anulando a experiência ou prescindindo dela. Melhor seria, quem sabe, lançar-se à brincadeira da produção de sons e batuques livres da tirania dos códigos eruditos; segurar o violão e dedilhar suas linhas frouxas e bater no casco oco, aprendendo com ele, e desta vez produzindo uma forma de saber ligada a uma experiência do fazer.

Assim, deixa-se em suspenso os esquemas universalizantes do conhecer para escutar com atenção e cuidado o zumbido dos acontecimentos que irrompem da experiência, ela mesma já uma forma de intervenção.

Tarefa difícil! Ainda mais quando se está acostumado às “receitas de bolo” que “alimentam” tantos saberes das ciências humanas... Neste contexto, muito preciosa é a aparição de violões sem corda e seus corajosos tocadores...

A seguir se desenvolvem algumas pequenas, “inúteis” histórias. Em cada uma delas o que se destaca é o teor de entrelaçamento entre experiências vividas e algumas ferramentas conceituais. Com isso, almeja-se produzir uma canção aberta, feita de retalhos de instrumentos e usos imprevistos, tipo aquela improvisada na calçada da casa amarela.

*Numa sala de estar há dois sofás, um em frente ao outro. No meio, uma pequena mesa de centro. Pregada à parede lateral há uma televisão, em cuja tela chamuscada passava um programa matinal. De um lado da sala, quatro mulheres sentadas confortavelmente esperam o café oferecido pelos moradores daquela casa. Do outro lado, no outro sofá, alguns moradores da casa e seus “agregados”. “Bom, estamos aqui para conversar sobre o serviço residencial terapêutico”, diz um dos agregados, e continua: “queremos esclarecer algumas dúvidas que a comunidade possa ter, já que muitos vizinhos têm reclamado da nossa presença”. E o discurso se intercala entre um lado e outro do sofá. O tom era de explicação, as falas são contidas, os silêncios grandes. Enquanto isso, Ana Maria Braga ensinava a fazer um bolo.*

Naquela sala operou-se uma clivagem. De um lado, membros da comunidade preocupados com a recente instalação de uma “casa de loucos” nas redondezas de suas vidas; de outro, moradores daquela casa e seus “agregados”: acompanhantes terapêuticos e cuidadores. Os dois polos muito bem identificados, lugares “precisos” dentro de uma lógica binária.

Importante afirmar que aquele era um encontro importante e até mesmo necessário (a relação com as comunidades ao redor das casas é quase sempre muito problemática, o que requer cuidado e atenção às possibilidades de contato). Ainda assim, foi impossível disfarçar um certo incômodo: uma sensação de que talvez aquele diálogo não estivesse operando sentidos comuns para os dois polos da conversa.

Mas talvez o problema estivesse justamente nos dois polos, naquelas duas polaridades constituídas e reforçadas no modo de produzir aquele encontro: a “comunidade” de um lado, com suas demandas, pré-concepções e afetos – o bloco-comunidade; e, do outro lado, usuários e profissionais de um equipamento de saúde mental – o bloco-residência.

Reforçamos, mais uma vez, que a produção daquele encontro dual se fez importante, mas desde que o encarássemos como ponto de partida para produções-outras, indo além dos lugares instituídos, rígidos, liberando a possibilidade de uma abertura a forças de criação conjunta.

Desta forma, a insistência sobre uma visão polarizada e polarizante em torno de formas instituídas corrobora uma visão de pesquisa (e de mundo) similar ao que Rocha e Aguiar (2003) qualificam de totalizadora, hábil a “descortinar” um funcionamento oculto, um fundamento último das coisas e dos acontecimentos, como se estes não estivessem mergulhados em forças e tensões historicamente situadas.

Neste sentido situa-se o incômodo de que se falava acima. Para além de uma dialética dos blocos, torna-se importante a construção de sentidos comuns no corpo da história. Além disso, o reforçamento de uma visão totalizante pode levar a uma busca por uma unidade ou síntese pacífica entre elementos pré-definidos, reforçando posições que afirmam uma hierarquia entre, de um lado, os possuidores de um saber, de um código (o especialista), e de outro os “alienados” deste saber.

Faz-se necessário, portanto, abrir caminho para produções coletivas que escapem dos grandes blocos tiranos dos saberes que circunscrevem as práticas sociais a lugares de “saber” e “não-saber” pacificados, que em sua docilidade inquestionada e acrítica contribuem para uma perspectiva de imposição de ideais de normatividade social que atuam conforme dispositivos de controle e esquadramento das formas de vida. Dispositivos que localizamos conceitualmente no pensamento de Foucault (2010a), correspondendo a um conjunto de elementos heterogêneos os mais diversos (discursos, instituições, leis, regulamentos, especialidades, enunciações científicas e filosóficas, maneiras de organização do espaço, modos de fazer, formas de uso de determinados objetos etc.), ditos e não ditos, que funcionam em rede e podem favorecer a consecução de determinados “fins estratégicos dominantes” (FOUCAULT, 2010a, p. 244). Estes fins podem materializar-se no asseguramento de uma ordem econômica ou cultural, na manutenção de privilégios sectários, na elaboração de mecanismos de controle e normalização segundo critérios preestabelecidos, dentre outros.

Foucault (2010a) exemplifica como uma massa de população não absorvida pelos imperativos de uma economia mercantil foi sendo aos poucos reagrupada segundo as prescrições do dispositivo de controle-dominância da loucura, que até hoje segue orientando muitas práticas no campo das políticas públicas. Importa ressaltar, contudo, que entre os muitos elementos constituintes de um tal dispositivo há um certo tipo de jogo, relações muitas vezes imprevisas, mudanças de posicionamento que abrem perspectivas importantes para pensar sobre formas de resistir à dominância destes fins estratégicos gerais. Sendo assim, um dispositivo pode comportar tanto formas de dominação quanto exercícios de liberdade, tudo dependendo da forma como ele é apropriado pelos atores sociais em luta.

Aqui seria importante precisar o que queremos dizer ao evocar a problemática dos mecanismos de normalização social. Se pretendemos pensar diferente e abrir espaço para afetações e histórias em comum, pode ser de grande valia trazer algumas notas que buscam pensar sobre o cenário que nos constitui e que também constituímos com nossas práticas. Nesta tarefa pedimos mais uma vez ajuda a Michel Foucault (2010b), que debruça seu trabalho filosófico sobre rigorosas investigações históricas que julgamos capazes de apontar, quem sabe, em direção às encruzilhadas necessárias para o questionamento acerca daquilo que no presente temos nos tornado.

Em um de seus cursos dados no Collège de France, intitulado “Em defesa da sociedade”, Foucault chama a atenção para o que ele definirá como um dos fenômenos fundamentais do século XIX: a emergência de uma perspectiva de poder que tomará como “objeto” o homem enquanto ser vivo, biológico, sujeito a mecanismos de controle e regulamentação que recaem sobre a vida como categoria biológica de espécie. Tal é o biopoder. No esforço de elucidar essa noção, Foucault (2010b) fará uma digressão histórica que aqui pretendemos apreender em seus aspectos mais gerais. O pensador aponta como, até certa altura do pensamento ocidental, prevaleceu uma

concepção de direito centrada na figura do soberano, que com sua autoridade exercitava a máxima “fazer morrer e deixar viver” (FOUCAULT, 2010b, p. 202), o que significa dizer que seu poder concentrava-se na possibilidade de matar, um direito de soberania, de espada.

A partir do século XIX, contudo, Foucault (2010b) aponta um deslocamento importante. Gradativamente este direito de soberania vai sendo completado, sobreposto por outro. Esta segunda forma não substitui a primeira, mas vem penetrá-la, atravessá-la e também modificá-la. Vemos o surgimento, sobretudo a partir do século XIX, de um direito novo que se expressa na inversão da máxima já mencionada: trata-se do poder de “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2010b, p. 202).

O aparecimento lento e gradual deste novo direito é também uma expressão de novas tecnologias de poder surgidas um pouco antes, localizáveis, segundo Foucault (2010b), nos séculos XVII e XVIII. Centradas cada vez mais nos corpos individuais, buscavam, por meio das mais diversas técnicas, alinhá-los, classificá-los, vigiá-los e adaptá-los aos critérios de “utilidade” do nascente capitalismo mercantil e industrial. Fala-se, portanto, de uma tecnologia disciplinar do trabalho.

Entretanto, da segunda metade do século XIX em diante, observa-se um novo deslocamento. O modelo disciplinar de organização vai abrindo espaço, em seu conjunto, a uma outra tecnologia de poder que não vai, mais uma vez, excluir a antiga, mas atuar junto a ela em um plano mais amplo. Esta nova técnica não vai se preocupar mais, de maneira central, com a ortopedia funcional dos corpos e condutas individuais, mas sim com uma atuação mais globalizante, massificada. Foucault (2010b) nos diz que enquanto a disciplina se ocuparia do homem-corpo, esta nova forma de poder, o biopoder, voltaria seu olhar para o homem-espécie. Desta forma, vemos se instalar um conjunto de processos que visam perscrutar as taxas de nascimento e mortalidade, medições demográficas variadas, controle de doenças etc. Com base no biopoder, delinea-se então toda uma biopolítica.

Essa biopolítica lida com um novo corpo: não mais o das condutas individualizadas, mas um corpo múltiplo ou multiplicado a inúmeras faces – emergindo daí a noção de população. Essa nova tecnologia não se concentrará tanto nos detalhes das condutas dos corpos considerados isoladamente, mas aperfeiçoará mecanismos globais para a manutenção do equilíbrio e regularidade dos processos biológicos, impondo sobre estes últimos não uma disciplina, mas uma regulamentação, que se expressa cada vez mais no “fazer viver”, na maneira de viver, e no “como” da vida (FOUCAULT, 2010b), gerindo-a segundo os critérios mais eficazes de controle e previsibilidade. Neste cenário, disciplina e biopoder se sobrepõem e se complementam. O fato de atuarem em níveis distintos e de formas diferentes faz com que estas duas técnicas estejam presentes numa atuação em conjunto.

Em meio a isso, o que importa destacar é que, no atravessamento entre o disciplinar e o regulamentador, passa a situar-se, de uma forma muito geral, um novo elemento que permitirá aperfeiçoar ainda mais esta junção:

[...] pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a “norma” (FOUCAULT, 2010b, p. 212).

E é no alvorecer de uma sociedade de normalização que vemos o lento surgimento e consolidação de um campo crucial: a emergência da medicina moderna como ferramenta central, aos poucos cunhada como construção de saber-poder inerente às estratégias de uma nascente biopolítica. Talvez possamos afirmar que é principalmente neste campo, dentre tantos outros também importantes, que se dá a privilegiada junção do aspecto disciplinar do corpo e do regulamentador da população.

Ainda neste cenário, pensamos se não haveria expressão maior desta junção e normatividade que o campo da medicina mental, da psiquiatria ou, de forma mais geral, o dos “saberes psi” (incluindo-se aí a psicologia).

*De posse do violão quebrado, já finalizando seu batuque improvisado, o homem se levanta do banco e decide sentar na calçada. Com as pernas um pouco bambas, ele se agacha com dificuldade, para logo abandonar-se ao impulso que o projeta comicamente em direção ao chão morno.*

*E então, depois de algum silêncio, diz: “doutor, tomo tanto remédio há tanto tempo. Já não era para eu estar curado?”. À pergunta segue-se o silêncio, aos poucos quebrado, lá no fundo, por buzinas de automóveis e risos de criança.*

*O “doutor” não diz nada.*

*E então o homem sorri. E com uma das mãos batucando no violão velho, pergunta: lembra de alguma música do Roberto Carlos?*

Teixeira (1996) tece importantes reflexões sobre o percurso histórico que coloca sob a batuta médica a gestão social e jurídica desta nova personagem que passa a fazer parte da cena contemporânea – o “louco”. Ele aponta como a psiquiatria moderna nasce com o mandato social de lidar com a loucura e dar conta dela, conceitualizando-a e dotando-a de uma “materialidade científica” que por si só seria capaz de fazê-la enquadrar-se aos procedimentos e roteiros dos demais campos de especialidade médica.

Essa “materialidade” aplicada vai sendo consolidada ao longo da história, desde os princípios da medicina classificatória do século XVIII até uma das primeiras grandes sistematizações modernas do campo psiquiátrico, promovida pelo médico alemão Emil Kraepelin, que, segundo Teixeira (1996), inspira até hoje certas correntes da psiquiatria tradicional.

De uma forma geral, o que se vê desde o início da emergência dos saberes e verdades sobre a loucura é uma gradual intensificação de um enfoque sobre possíveis causalidades biológicas, com o recrudescimento, no século XX, de abordagens neuroquímicas que, de acordo com seus re-



presentantes mais radicais, aproximaria a psiquiatria de suas congêneres especialidades médicas pela via de uma “cura para a loucura”, aqui já entendida como “doença mental”.

Todo este percurso nos serve para reiterar o que Teixeira (1996) classifica como uma visão fundada em uma permanente ideia de que haveria uma causalidade única subjacente aos fenômenos associados ao que se entende como loucura. É como se pudéssemos impor uma única chave de interpretação aos fenômenos que se associam a ela, tratando-a como um epifenômeno, isto é, “expressão manifesta de uma essência oculta” (TEIXEIRA, 1996, p. 72) que, no caso, abarcaria desordens biológicas.

Uma visão “epifenômica”, se assim pudermos falar, pode se apresentar no contexto não apenas de uma visão organicista, biológica, como ainda em tantas abordagens que buscam, pelo pensamento de uma causalidade linear, encontrar as essências ou verdades escondidas dos fenômenos da vida, sejam de ordem orgânica, social, política etc.

Trata-se de operações dotadas de um reducionismo essencialista que podem ocorrer no interior de variados discursos e que no âmbito da saúde mental podem assumir as roupagens mais diversas, inclusive em certas formas de atuação no campo da psicologia, que não muito raramente procuram as “causas” unidimensionais, essencializadas, no âmbito de uma determinada ideia de “inconsciente”, “dinâmica familiar” etc.

E assim vamos reforçando os grandes blocos de saber que, atuando conforme seus ideais de controle e normalização, esmaecem as potências estéticas do viver junto. Neste cenário brevemente pinçado, quais seriam as possibilidades de abertura de espaços, respiros de um silêncio que precede outras possibilidades de vida?

Aqui poderíamos utilizar algumas pistas deixadas por Amarante (2010), inspirado inequivocamente no pensamento de Franco Basaglia.<sup>2</sup> Ele reforça a máxima basagliana de colocar a “doença mental” entre parênteses para que nos concentremos nas existências concretas que a vivenciam enquanto tal. Desta forma, os esforços de análise se concentram não em torno da “doença” e suas causalidades, mas sobre aquilo que se construiu ao redor dela e que se apresenta como vivência (e também violência) cotidiana, suas condições de emergência histórica e tudo aquilo que vem acoplado a ela: o cárcere, o estigma, o manicômio.

Com isso, não se trata de desqualificar os saberes envolvidos na história dos fenômenos ligados à loucura, mas de abrir o campo de possibilidades para uma atuação complexa que busca afirmar a vida, afetando-se e modificando-se junto a esta, dizendo “sim” ao exercício que possa, quem sabe, ampliar fronteiras e modificar as paisagens do que temos sido até agora.

Tal é o caminho proposto por uma desinstitucionalização. Uma empreitada, segundo Amarante (2010), que não visa apenas ao enfrentamento da violência manico-

mial ou à criação de um aparato de cuidados alternativo ao isolamento asséptico da hospitalização, mas ao incitamento de uma desconstrução permanente e radical dos saberes que visam controlar, totalizar e apagar as experiências singulares e as trocas imprevisíveis, construindo as barricadas em face da experiência que transtorna e transforma, em favor de uma vida sempre referenciada aos códigos frios de suas já conhecidas finalidades.

E depois disso tudo talvez seja possível não responder, mas tangenciar a indagação do homem da calçada. Abrir espaço para uma desconstrução da loucura como “doença mental”, alicerçada nos reducionismos de que já falamos, é também a desconstrução absoluta da ideia de “cura” que, ainda segundo Amarante (2010), tem legitimado o isolamento, a medicalização irrefletida, a tutela e a desqualificação de vidas, de nós mesmos.

As pistas possíveis para esta desconstrução se encontram, quem sabe, na busca por caminhos compartilhados, por interferências e olhares que abram espaço para algo que talvez ainda não possamos nomear, mas que se insinua logo à “esquina” para aqueles que se disponham a olhar.

*Dois amigos cansados decidem repousar por alguns instantes na calçada não muito longe de casa. Despreocupados, na rua quase deserta, eles contemplam o céu nublado e se refrescam com a brisa da chuva que se aproxima. Então, pelas costas, os dois ouvem o barulho de trincos de portão se abrindo. De dentro de uma casa sai então uma senhora de cabelos brancos e vestido de algodão muito leve, esvoaçando tons de verde e vermelho sobre a calçada cinza.*

*Ela oferece um copo d'água. Os dois aceitam. Alguns instantes depois a mulher retorna com copos e jarra de água fresca. Saciados, eles agradecem. Em cordial silêncio, a mulher se retira.*

*De lá de dentro de sua casa, ouve-se em tom de criança: “vó, quem eram aqueles dois esquisitos?” e a mulher responde, paciente: “os rapazes da casa da esquina”.*

*Sobre os dois “rapazes” já se fazia chuva, trovoada.*

Este “objeto” laboriosamente cunhado – a “loucura” – nada mais é do que uma face de nós mesmos. E é somente com um trabalho sobre nós mesmos, sobre nossas existências concretas, que talvez consigamos alargar os intervalos possíveis nos incansáveis discursos que embargam vozes e respiros com suas imensas verdades, não deixando espaço vivo, quase nunca, para uma canção do Roberto Carlos cantada no meio-fio.

Assumindo este desafio, algumas ferramentas nos ajudam a pensar. Recuperando brevemente a forma de elaboração deste trabalho, destacamos o papel da pesquisa-intervenção, na medida em que ela assume um caráter aberto, favorecendo discussões e produção cooperativa a partir da relativização dos lugares de saber instituídos, abrindo espaço para a possibilidade de um trabalho compartilhado (ROCHA; AGUIAR, 2003) em meio ao plano no qual a pesquisa se desenvolve (o que inclui os atores sociais, bem como o conjunto de matérias heterogêneas que constituem uma rede vivente – o tempo, os saberes, valores, mídias etc.).

<sup>2</sup>Franco Basaglia (1924-1980), psiquiatra italiano cujo legado consiste em uma das maiores contribuições no campo das práticas em saúde mental. Um dos idealizadores do movimento da Psiquiatria Democrática, Basaglia atuou ativamente no desmantelamento de estruturas manicômias, notadamente as das regiões de Gorizia e Trieste, na Itália, inspirando o restante do mundo em torno de suas práticas expressamente contrárias ao encarceramento da loucura nos terrenos material e simbólico dos saberes totalizantes (AMARANTE, 2010).

Deste modo, quebrar a tirania dos blocos e resistir à totalização dos saberes é o desafio que se impõe. Ainda assim, como abrir espaço para que isso aconteça em meio aos endurecimentos operados por nós mesmos? As “pistas” para esse problema podem estar em simples e imprevisíveis desvios ou ainda, no mais surreal dos acontecimentos. Retornemos, pois, à conversa entre os sofás...

*Em meio à conversa que se produzia entre os sofás,ouve-se uma porta abrindo. De dentro de outro cômodo sai um homem curvado, de cara feia e pouca conversa. Sem cerimônia, ele abaixa as calças no meio da sala e defeca. “Que horror!”, exclama uma convidada; “minha nossa senhora!”, diz outra. Então, como que num passe de mágica, uma simpática mulher chega munida de balde, pano e sabão: limpa tudo em poucos segundos. Então, o carrancudo mal-humorado solta uma gargalhada, fala, pergunta qualquer coisa. E vai embora.*

Rodrigues e Souza (1991, p. 39) nos dizem: “Analisador: acontecimento, indivíduo, prática ou dispositivo que revela, em seu próprio funcionamento, o impensado de uma estrutura social (tanto a não conformidade com o instituído como a natureza deste mesmo instituído).” A partir do que nos ensinam as autoras, arriscamos afirmar que o corpo que entra na sala, tira as calças e defeca produz uma inflexão nos modos de estar ali, fazendo passar outros afetos: o nojo, a surpresa, o riso...

A polarização estreita entre um sofá e outro vai cedendo lugar ao espanto que esse analisador, digamos, escatológico, produz nos corpos ali presentes. E, a partir deste fato inesperado, pegando carona nele, pode ser possível acessar outras paisagens daquela experiência que antes se limitava à circunscrição precisa de lugares cômodos, conhecidos, delimitados por especialidades. Reforçar lugares de saber em bloco, estanques, é também expressão de uma captura de aberturas possíveis, fechando-as em suas categorias pré-moldadas, seus quadros de referência, trabalhando em prol de uma transcendência que reafirma os pressupostos de uma biopolítica cada vez mais capilarizada. Por “transcendência” entendemos todo um conjunto de práticas que insistem em referenciar a vida a disposições normativas anteriores à experiência dos corpos. Falamos aqui de uma “moral” necessariamente exterior aos movimentos e encontros produzidos no plano de um cotidiano vivo. Este último muito mais ligado a uma perspectiva “ética” que se distancia das oposições estáticas entre “bem” e “mal” para se concentrar nos “encontros” e seus efeitos sobre os corpos afetados.

Em referência ao pensamento de Espinosa, Deleuze (2002) dirá que um bom ou um mau encontro não depende de um quadro de referências estabelecido a priori, mas é inerente ao próprio encontro, à própria força da experiência. O “bom encontro” é aquele capaz de aumentar a potência do corpo afetado, potência entendida aqui como força de perseverar na existência, enquanto que o “mau encontro” seria aquele que resulta em uma diminuição desta mesma potência. Ainda segundo Deleuze (2002), seguindo inspiração inequivocamente espinosista, a lei (ou, em nosso caso, a produção de verdades totalizantes)

é sempre a instância transcendente, fria, que determina e codifica a “experiência” dentro dos quadros de uma moral externa às políticas que tecem o agora.

Falamos mais acima de uma biopolítica, mas talvez ainda seja preciso qualificar um aspecto maior de seu exercício sobre a vida. Isto porque até agora não fizemos menção a um aspecto crucial do conceito de “poder”, no qual também se insere o biopoder de que falávamos anteriormente. Machado e Lavrador (2010) nos dizem que a noção de poder nos escritos de Michel Foucault assume um sentido muito diferente de uma acepção, quase sempre habitual, de um modo de sujeição ou constrangimento direto sobre um corpo. Uma dinâmica como esta caracteriza muito mais uma violência do que propriamente o exercício de um poder considerado como categoria complexa.

Esta visão nos adverte que o poder não está “contido”, “materializado” em um dos polos de uma equação dual. O poder não é uma matéria a ser possuída e controlada; ele é, isto sim, correlações de forças em constantes enfrentamentos, incansáveis lutas. Portanto, o poder só é pensado e “pensável” a partir de relações difusas, capilares, anônimas, a todo tempo presentes, mas jamais localizáveis em essência.

Estamos falando de relações de poder. Ainda segundo Machado e Lavrador (2010), neste campo não podemos falar em termos de relações puras entre “opressores” e “oprimidos”. Isto porque ao poder não se pode reivindicar uma posse ou uma localização precisa, ele permeia um campo social com seus grupos, pessoas, instituições, elementos materiais e imateriais. O poder é difuso.

E é justamente aí que reside um dos aspectos mais importantes de sua natureza. Em sendo difuso, ele não se permite capturar nos polos da equação dual “dominantes x dominados”, pois seu exercício, ao contrário de uma violência coercitiva, implica sempre um espaço de liberdade. Isto acontece porque sua sustentação não se dá sobre alvos inertes ou “objetos” passivos. Em seu exercício há sempre rebatimentos, reapropriações, usos imprevisíveis, resistências, as quais constituem necessariamente a outra face do poder. Nestes “intervalos” possíveis, bolsões de sentido portadores de uma certa dose de liberdade, podemos antever as fronteiras de uma configuração de forças, abrindo-nos para os pontos de inflexão capazes de rearranjar as figuras de nossa própria finitude.

Não se trata de confronto ou de exclusão entre poder e resistência e sim de um jogo complexo: a resistência é condição de existência do poder e seu suporte permanente, enfim, se não há resistência resta apenas a coerção pura e simples da violência. A resistência seria o limite permanente do poder ou seu ponto de inversão. Poder e resistências são irreduzíveis e, ao mesmo tempo, indissociáveis (MACHADO; LAVRADOR, 2010, p. 129).

Resistir, é preciso lembrar, não é necessariamente atuar conforme oposições dialéticas entre categorias já dadas, naturalizadas, e também não significa apenas opor recusas, buscar culpados, “julgar” o lado bom ou ruim de uma história. Resistir implica, muito mais, uma busca por pistas capazes de nos deslocar dos modos de existên-

cia que temos colocado em funcionamento, um deslocamento de nós mesmos que envolve um “sujar-se” com as matérias do mundo, permitir afetar e ser afetado por tudo aquilo que pode diferir radicalmente das figuras já conhecidas ou re-conhecidas no espelho de nossas certezas.

### 3. Conclusão: de casa para o meio-fio

No contexto de uma biopolítica, as tecnologias de poder têm cada vez mais investido sobre a vida e sobre as formas de vida, enquadrando, classificando, contendo em barricadas a diferença que escorre à revelia de uma consciência imediata.

É, contudo, sobre a própria vida e seus modos de expressão que podemos tecer as linhas de um outro porvir, linhas que resistem e que se apropriam de imagens em fragmentos, cacos, ruínas das grandes construções do saber e da história que repetimos como tagarelas. Neste caminho não há em absoluto garantias de “sucesso”, mas a fina imagem, aberta e colorida, de um compromisso ético-estético-político.

E diante deste desafio talvez seja necessário pegar carona nos acontecimentos imprevistos e às vezes cômicos de um cotidiano vivo. Retornemos mais uma vez à nossa sala de “estar”...

*Após o “vexame” no meio da sala, uma das convidadas diz que não pode mais ficar. As outras também decidem ir embora. Todas se levantam, movendo-se numa coreografia lenta, hesitante, em direção à porta de saída. Aquela dança segue pela varanda da frente, vai se estendendo até o portão; eu e alguns outros também nos deixamos levar. Ali, na calçada gasta, um transeunte se detém e puxa assunto. Outras conversas e outros ares. As mulheres, antes silenciosas, começam a falar, falar sobre tudo. Nós, antes quase envergonhados, falamos também. Falamos das folhas da calçada, do tempo. Dona Maria passa com o carrinho de compras cheio de hortaliças; seu Zé passa apressado e cumprimenta com um sorriso; a criança da escola atravessa a rua fazendo alvoroço. Uma hora é pouco no meio-fio... O tempo passa sem que vejamos. E eis que, inesperadamente, vemos um desconhecido se aproximando. Ele dança no meio da rua, andando de costas, abre os braços, sorri. E um de nós diz: “esse aí é mais doído que eu”.*

O meio-fio é testemunha de um movimento diferente daquele que relatamos entre os sofás. Na coreografia lenta dos que se levantam e andam em direção à rua há uma sensação diferente, uma fluidez de corpos e afetos que vão traçando caminhos comuns. Era impossível estar imune àquela dança: foi necessário dançar também.

E nos passos que levavam até a rua foram sendo diluídas as posições estanques da sala de estar; e na dança dos corpos até o meio-fio outra espécie de afetos foi tomado o corpo deste que escreve. Ao invés de uma atenção seletiva e limitada aos blocos tiranos, representando lugares pré-moldados e falas enrijecidas pela repetição do mesmo, opera-se uma abertura que lança os atores deste encontro no acompanhamento de um processo ou de um cultivo que se faz como criação estética, performance montada entre os terrenos conhecidos de nossas identi-

dades e as linhas múltiplas que puxam estas últimas além de si próprias, numa cartografia de regiões ainda por vir (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

Uma performance que se dá “entre” casa e rua, no meio-fio. Na precariedade de uma calçada gasta, fazendo caber ali outros mundos: o mundo das crianças que voltam da escola, do vizinho que passa apressado, da Dona Maria e suas hortaliças, ou do desconhecido “louco” que caminha de costas, contra a corrente.

Por fim, é com estas figuras que propomos experimentar um outro mundo possível: violões sem cordas, surpresas na sala, meios-fios, e ainda: movimentos hesitantes e vagarosos, que levam para além da razão manicomial e das verdades puras que jazem tranquilas, alheias ao tempo que as produz. Movimentos que partem do interior de uma casa, na esquina de afetos e possibilidades, e vão se fazendo feito uma dança. Dança para o meio-fio, dança para *Fora*.

#### Informações sobre os autores:

Mario Cesar Carvalho de Moura Candido

 <https://orcid.org/0000-0002-4704-6693>

 <http://lattes.cnpq.br/9526407256366809>

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008) e em Psicologia pela Faculdade MULTIVIX (2013). É mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI) da Universidade Federal do Espírito Santo, com trabalho voltado para o campo da atenção psicossocial no âmbito da saúde mental, com ênfase na interface entre processos de subjetivação, cotidiano, exercício de políticas públicas e desinstitucionalização. Cursa doutorado no departamento de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), na linha de pesquisa Subjetividade, Política e Exclusão Social.

Maria Cristina Campello Lavrador

 <https://orcid.org/0000-0002-5919-8037>

 <http://lattes.cnpq.br/5508084483522992>

Graduação em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula, Especialização em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz, Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional/PPGPSI da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES. Atua na área de Saúde com ênfase em Políticas de Saúde Mental: modos de subjetivação na contemporaneidade, reforma psiquiátrica, desinstitucionalização da loucura e atenção psicossocial.

Rafaela Gomes Amorim

 <https://orcid.org/0000-0002-5158-1488>

 <http://lattes.cnpq.br/3514625639451536>

Graduada em Psicologia (2010) pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Mestre em Psicologia Institucional (2014) pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Ufes e Especialista em Gestão de Redes de Atenção à Saúde (2017) pela Escola Nacional de Saúde Pública ? Fundação Oswaldo Cruz (ENSP-Fiocruz). Militante na Saúde Mental pelo Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial do Espírito Santo. Conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Espírito Santo (CEDIMES) nas gestões 2012-2015 e 2015-2018, estando na função de março de 2014 a dezembro de 2017, representando o Sindicato dos Psicólogos do Espírito Santo (Sindpsi-ES), e a partir de janeiro de 2018, representando o Fórum de Mulheres do Espírito Santo.



**Contribuições dos autores:**

Mario Cesar Carvalho de Moura Candido foi responsável pela coleta, análise e interpretação dos dados da pesquisa, tendo sido também responsável pela concepção e desenho do estudo, revisão e aprovação da versão final do artigo. Maria Cristina Campello Lavrador participou da coleta, análise e interpretação dos dados do estudo. Rafaela Gomes Amorim participou da coleta, análise e interpretação dos dados do estudo.

**Como citar este artigo:****ABNT**

CANDIDO, Mario Cesar Carvalho de Moura; LAVRADOR, Maria Cristina Campello; AMORIM, Rafaela Gomes. De casa para o meio-fio: pequenas histórias de uma residência terapêutica. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 31, n. 3, p. 328-337, set./dez. 2019. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i3/5665>

**APA**

Candido, M. C. C. M., Lavrador, M. C. C., & Amorim, R. G. (2019, Setembro/Dezembro). De casa para o meio-fio: pequenas histórias de uma residência terapêutica. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(3), 328-337. doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i3/5665>

**Referências**

AMARANTE, Paulo. *O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Coleção Obras Escolhidas.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Residências terapêuticas: o que são, para que servem*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DELEUZE, Gilles. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2010. p. 69-78.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2011. v. 1.

FERREIRA, Marcelo Santana. Walter Benjamin e a questão das narratividades. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 121-133, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41479>. Acesso em: 22 maio 2016.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. São Paulo: Graal, 1985. v. 3.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. *Verve*, v. 3, n. 5, jan./jul. 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verve/article/viewFile/4995/3537>. Acesso em: 2 jun. 2016.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2010a.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ética, sexualidade, política*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. Coleção Ditos & Escritos, v. 5, p. 141-157.

MACHADO, Leila Domingues; LAVRADOR, Maria Cristina Campello. As políticas que incidem sobre a vida. *Estudos e pesquisas em psicologia*, v. 10, n. 1, p. 118-133, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a09.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2016.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v. 23, n. 4, p. 64-73, out./dez. 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000400010>

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde; SOUZA, Vera L. A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In: KAMKHAGI, V. R.; SAIDON, Osvaldo (Org.). *Análise Institucional no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991. p. 27-45.

ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 241-251, 1993. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensamentocorpodevir.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2016.

TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro. Algumas reflexões sobre o conceito de cura em psiquiatria. *Cadernos do IPUB*, v. 3, n. 2, p. 67-76, 1996.